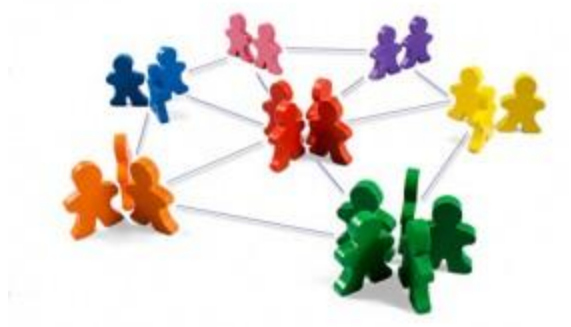


**Associativismo: A ação das associações no
desenvolvimento do município de Castelo Branco**



Miguel Filipe de Almeida Varanda

**Dissertação de Mestrado em Metropolização, Planeamento e
Sustentabilidade**

**Sob orientação de: Professor Doutor João Seixas e
Professor Doutor José Lúcio**

novembro, 2014

Agradecimentos

Em especial ao Professor Doutor João Seixas que me incentivou desde as suas aulas de Mestrado na cadeira de Sustentabilidade, Metropolização e Competitividade Urbana a prosseguir com este tema para a tese de mestrado. Pela partilha do conhecimento, pela orientação durante todo o processo e por toda a confiança que depositou neste trabalho.

Em especial também, ao Professor Doutor José Lúcio pela sua disponibilidade e por todo o acompanhamento e sugestões feitas ao longo da elaboração da tese de mestrado, por todo o incentivo que deu durante toda a elaboração do trabalho.

Um bem-haja aos representantes das Associações, Juntas de Freguesia e Câmara Municipal, pela sua imediata disponibilidade para a realização das entrevistas, sem a qual este trabalho não seria possível.

Um obrigado aos meus pais por me possibilitarem esta oportunidade e por todo apoio moral, e não só, dado durante a elaboração do presente trabalho. Por me incentivarem a ir sempre mais além.

Por último e não menos importante, à Rita pelo apoio e paciência durante todo o processo e pelos incentivos diários que permitiram que este trabalho fosse finalizado.

Associativismo: A ação das associações no desenvolvimento do município de Castelo Branco

Miguel Varanda

[RESUMO]

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Governança, Capital Social, Associativismo, Município de Castelo Branco

O presente estudo aborda questões como a democracia, participativa e representativa, governança, capital social e associativismo. O seu objetivo é o de perceber de que forma o associativismo, enquanto elemento de concentração de capital social, e governança enquanto mecanismo de ações participadas, podem levar ao desenvolvimento sustentável, e a uma melhor implementação da democracia. De que forma o associativismo influenciou o desenvolvimento, neste caso em particular, do município de Castelo Branco. Com base nesse objetivo foram realizadas entrevistas a várias associações do município e ao poder local, nomeadamente a três Juntas de Freguesia e à Câmara Municipal para tentar perceber se existe um modelo de governança implementado no município. Se as associações enquanto espaços de produção de capital social têm ou não uma palavra, um espaço de opinião, no que refere ao desenvolvimento da cidade nos diversos campos, social, económico, urbano, etc. Tentar compreender os motivos que levaram à criação dessas associações, sejam elas comerciais, empresariais ou recreativas, e qual o seu contributo para o processo de desenvolvimento local, apurando não só os seus níveis de atividade, mas também o seu contributo para o desenvolvimento local e com que intuito surgiram, uma vez que a participação nas associações, a um nível individual, pode ser visto como um incentivo à identificação e seleção de respostas a problemas pessoais, que ao serem transpostos para a esfera pública, os problemas vividos pelos indivíduos na esfera privada, incentivam a participação coletiva numa ação organizada visando o bem comum e a resolução de problemas de ordem social.

[ABSTRACT]

KEYWORDS: Democracy, Governance, Social Capital, Associativism, Castelo Branco County

The present work discusses issues such as democracy, participatory and representative governance, social capital and associations. His purpose is to understand how the association as an element of concentration of capital, and governance mechanism as stock holdings can lead to sustainable development, and to better implement of democracy. How the associations influenced the development, in this particular case, the municipality of Castelo Branco. Based on this goal interviews of various associations of the municipality and local government were held, including the three Parish Councils and City Hall to try to understand if a governance model implemented in the municipality exists. If the associations as spaces for the production of social capital have or not a word, a space for opinion, as regards the development of the city in the various fields in the social, economic, urban, etc. Try to understand the reasons that led to the creation of these associations, be they commercial, recreational or business, and what their contribution to the local development process, investigating not only their activity levels but also so their contribution to local development and that order emerged, since participation in associations, on an individual level, can be seen as an incentive to the identification and selection of answers to personal problems, which when translated into the public sphere, the problems experienced by individuals in the private sphere , encourage collective participation in organized for the common good and the resolution of problems of social action.

É no fortalecimento da cidadania que melhor se sustenta toda e qualquer qualificação das estruturas de governação de uma cidade (na sua administração, nas suas redes de governança e de participação, no seu capital social e cultural). É no fortalecimento da cidadania que melhor se constrói comunidade.

A Cidade na Encruzilhada (Seixas, 2013)

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I: A Cidade e o Indivíduo.....	3
Capítulo II: A Democracia.....	6
1. Democracia: Participativa e Representativa.....	6
2. O Estado da Democracia.....	8
Capítulo III: Participação Pública.....	14
Capítulo IV: Governança.....	27
1. O que é governança.....	27
1.1. A construção do conceito de governança.....	27
1.2. Definição do conceito de governança.....	28
2. Enquadramento Teórico.....	29
2.1. Legitimidade e Legalidade.....	34
2.2. Benefícios.....	35
2.3. Problemas à implementação.....	36
3. Modelos colaborativos para a governança territorial.....	38
Capítulo V: Capital Social.....	41
1. Definição do conceito.....	41
2. Enquadramento Teórico.....	42
2.1. Importância do capital social.....	46
2.2. Riscos e benefícios do capital social.....	46
3. Relação do capital social com o associativismo.....	47
Capítulo VI: Associativismo.....	49
1. A vida associativa: princípios e benefícios.....	49
2. A evolução do associativismo em Portugal.....	52
2.1. Elementos necessários à constituição de uma associação.....	57
Capítulo VII: Metodologia.....	59
1. Escolha do Caso Estudo e Questões de Partida.....	59
2. Enquadramento de hipóteses.....	59
3. Método de Recolha de dados.....	61
3.1. Entidades entrevistadas.....	62
Capítulo VIII: Caso Estudo do Município de Castelo Branco.....	64
1. Caracterização social de Castelo Branco.....	64

2. Caracterização do movimento associativo no município de Castelo Branco.....	67
3. Análise das entrevistas	74
3.1. Análise das entrevistas realizadas às Associações do município.....	76
3.2. Análise das entrevistas realizadas às Juntas de Freguesia.....	89
3.3. Análise da entrevista realizada à Câmara Municipal	96
Capítulo IX: Análise Crítica às Dinâmicas Associativas em Castelo Branco	100
Capítulo X: Conclusões.....	107
Bibliografia	110
Anexos.....	i
<i>Anexo I: Guião A das Entrevistas.....</i>	<i>ii</i>
<i>Anexo II: Guião B das Entrevistas</i>	<i>ii</i>
<i>Anexo III: Guião C das Entrevistas</i>	<i>iii</i>
<i>Anexo IV: Transcrição de Entrevistas Realizadas com o Guião A</i>	<i>iv</i>
<i>Anexo V: Transcrição de Entrevistas Realizadas com o Guião B ...</i>	<i>xxxiv</i>
<i>Anexo VI: Transcrição de Entrevistas Realizadas com o Guião C</i>	<i>xliv</i>
<i>Anexo VII: Tabelas de Dados.....</i>	<i>xlvi</i>
1. Taxa de Variação da População.....	xlvi
2. Densidade Populacional.....	xlix
3. População Residente	l
4. Taxa de Analfabetismo	li
5. Índice de Envelhecimento	lii

Índice de Tabelas e Figuras

Figura 1: Peso do Público na Decisão.....	14
Quadro 1: Quadro das Entidades Entrevistadas.....	62
Figura 2: Distrito de Castelo Branco.....	64
Figura 3: Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul e Cova da Beira.....	64
Gráfico 1: Distribuição da População por concelho do Distrito de Castelo Branco.....	65
Figura 4: Freguesias do Concelho de Castelo Branco.....	66
Quadro 2: Total de Associações existentes no município, por freguesia.....	60
Quadro 2-A: Associações de Carácter Social.....	70
Quadro 2-B: Associações de Carácter Económico.....	73

Introdução

As associações são um recurso essencial no que respeita à participação cívica, sendo agentes privilegiados de democratização no sentido da democracia participativa.

Desta forma as associações assumem um papel fundamental no que diz respeito à participação e envolvimento dos cidadãos e das comunidades locais ao nível do desenvolvimento social.

A participação nas associações, a nível individual, pode ser vista como um incentivo à identificação e seleção das respostas aos próprios problemas pessoais, ao transpor para a esfera pública os problemas vividos pelos indivíduos na esfera privada, e ao incentivar a participação coletiva numa ação organizada em prol do bem comum e da resolução de problemas de ordem social, cultural ou mesmo económica. Desta forma, são procuradas assim respostas de interesse geral.

Do mesmo modo, para que os referidos problemas tenham carácter coletivo, a solução tem de exceder as capacidades individuais, levando à necessidade de serem feitos esforços conjuntos e articulados em torno de objetivos comuns, com o propósito de serem construídas respostas. Ou seja, é necessária a organização ou mesmo a institucionalização da ação, para que ela tenha legitimidade e seja reconhecida.

Particularmente, no que respeita à participação dos cidadãos, o tipo de associações que fundam e a ação dos indivíduos, enquanto contributo para o processo de desenvolvimento local, são vulgarmente objeto de estudos empíricos. Com este estudo pretende-se verificar os seus níveis de atividade, assim como o seu contributo para o desenvolvimento local.

Embora as associações surjam com objetivos assumidos coletivamente por parte dos seus associados, a verdadeira concretização dos seus objetivos implica a existência de capacidades, competências e disponibilidades que não são fáceis de associar de forma cumulativa com voluntariado, desprendimento e isenção.

Deste modo, as organizações estão fortemente condicionadas, tanto pelos enquadramentos contextuais como pelos recursos e personalidades dos seus associados.

No entanto, pelo exercício de cidadania que lhes está subjacente, não deixam ainda assim de contribuir para o desenvolvimento do território onde exercem atividade.

Por último este trabalho tem como objetivo saber se os cidadãos têm um papel ativo, se as associações cumprem as suas funções, sendo uma delas a de servir como interlocutor entre os cidadãos e a autarquia, e ainda, quais os benefícios dessas relações para o município.

Capítulo I: A Cidade e o Indivíduo

Capítulo introdutório

Deixou, a cidade, de ser um espaço de troca de ideias? Um lugar de criatividade?

Vivemos numa sociedade cada vez mais individualista, onde o mais importante é o “Eu”, a pessoa, o indivíduo, a liberdade que atualmente o indivíduo tem, em que qualquer feito condenável poderá ser visto como uma censura à liberdade desse indivíduo. Com esta liberdade perdeu-se o sentido de respeito, moral e ética, tendo em conta que por vezes se torna difícil perceber que a nossa liberdade poderá afetar os outros.

“O individualismo – tomado no sentido da existência de um indivíduo racional, capaz de calcular com precisão os seus interesses particulares e agir em conformidade com esses interesses – é um fenómeno socialmente recente e emergiu de modo gradual. Constitui uma característica distinta das sociedades modernas e nasce como fruto da sua evolução.” (Pereira, 2012)

A sobrevalorização do “Eu” fez com que se perdessem certos valores, como o respeito pelo próximo, confundindo-se muitas vezes liberdade com anarquia. Este individualismo poderá ter-se enraizado na sociedade devido à desconfiança que cada vez mais há entre as pessoas, justificada pelos enganos constantes; os próprios políticos, aqueles que deveriam zelar por nós, enquanto cidadãos, são os que menos fazem e menos nos protegem a nós e aos nossos interesses. Acresce-se ainda o facto de as pessoas se sentirem usadas, em que após o voto, são completamente ignoradas e já não têm “utilidade”, pois os políticos já estão no governo/autarquias, já não precisam mais delas e já poderão fazer o que quiserem, muitas vezes sem necessitarem de qualquer aprovação por parte do cidadão.

Em Portugal não existe muito o sentido de comunidade, do viver em comunidade em que se formam micro cidades. A ideia de glocal torna-se cada vez mais importante. Talvez fosse boa ideia começar cada vez mais localmente, em que cada cidade teria os seus planos que depois se iriam fundir com os interesses comuns das restantes, e não fazer planos para o Geral, no caso fazer planos nacionais em que depois cada cidade/distrito tem de corresponder a esses planos, marginalizando muitas vezes as cidades. Talvez esta situação se verifique mais no interior, talvez o interior sofra mais

esta condição, pois muitas das vezes as medidas e ações não são adequadas à realidade dos municípios.

As cidades vivem atualmente apenas viradas para o consumo, esquecendo as trocas de ideias? As cidades atualmente são pontos de consumo, o que move uma cidade é o consumismo, mesmo o mais específico, isto é quando se pretende algo que só existe nesse sítio, ou mesmo o turismo, em que muitas vezes se visitam locais sem sequer ter a preocupação de conhecer a sua história, cultura, e muitas vezes o que importa é saber que foi naquele local que comprou determinado objeto, trazer o “souvenir” da Torre Eiffel mas provavelmente nem sequer conhece a sua história, ainda que seja um marco da História.

”O aluno de liceu que noutros tempos subia os degraus dos Propileus da Acrópole sonhava com esse instante havia anos; o atual turista apressado talvez não veja ali senão um montão de pedras” Jean-Claude Barreau, Guillaume Bigot (2008:8).

Um facto curioso poderá ser também o de muitas vezes o indivíduo achar perfeitamente normal fazer vinte, trinta, quarenta ou mais quilómetros para ir apenas a um restaurante de que lhe falaram, mas é incapaz de fazer esses mesmo quilómetros para ir visitar uma cidade e conhecê-la, conhecer a sua gente, a história, a cultura, pondo de lado a troca de conhecimento, de ideias.

Um exemplo que poderá ser tido em conta, para demonstrar que cada vez menos existe a tendência de o indivíduo não ter a necessidade dessa troca de ideias, de conhecimento, de convívio, de sociabilização, marcando o seu individualismo, poderá ser um edifício, um prédio onde vivem dez famílias. Outrora, por regra, quem tomava conta desse mesmo prédio, enquanto administradores, eram os próprios moradores, resolvendo os seus problemas, comunicando-os ao administrador, havendo desta forma uma troca de ideias e de conhecimento, a procura de soluções e resoluções de problemas, levando assim ao desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida nesse espaço. Hoje em dia, é cada vez mais frequente ceder-se essa administração a uma empresa de gestão de condomínios, originando uma grande perda no que toca ao contacto e convívio com os outros inquilinos do prédio, deixando assim de haver troca de ideias, uma socialização entre moradores/vizinhos, uma vez que se entregou a sua gestão a outros. Desta forma abdica-se da gestão de um próprio espaço, passando a estar dependente de uma empresa que toma as suas decisões com base em fatores, como o lucro que poderá ter com essa gestão de condomínio. Figura-se assim mais um símbolo

de consumismo e individualismo, em que sempre que seja possível pagar a alguém para fazer o trabalho por nós, assim o faremos. Assim, não haverá a preocupação com assuntos em que não seremos o único a beneficiar, não teremos portanto, de “fazer trabalho para os outros”.

Ou seja, nós próprios preferimos a democracia representativa, à democracia participativa, numa das poucas situações em que, atualmente, poderíamos ter controlo: a gestão da nossa habitação, e acabamos por entregá-la a terceiros, que a irão gerir à sua maneira, e que irão com isto tentar obter o maior proveito (lucro).

Se vivemos numa sociedade, em que só importa o indivíduo, de que importa repensar a cidade como um espaço comum? Cada vez mais vivemos numa sociedade onde o que importa é o indivíduo e em que governa a regra de “cada um por si”, e “se eu não o fizer por mim, ninguém o fará”. Há uma descrença quase que total no que toca por exemplo à política e ao que esta poderá fazer pelo indivíduo.

Talvez este individualismo se deva ao “gap” cada vez maior entre as classes da sociedade, fazendo com que os interesses comuns se afastem cada vez mais, refletindo-se na cidade, na sua construção e desenvolvimento. Uma cidade cada vez menos planeada a pensar nas pessoas, e mais nos lucros, uma cidade que é pensada de maneira a atrair mais turistas, mais investimento, esquecendo muitas vezes as pessoas que nela habitam, desvalorizando assim a sua opinião e o seu possível contributo, esquecendo que o maior lucro poderá estar nos próprios habitantes das cidades. Por vezes é necessário afastarmo-nos do quadro para ver tudo o que ele contém, tendo uma maior abordagem e uma diferente leitura.

“Só os grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de tomar iniciativas revolucionárias podem assumir e levar plenamente a cabo as soluções para os problemas urbanos; a cidade renovada será obra destas forças sociais e políticas” Henry Lefebvre (2012:114).

Capítulo II: A Democracia

1. Democracia: Participativa e Representativa

Cada vez mais, nos atos eleitorais, nos deparamos com taxas de abstenção bastante elevadas, o que poderá figurar o ponto em que democracia representativa se encontra, em que esta deixou de ser mobilizadora para muitas pessoas.

A democracia representativa encontra-se hoje, num agitado centro de relações de forças e de poderes contrários. Enquanto de um lado as grandes corporações mundiais e empresas multinacionais tendem a exercer as suas influências macroeconómicas e estratégicas sobre Estados, do outro lado estão os movimentos sociais e políticos, uns mais organizados que outros, que reivindicam por uma maior participação e inclusão no processo de desenvolvimento dos seus territórios e que lutam por uma melhor democracia de base, fazendo com que os Estados sejam cada vez mais pressionados, tendo quase que escolher entre os seus cidadãos ou o investimento na sua economia. Estes movimentos fazem-se sentir às várias escalas territoriais, sejam elas locais, regionais, nacionais, ou até mesmo mundiais, dedicando os seus esforços a sectores um tanto ou quanto específicos das sociedades, tais como o ambiente, minorias, mulheres, educação, ou até mesmo na luta por uma vida melhor.

Todavia, apesar de os princípios e as regras da democracia liberal se encontrarem num processo de universalização, a democracia continua a restringir-se ao espaço de cada Estado-Nação. Isto é, encontramos-nos num processo de globalização, no caso de Portugal que pertence à União Europeia, onde existem regras e princípios comuns, em que Portugal poderá exercer a sua própria democracia, desde que não contrarie esses princípios e não vá contra aquilo que está acordado entre todos os países, ou seja, não se pode dizer que Portugal tem a sua própria democracia, pois a maneira de governar está dependente de outros.

“Este aspeto adquire maior importância, no contexto da globalização das sociedades atuais, em que grande parte das medidas de regulação da atividade das pessoas e dos Estados são tomadas em instâncias de carácter supranacional, não eleitos democraticamente, como é o caso da Organização Mundial do Comércio, entre outras” (Dias 2008:183).

Isto é, somos coordenados e controlados por instituições e organizações para as quais nunca exercemos qualquer tipo de voto ou contribuição na escolha de quem

queremos que dirija/forme essas instituições, sabendo que têm no seu melhor interesse, proteger e ter em conta os interesses dos cidadãos. Somos regulados por essas instituições para podermos participar num mundo globalizado, num suposto mundo de oportunidades, em que nem sequer temos o direito de opinião sobre quem queremos que o controle. O preço dessa participação é abdicar de alguns poderes.

Desta forma, torna-se mais difícil aos Estados tomarem certas decisões, uma vez que para o fazerem, terão de estar de acordo com as regras e normas impostas, como no caso da União Europeia. Isto permite que um país tenha poder de decisão sobre outro país. É certo que qualquer governante português gostaria de aumentar as exportações, por exemplo em produtos agrícolas, mas a Política Agrícola Comum não o permite, pois cada país tem a sua quota-parte deste mercado comum. Com isto, apesar de dar igualdade a todos os países, advém que se estrangulam as economias de alguns, inviabilizando certas atividades económicas, como a agricultura.

Nunca as eleições, em países que não apenas no nosso, foram tão importantes como atualmente. Nunca as eleições foram tão mediatizadas como nos dias de hoje, onde se torna essencial saber quem vai ser o próximo Presidente dos Estados Unidos, da França, da Alemanha, etc., pois neste mundo globalizado em que vivemos, essas eleições tornam-se essenciais, uma vez que influenciam, ainda que indiretamente, o Estado - as suas ações e decisões.

“Os atos eleitorais defrontam-se, em inúmeros países, com elevadíssimas taxas de abstenção, o que significa que a própria democracia representativa tem perdido algum vigor e deixou de ser mobilizadora para muitas pessoas” (Dias 2008:185).

Em consequência destes fatores, as pessoas não se veem representadas, pois o seu papel como cidadãos ativos na sociedade parece que foi reduzido ao simples papel de eleitores, em que vão exercer o seu ato de voto, e a partir daí a sua opinião não conta nem é tida em consideração, sentindo-se assim como um mero instrumento de voto. Deste modo, as garantias constitucionais e jurídicas vão perdendo sentido, à medida que a vida social, económica, cultural e ambiental se degrada, uma vez que o papel de cidadão ativo deixou de ser relevante e não tem lugar na sociedade.

Segundo Arblaster, a apatia dos eleitores pode refletir:

“ (...) a convicção generalizada de que votar não vai dar em nada, de que as alterações de governo não tem qualquer importância, uma vez que o verdadeiro poder

está fora do controlo do governo. [...] O absentismo nas eleições não é claramente tão irracional como seria se fosse resultado de indolência e de irresponsabilidade” (2004:137).

O papel do cidadão é resumido ao “jogo de eleições”; quando está descontente com o partido que o governa, nas eleições seguintes vota no seu opositor, opositor com o qual volta a ficar descontente, voltando novamente à sua escolha inicial. Entramos num ciclo vicioso, onde não se torna possível dar continuidade a qualquer projeto, pois não é num mandato de 4 anos que será possível mudar estratégias e ver os seus proveitos. Desta forma torna-se virtualmente impossível dar essa continuidade aos projetos começados pelo executivo anterior, uma vez que foi essa desconcordância de ideias que o levou ao poder – a maneira como as medidas estavam a ser tomadas.

Com isto fazem-se gastos desnecessário, não há qualquer continuidade de projetos ou iniciativas, ao passo que se os cidadãos forem introduzidos na equação, no que toca ao desenvolvimento, teríamos todos a ganhar, pois entre os cidadãos há esquerdistas, há centristas e há os de direita, o que resultará numa fusão de ideias, e desta forma resultará naquilo que as populações considerarem melhor para si.

Aqui reside a diferença entre democracia representativa e democracia participativa. A democracia participativa, para além de exigir um quadro normativo, legal e institucional, de forma a garantir o bom funcionamento do sistema democrático, permite o envolvimento do cidadão na sua conceção, fazendo com que as pessoas entendam como funciona o sistema. Cria-se assim uma boa relação com a população, prima-se pela transparência e governa-se com base na confiança e respeito, ao passo que na democracia representativa é retirado ao cidadão o seu envolvimento, quase que o seu direito à informação, não inspirando confiança e onde se poderá dizer que a transparência não é uma virtude.

2. O Estado da Democracia

Quando Norberto Bobbio (2002) faz uma análise ao estado da democracia moderna, identifica a existência de cinco promessas que não são cumpridas segundo o ideal democrático.

Em primeiro lugar, começa por considerar que o povo, enquanto grupo de indivíduos, deixou de ser preponderante; que o povo deixou de ter poder de decisão, ou

voto em certas matérias. Atualmente os sujeitos politicamente relevantes, grupos organizados, tais como as grandes organizações, as associações independentemente das suas áreas de ação, os sindicatos, partidos políticos, são aqueles que poderão trazer lucros e com os quais se pode ganhar dinheiro. Os indivíduos em si, o cidadão “comum”, como peça fundamental da sociedade, deixou de ser importante passando para segundo plano. É tido como aquele cuja opinião que menos importa. O cidadão perde desta forma lugar para o cidadão representado por diversos grupos de interesse, perdendo com isto o direito a participar direta ou indiretamente na vida política.

A segunda promessa não cumprida, que resulta do não cumprimento da promessa anterior, surge da ideia de que por detrás de um mandato há sempre uma questão pessoal e um interesse, próprio ou não, o que torna a democracia moderna contraditória face ao seu princípio fundador, que se baseia na representação política. A angariação de fundos para as campanhas eleitorais traz sempre algumas suspeitas. O que leva uma empresa a disponibilizar fundos para uma campanha eleitoral? Não estará esta à espera de receber favores, no caso de o político, para o qual disponibilizaram uma verba, quando este estiver no poder? Utilizando a frase popularizada por Robert A. Heinlein e Milton Friedman, “There is no such thing as a free lunch”, ou seja, não se dá nada sem esperar algo em troca.

Para Norberto Bobbio, a terceira promessa não cumprida é a derrota do poder oligárquico. A própria democracia representativa rejeita o princípio da liberdade como autonomia. Existe uma distinção clara entre eleitos e eleitores, governantes e governados, existem os que elegem e serão sempre apenas eleitores e os que são governo e serão sempre governadores, à semelhança dos regimes Monárquicos, em que havia uma hierarquia social, e que era impossível a um membro da plebe vir a ser Rei. Pode-se assim considerar que, a democracia moderna estagnou, não evoluiu, e que nos dias de hoje se pode supor que democracia é sinónimo de legitimação política de determinados grupos sociais, dos grupos mais altos da hierarquia social. Conclui-se que a atividade do indivíduo, enquanto cidadão, quase que se resume ao ato eleitoral.

Como quarta promessa, o autor refere a necessidade de eliminar o poder invisível, aquele que governa sem se ver, e que exerce pressão sobre o poder eleito. Querendo com isto dizer que, paralelamente com o Estado, existe um Estado invisível, referindo por exemplo a Máfia em Itália, em que apesar de não terem qualquer poder político, de não terem sido eleitos pelo povo, manipulam o Estado e a forma como este

funciona, influenciando as suas ações – do Estado – para seu proveito. É como se as decisões mais importantes estivessem em secretismo, mantendo a população insciente de todas as decisões, decisões que as afetarão diretamente. Ou seja, este poder invisível funciona exatamente como deveria funcionar a democracia, em que o povo toma as decisões, expõe as suas opiniões ao Estado, e este tenta fazer o que acha melhor para todos. Contudo há sempre a ideia de que o estado sabe e controla tudo o que o cidadão faz, ao mesmo tempo que este tenta esconder as suas próprias ações.

“Inútil dizer que o controle público do poder é ainda mais necessário numa época como a nossa, na qual aumentaram enormemente e são praticamente ilimitados os instrumentos técnicos de que dispõem os detentores do poder para conhecer capilarmente tudo o que fazem os cidadãos” Norberto Bobbio (2002).

Cada vez mais as nossas ações, ao contrário das do Estado, são escrutinadas até ao mais ínfimo pormenor. O Estado sabe mais do cidadão, do que o cidadão sabe do Estado, criando desta forma o sentimento de desconfiança por parte dos cidadãos em relação ao Estado, pondo em questão a transparência das suas ações.

Apesar de a democracia requerer cidadãos ativos, este modelo de democracia representativa não tem feito mais do que produzir, por parte do cidadão, uma apatia generalizada em relação à política, uma vez que não há espaço para a participação pública.

Para António Teixeira Fernandes, democracia é “um regime político que, sendo poder do povo exercido pelo povo, nunca atinge a sua total realização” (2004: 35). Para o autor, o facto de o sistema político ser um sistema democrático, não faz com que necessariamente a sociedade também o seja. Não é apenas através do voto, aquando das eleições, sejam elas legislativas, autárquicas ou presidenciais, que se cria uma democracia. Não é por haver eleições na Coreia do Norte, onde Kim Jong-Un obteve recentemente cem por cento dos votos, que torna a Coreia do Norte um país democrático. Com isto é possível demonstrar em como não há uma relação direta entre os dois conceitos. A democracia só acontece quando há divisão de poderes em simultâneo, com uma distinção clara entre Estado e sociedade civil. Para o autor o regime político é mais ou menos democrático consoante o poder se encontre mais ou menos distribuído na sociedade. Para Teixeira Fernandes “a democracia é poder do povo partilhado entre o povo”. Sendo a democracia considerada o poder do povo, não é possível que esta exista sem a sua participação, sem o seu envolvimento. Não é possível

dizer que vivemos numa democracia (demo=povo / cracia = governo), quando o povo não é envolvido no processo. Posto isto, assistimos cada vez mais a uma despreocupação e um desprendimento por parte dos cidadãos em relação à política, o que provém da mentalidade instalada, de “o que quer que façamos nada disto irá mudar” ou “eles fazem todos o que querem”. Sentimo-nos impotentes perante a política. Assim, é evidente a necessidade de envolver as populações, estimular a sua participação e promover uma cidadania ativa.

“Uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela que o é na sua lei e nas suas instituições, mas sobretudo na prática democrática do quotidiano dos indivíduos” Teixeira Fernandes (2004).

Com taxas de abstenção cada vez mais altas, a democracia representativa formal encontra-se atualmente posta em questão, se esta realmente funciona e se os cidadãos se sentem representados pelos partidos políticos. Apesar de a democracia representativa representar algumas dúvidas, uma vez que para um partido ser eleito terá de ter sempre maioria absoluta, o que quer dizer que em mil pessoas apenas quinhentas e dez votaram nesse partido para os representar. O que faz com que quatrocentas e noventa pessoas fiquem descontentes, ainda que a decisão tenha sido tomada por uma dita maioria. Essas quatrocentas e noventa pessoas não acham que a decisão de dar a esse partido o poder tenha sido a melhor, logo haverá sempre esse descontentamento e discordância. Para piorar a situação, o aumento da profissionalização da atividade política, isto é, fazer da política uma carreira profissional, conduz a um progressivo afastamento do poder por parte do povo, o que se torna contraditório. A partir do momento em que a política se torna profissão, torna-se menos aberta ao povo e às suas opiniões, dando origem a que as minorias eleitas passem a dominar, sem que seja possível à população participar. Posto isto, pode-se considerar que a democracia é então inexistente.

Neste contexto, as atuais democracias têm encontrado obstáculos no que toca ao desinteresse dos cidadãos pela política, uma vez que se regem por um distanciamento face ao poder político. Este distanciamento torna-se uma justificação para as elevadas taxas de abstenção, taxas essas, que trazem consigo uma nova variável, os governos de coligação - partidos que se unem para obterem a maioria absoluta. Assim, para além de já ser “desfavorável” para as pessoas que não votaram no partido que irá fazer parte da coligação, vai ser desagradável para quem votou no partido que supostamente iria

formar governo, e não no partido por si escolhido, mais outro – aquele que aceitar essa coligação.

Para António Teixeira Fernandes, a resolução dos atuais problemas políticos, a falta de motivação e envolvimento por parte dos cidadãos, passa por uma necessidade de aprofundar e difundir a democracia a domínios, sejam eles culturais, sociais ou políticos e não ter em consideração apenas este último. É necessário promover a participação social e política abrangendo as instituições, associações e identidades que estejam ligadas ao processo de desenvolvimento. Para Bouzas (2001:8) “a democracia em que vive a maioria das pessoas do mundo ocidental é, na generalidade dos casos, meramente formal, com eleições periódicas, em que os diversos partidos políticos em cena fazem promessas de bem-estar que, em muitos casos, acabam por desaparecer por entre a poeira do esquecimento”. Segundo António Teixeira Fernandes um dos obstáculos ao normal funcionamento da democracia é a concentração de poder, tanto a nível económico como político. Para que seja possível superar este entrave, há a real necessidade de atuar ao nível das instituições políticas, apresentando-se a descentralização como uma solução. Ao nível da sociedade civil, por forma a alcançar a participação ativa por parte dos cidadãos, é necessária uma inclusão social e política e a diminuição das desigualdades, medidas sem as quais a democracia não conseguirá alcançar a sua plenitude.

“Quando os proprietários eram os únicos que tinham direito de voto, era natural que pedissem ao poder público o exercício de apenas uma função primária: a proteção da propriedade. Daqui nasceu a doutrina do estado limitado, do estado carabiniere ou, como se diz hoje, do estado mínimo, e configurou-se o estado como associação dos proprietários para a defesa daquele direito natural supremo que era exatamente, para Locke, o direito de propriedade. A partir do momento em que o voto foi estendido aos analfabetos tornou-se inevitável que estes pedissem ao estado a instituição de escolas gratuitas; com isto, o estado teve que arcar com um ônus desconhecido pelo estado das oligarquias tradicionais e da primeira oligarquia burguesa. Quando o direito de voto foi estendido também aos não-proprietários, aos que nada tinham, aos que tinham como propriedade tão-somente a força de trabalho, a consequência foi que se começou a exigir do estado a proteção contra o desemprego e, pouco a pouco, seguros sociais contra as doenças e a velhice, providências em favor da maternidade, casas a preços populares, etc. Assim aconteceu que o estado de serviços, o estado social, foi, agrade ou

não, a resposta a uma demanda vinda de baixo, a uma demanda democrática no sentido pleno da palavra” Norberto Bobbio (2002:35).

Para João Teixeira Lopes, os novos movimentos sociais “e a sua prolífera visibilidade (que se traduz na invenção de linguagens, de formas de apresentação em público, de modalidades originais de protesto e reivindicação) marcam o aparecimento de um novo espaço público, descentralizado, multiforme e fragmentado” (2004: 305). O autor defende a ideia de que os novos movimentos sociais “dinamizam, permitem cruzar o local e o global, e aproximam-se das formas de estruturação da comunicação mediática, o que lhes confere um poder e visibilidade acrescida” (idem: 306).

Ao contrário dos partidos políticos e as várias formas de poder público, que tendem a ter uma estrutura rígida e estática, ao contrário destes novos movimentos que se caracterizam por serem bastante dinâmicos, para Maria da Glória Gohn, “o campo de ação dos novos movimentos sociais faz-se num espaço de política não-institucional, cuja existência não está prevista nas doutrinas nem na prática da democracia liberal e do Estado e do bem-estar social” (Gohn, 1997: 166-167). O processo contemporâneo de construção e ação política é caracterizado, cada vez mais, pelo envolvimento de vários agentes, não se restringindo unicamente, às autoridades governamentais e às instâncias que as representam, isto é, às organizações governamentais.

Cada vez mais se assiste ao afastamento por parte do estado enquanto elemento unificador, sendo que o próprio estado é o elemento que tem vindo a criar um maior “gap” entre as classes sociais. Com esta nova realidade, as associações que tem por base a ajuda e defesa do cidadão, como por exemplo o Banco Alimentar, ganham um novo protagonismo. O Estado é cada vez mais caracterizado pela burocracia administrativa e pela incapacidade dos partidos políticos formularem resoluções, segundo Klaus Eder (1993).

Capítulo III: Participação Pública

Antes de desenvolver o tema, torna-se relevante fazer uma definição do que se entende por participação pública e que existem vários níveis de participação.

“A participação pública pode ser definida como o envolvimento de indivíduos e grupos que são positiva ou negativamente afetados por uma intervenção proposta (por exemplo, um projeto, um programa, um plano, uma política) sujeita a um processo de decisão, ou que estão interessados na mesma” (André, P., B.Enserink, D.Connor e P.Croal 2006).



Figura 1. Fonte: Arnstein (1969, Journal of the American Planning Association, 35:216-224)

A figura 1 pretende ilustrar os vários níveis de participação pública, em que, à medida que se vai subindo na escada, o peso do público na decisão final vai aumentando. No primeiro nível, Manipulação, há a tendência do poder manipular a decisão da população, ou seja, impor o seu ponto de vista e conceção dos projetos. No segundo nível, apenas se informa os cidadãos do que se pretende desenvolver, sem espaço de opinião. Na Consulta, ao mesmo tempo que se informam os cidadãos, pretende-se consultá-los e ouvir a sua opinião sem que esta tenha obrigatoriamente qualquer peso na decisão final. No quarto nível, Participação, como o próprio nome indica, já há de facto uma participação efetiva do cidadão, a sua opinião e vontade passa a constar do projeto final. Na delegação de poder, quinto nível, o cidadão passa a ter mais responsabilidades para além de uma participação, passa a ser responsável pelo próprio funcionamento do projeto. Por fim, no último nível é o cidadão que detém o poder, evidenciando-se a ausência de um poder político.

Um outro conceito que importa definir é o de público e os seus diferentes tipos. Entende-se por público “uma ou mais pessoas singulares ou coletivas, bem como de acordo com a legislação ou práticas nacionais, as suas associações, organizações ou agrupamentos” (Diretiva 2003/35/CE).

Entende-se ainda por público “qualquer pessoa ou grupo de pessoas com interesse numa questão” Fearo (Canadá, 1988).

Uma última definição de público é “uma ou mais pessoas singulares, pessoas coletivas de direito público ou privado, bem como as suas associações, organizações representativas ou agrupamentos” (DL 197/2005).

Relativamente aos tipos de público existem, para Maria do Rosário Partidário, vários géneros, nomeadamente:

- Cidadãos individuais, incluindo o público em geral e indivíduos chave que não expressam as suas opiniões através de, ou participam em, quaisquer organizações ou grupos;
- Associações e clubes desportivos;
- Associações e grupos ambientalistas/conservacionistas;
- Associações e organizações agrícolas;
- Associações e arrendatários;
- Grupos e associações comerciais e industriais;
- Associações profissionais;
- Instituições educacionais;
- Organizações cívicas;
- Organizações sindicais;
- Agências locais ou nacionais da administração pública;
- Autarquias locais;
- Outros grupos incluindo associações políticas, grupos religiosos, associações de minorias;
- Órgãos de comunicação social.

Num processo de participação pública torna-se ainda importante definir os atores, que para Maria do Rosário Partidário, se dividem em três categorias:

1. Inerentemente ativos no processo:
 - Promotor (ou proponente) da ação;
 - Projetista;
 - Equipa de consultores;
 - Autoridade responsável pelo licenciamento da ação;
 - Autoridade ambiental;
 - Comissão de apreciação técnica;
 - Outras instituições da administração com competência.
2. Participantes diretos no processo:
 - Organizações não-governamentais;
 - Tribunais;
 - Provedor de Justiça;
 - Comunicação Social;
 - Público em geral.
3. Participantes estratégico-políticos:
 - Políticos parlamentares;
 - Políticos governamentais;
 - Gestores de território.

Um pouco à semelhança dos Orçamentos Participativos, também as Associações e a Participação Pública “resulta apenas da vontade política dos eleitos que os propõem e sobrevive sem qualquer enquadramento legal ou normativo, sujeitando-a grandemente às dinâmicas dos ciclos eleitorais e de interpretações subjetivas, carregadas de supostos ideologismos” Dias (2008).

Apesar de as associações terem o seu enquadramento legal para se poderem formar, tendo os seus direitos e deveres, estes apenas se cingem à associação em si. Cada associação pode ou não ter influência na atividade política, dependendo esta, da vontade do eleito, em querer incluí-la, ou não, no desenvolvimento do meio em que está inserida.

De acordo com Nelson Dias (2008) e “com análises efetuadas a várias experiências de Orçamento Participativo, na América Latina, África e Europa (...)” este propõe 5 grandes dimensões para a implementação e consolidação dos OP: a dimensão ideológica, política, financeira, metodológica e societária.

Para o autor “A dimensão ideológica prende-se, necessariamente, com a convicção de que a participação não é um obstáculo à ação governativa mas antes um apoio ao processo decisional, para que este se ajuste o mais possível às necessidades das pessoas e dos diferentes grupos sociais. Trata-se, no fundo, da intenção de democratizar a própria democracia (Santos, 2003; Cabannes, 2004) e de provocar uma certa inversão da representatividade política, tradicionalmente, assente na lógica “dos muitos que votam pouco e que elegem poucos que votam muito”, ou por outras palavras, “dos muitos que decidem pouco ao eleger poucos que decidem muito” (...). Isto implica uma intenção de descentralização de poderes, ou melhor, de partilha de poderes entre eleitos e eleitores, o que obviamente não é fácil, atendendo à cultura política tradicional dos órgãos governativos”.

Ou seja, torna-se importante partilhar esses poderes com os eleitores envolvendo-os nos processos de decisão, devolvendo assim a democracia ao cidadão, e não serem apenas uma ínfima parte a decidir o futuro de todos, evitando-se assim que na base das decisões tomadas possam estar interesses próprios. Em Portugal, no caso específico dos Planos Municipais de Ordenamento do território, o decreto-lei 380/99 prevê no artigo 77º que haja um período em que a população possa formular as suas sugestões e discutir as propostas apresentadas pelos executivos. “Contudo, na maioria dos casos, a estes períodos não precede nenhuma forma de informação e esclarecimento do público e a discussão pública surge num momento quase final do processo decisório e tem como objetivo a apresentação do Plano e a justificação das opções tomadas, mais do que a solicitação de opiniões que viessem a influenciar a decisão.

Esta confrontação súbita faz com que a reação pública seja mais agressiva e acusatória pois não lhe é dada a oportunidade de se envolver e de se responsabilizar

com as opções feitas. A participação pública prevista nos Planos de Ordenamento não é mais do que uma redutora consulta dos conteúdos dos planos, na sua fase final, sem a necessária informação que permita o envolvimento ativo dos cidadãos” (Ferreira, Cunha, Marinho).

“Na Europa tem-se optado, em grande parte de experiências, por adotar formas mais recuadas de participação, alegando que o progresso e os de níveis de organização social e política alcançados no Continente demonstram validade e bondade nas opções seguidas quanto às formas e aos conteúdos da governação” (Dias 2008).

Parte-se sempre do princípio de que os políticos fazem sempre o que é melhor para o país e com cem por cento de transparência. Será resultado de pertencer à União, das políticas resultantes ao se pertencer a esta? Não teria a UE a perder com a participação pública, uma vez que assim os países passariam a ser menos “controláveis”? Mais uma vez fica aqui patente a ideia de que o Estado é apenas um mediador entre os poderes supranacionais e os cidadãos. Poderes esses para quais o cidadão não elege, ou tem qualquer tipo de influência, aumentando a sua apatia perante a atividade política e a sua descrença em relação aos políticos e ao que estes podem realmente fazer por nós, enquanto cidadão. Somos apenas parcialmente governados pelo governo eleito.

Nelson Dias (Dias 2008) conclui “que a dimensão ideológica não é passível de generalização a todas as experiências de OP, embora possa fazer toda a diferença relativamente ao aprofundamento da participação e da própria democracia”. Enquanto houver este jogo de interesses, não poderá haver espaço para a participação pública, uma vez que participação pública e interesses privados não são compatíveis.

“A dimensão política traduz-se na vontade política” (Rover, 2004) ou o “compromisso governamental” (Borba e Luchmann, 2007), dois requisitos essenciais. Sem estes dois requisitos não há espaço para a implementação deste processo, uma vez que não dispõe de um quadro legal ou normativo, sendo apenas uma medida facultativa para quem governa. Com o Estado democrático aparece também o estado burocrático, como afirma Norberto Bobbio (2002):

“Estado democrático e estado burocrático estão historicamente muito mais ligados um ao outro, do que a sua contraposição pode fazer pensar. Todos os estados que se tornaram mais democráticos tornaram-se ao mesmo tempo mais burocráticos,

pois o processo de burocratização foi em boa parte uma consequência do processo de democratização”.

A democracia está dependente da burocracia, e não existindo uma componente legal que obrigue e imponha aos municípios a adoção de medidas para a participação pública, para o envolvimento do cidadão no desenvolvimento da cidade, só mesmo a vontade do eleito em incluir os cidadãos em todas as suas ações, pode viabilizar esse processo. A burocracia tende a “reduzir a limites bem circunscritos o poder democrático”.

Para uma possível descentralização de poderes, não é apenas necessária uma vontade do executivo, é necessário que todo o corpo técnico esteja incentivado para interagir com os cidadãos nesse processo, não se fechando, numa forma de demonstrar o seu poder. Citando Oscar José Rover (2004:11) é essencial “capturar os funcionários públicos no que se refere aos fundamentos do OP”.

Da mesma forma que é necessário incentivar as populações a participar, é necessário incentivar esses funcionários, demonstrando que todos têm a ganhar com essas ações, que lhes trará benefícios, novas perspectivas, novas ideias, melhorando assim o seu trabalho. Deixar um pouco de lado a mentalidade de “eu quero, posso e mando” ou “não é uma pessoa de fora que me vai ensinar como fazer o meu trabalho”. Por sua vez também é preciso, por parte dos cidadãos participantes, não ir com a mentalidade de que vai, e se vai é para as coisas serem feitas como pensam, “a sociedade carece de uma identidade coletiva, as pessoas estão, na sua grande maioria, mais preocupadas com os interesses individuais, e acabam por se esquecer da importância da ação coletiva para o bem de todos” (Wagner Rocha, 2009).

Um fator que se pode considerar um entrave ao processo de participação pública é a mobilização do corpo técnico para estas intervenções, uma vez que os atuais poderes locais não se governam com grandes orçamentos. Esta dificuldade poderá fazer-se sentir particularmente nos municípios mais pequenos, que têm maiores dificuldades em promover estas ações, destacando o seu corpo técnico ao mesmo tempo que enfrenta dificuldade financeiras. A condição financeira dos municípios é uma questão central, pois fará a diferença entre uma participação pontual, onde são organizadas reuniões pontuais consoante a disponibilidade financeira do município, ou a realização mais frequente, criando um dinâmica permanente, cativando os cidadãos, incentivando a participação regular, criando uma ligação e alertando para os vários aspetos da gestão

territorial, mantendo-os informados das ações que serão tomadas – dos seus custos, o que será feito, o seu propósito.

A todo este processo não deverá estar associada nenhuma luta político-partidária, antes pelo contrário, inclusive os cidadãos ou militantes dos outros partidos deverão estar incluídos no processo. É fundamental este aspeto, pois assim se fomenta a criação de uma pedagogia de participação, levando a que as pessoas percebam que a participação vai para além da política. A inclusão dos outros partidos no processo é também fundamental para se poder dar continuidade aos projetos desenvolvidos pelo anterior executivo. Só assim todo o processo poderá ter sustentabilidade, evitando que aquando da eleição de um novo poder executivo, os projetos se embarguem, acautelando o pensamento comum de “não fui eu que fiz, não me interessa”.

Citando Voltaire Shilling (apud Dias, 2008):

“Em nome da governabilidade [os partidos] sacrificam seus princípios ideológicos partidários mais caros em função de um acordo que permitisse cumprir com certa eficácia os seus desígnios de governo e de administração. A tendência mais comum, pois, foi sacrificar as ideias, os programas, e a representatividade, em nome de ordem e bom andamento das coisas, tentando evitar crises políticas danosas ao controle que as elites exerciam e exercem sobre o país continente”.

É com base neste pensamento que se fazem notar, no meu ponto de vista, as diferenças entre eleições autárquicas e eleições legislativas, em que nas primeiras muitas vezes se vota na pessoa e não pelo partido que esta representa, pois o autarca é capaz de sacrificar esses idealismos, ao passo que um governante, mesmo que queira, não lhe é possível. Posto isto, nas legislativas vota-se no partido e não na pessoa, porque há sempre a ideia de que independentemente de quem estiver à frente no partido, as ideias do partido serão sempre soberanas.

“O autor adianta ainda que esta fuga para a sobrevivência por parte da classe política contribui para que os partidos políticos lograssem pouca confiança por parte da população brasileira, resultando desse processo uma preferência dos eleitores por candidatos confiáveis, “salvadores” e não por programas partidários ou ideológicos” (Dias 2008:192).

A dimensão financeira é um ponto crucial no que toca ao processo de participação pública uma vez que sem recursos financeiros, sem um orçamento

razoável, não se justifica a participação pública, uma vez que não será possível dar seguimento aos projetos resultantes dessa cooperação.

O executivo tem assim que optar por seguir o programa eleitoral e todas as propostas com as quais foi possível candidatar-se ao cargo e com as quais se comprometeu legalmente cumprir para com o seu partido – ainda que não sofra nenhuma sanção por não o fazer – deixando por vezes de lado a agenda que surge da participação pública e da vontade de envolver os cidadãos na execução da sua governança, fazendo com que não apenas o poder executivo tenha de dobrar os seus esforços, mas também o seu corpo técnico, para cumprir a agenda eleitoral mas também a agenda que resulta da participação. Ora, em municípios onde o orçamento é mais reduzido, a compatibilização de duas agendas torna-se impensável. Com isto, a participação pública torna-se matéria de menor importância, uma vez que o objetivo principal, tendo em conta a legitimidade destas duas agendas, é desenvolver/continuar com o processo que o permitiu ocupar o cargo e com o qual se comprometeu de forma legítima e legal. Assim sendo, torna-se difícil fazer com que haja por parte deste poder executivo, uma vontade de incluir a participação pública na sua agenda, uma vez que corre o sério risco de não conseguir cumprir com a sua palavra, fragilizando e descredibilizando a sua imagem. Como tal, muitas das vezes, torna-se preferível não arriscar e seguir com o plano original, com o qual se comprometeu e lhe garantiu o lugar.

Contudo essa mesma fraca capacidade de investimento por parte de alguns municípios poderá ser vista como uma oportunidade, uma oportunidade pedagógica para promover a pedagogia orçamental no que toca a dinheiros do erário público: informar os cidadãos das contas públicas – o capital que o município tem disponível, ou em dívida; as regras impostas pela gestão orçamental – sendo que os dinheiros públicos quando são atribuídos têm sempre um destino, como educação, componente social, infraestruturas, etc.; as competências do poder local – o que realmente o poder local poderá fazer pelos cidadãos, por exemplo se uma freguesia não tem posto de correios, essa opção não parte necessariamente do poder local, mas sim do central; a necessidade de estabelecer prioridades – compreender que existem prioridades, que dentro de todas as ideias, de todos os problemas que possam existir, há uns mais importantes que outros e é preciso resolver primeiro aqueles que realmente são mais urgentes, deixando em fila de espera ideias que possam surgir.

Desta forma, educa-se a população e faz-se entender a razão de muitas decisões que são tomadas e com as quais poderão não concordar, mas que após uma explicação, através desta abertura e transparência, por parte do poder local, em relação às suas decisões, poderão encarar essas mesmas decisões de outra forma. Ainda que apenas com carácter informativo, este tipo de transparência, nos dias de hoje torna-se importantíssimo, pois cada vez mais, como já foi referido, as pessoas sentem-se postas de lado e que a sua opinião não conta, apenas contando quando vão votar, não voltando a ser incluídas em qualquer outro processo. Este carácter informativo torna-se ainda muito importante, pois repetidas vezes as pessoas não percebem o motivo de certas decisões tomadas, uma vez que algumas delas, no que toca a planeamento estratégico, são decisões com objetivos a longo prazo, ou seja, só vai ser conhecido, o seu real objetivo ao fim de alguns anos.

Por exemplo, quando se constrói uma estrada alcatroada e depois durante algum tempo não volta a haver qualquer desenvolvimento nesse projeto, mantendo-se ali a estrada sem qualquer objetivo aparente. Até lá, as pessoas perguntarão a si próprias a razão dessa decisão e o que irão beneficiar com isso. Através da participação pública, da inclusão da população nas decisões tomadas, tornar-se-ia possível “educar” e fazer ver às pessoas, que tudo foi feito com um objetivo, mas que até à sua concretização é preciso passar por outras etapas, que tudo aquilo não foi feito ao acaso e que derivou de uma má gestão de fundos.

Um outro aspeto que se revela deveras importante, é a inclusão da população no processo de desenvolvimento, pois uma vez que contribuem para a construção e desenvolvimento dos espaços comuns, terão um cuidado redobrado na manutenção desses mesmos espaços. Irão fazer uso deles como se fossem seus, uma vez que ajudaram a construí-los e que isso favoreceu a sua qualidade de vida. Além disso, terão todo o interesse em que esse espaço mantenha a sua beleza, e bom estado de preservação, porque foi um espaço pelo qual lutaram e sentem-no como uma extensão da sua habitação – um espaço com condições e ao qual podem ir sempre que quiserem, sabendo que terão um espaço prestigiado. Mais ainda! Sentirão que é um espaço que não deverá ser “violado”, e que, quem o frequentar terá de obedecer às regras, regras de civismo. Afinal de contas, um indivíduo não vandaliza a sua própria casa, vandaliza sim, algo pelo qual não tem interesse. Para Saraiva (1998) a participação dos cidadãos é “indispensável, quer na sua qualidade de agentes mais ou menos ativos na

transformação da paisagem, quer como seus utentes, quer, ainda, como “guardiões” para gerações futuras, dos seus recursos e potencialidades”.

Para todo este processo é necessário um “descentramento comunicativo por parte do executivo e da sua equipa técnica” Nelson Dias (2008:193), construindo e desenvolvendo uma relação entre a população e o executivo, uma vez que “são os habitantes dos territórios abrangidos pelos planos que detém um conhecimento preciso dos problemas e da dinâmica própria desse território. Assim, o público, quando informado e esclarecido, é fonte direta de informação e podem ser criadas alternativas mais ajustadas à comunidade” (Ferreira, Cunha, Marinho).

Todo o cidadão deve compreender o que está a ser feito, estar a par de todos os desenvolvimentos que vão acontecendo e estão projetados para a sua cidade, e que lhe seja possível intervir sempre que achar que tem uma melhor solução ou que esses desenvolvimentos lhe possam trazer transtornos. Para se evitar que surjam estes problemas após todas as medidas estarem tomadas, de os projetos estarem finalizados ou em grande estado de avanço, torna-se necessário que haja a inclusão dos cidadãos e que sejam envolvidos durante todo o projeto, seja em tom de informação, de consulta ou de efetiva participação. Só desta forma é possível levar à participação dos cidadãos, como já foi referido.

Quantos casos não existem de situações em que após a construção, de por exemplo uma qualquer infraestrutura, se verifica que não foi a melhor opção tomada e que em vez de beneficiar a população, só a veio prejudicar? Não teria sido benéfico consultar primeiro a população e só depois de esta ser ouvida, decidir se, se deveria avançar ou não com o projeto? Não poderia a população ter ajudado a desenvolver uma solução melhor, com a qual todos ou quase todos concordassem?

José Luís Crespo (2003) refere a importância de incluir as pessoas e os grupos numa fase inicial dos processos de planeamento. Para o autor a inclusão precoce dos vários atores revela-se benéfica, uma vez que as questões nessa fase são “mais gerais e, consequentemente, existe uma maior probabilidade de influenciar o plano final” enquanto que “numa fase avançada da elaboração do plano as questões são mais específicas, de mais difícil apreensão pelo público em geral, as ideias dos especialistas estão mais cristalizadas, logo menos propensas a alterações, o que constitui fator que limita a capacidade de influenciar as opções estratégicas e o conteúdo formal do plano”.

“O descentramento comunicativo advém da necessidade de produzir informação e documentação detalhada sobre o processo de garantir a sua divulgação” Nelson Dias (2008).

Com informação corretamente divulgada, e não apenas quando um cidadão decide que gostaria de obter esclarecimentos sobre o que se está a acontecer na sua cidade, ou seja, quando o cidadão por iniciativa própria decide consultar projetos, medidas, etc., faz querer parecer que o executivo apenas tem interesse em divulgar a mesma, unicamente quando lhe é solicitado, como se tivesse algo a esconder. Estes acontecimentos fazem com que os níveis de transparência sejam bastante reduzidos, assim como a confiança que se tem no poder. A informação, de forma a combater os índices de transparência e a aumentar a confiança que se tem no executivo, deve ser toda ela, amplamente divulgada, seja através: dos jornais locais, das rádios, dos boletins municipais, dos sítios da internet oficiais das Câmaras Municipais, ou inclusive através de reuniões, cuja entrada estará aberta a todos os cidadãos do município. A intenção das referidas reuniões, para além de informar os munícipes sobre as contas públicas e projetos a desenvolver, seria também a de proporcionar um espaço à participação pública, um espaço de opinião, evitando que cada vez que alguém tenha algo a dizer, seja uma opinião, sugestão ou problema, tenha de se dirigir à Câmara Municipal ou Junta de Freguesia para fazer essa comunicação, o que torna bastante desmotivador, no que toca à participação pública e o envolvimento do indivíduo. Todos estes aspetos poderão também permitir uma melhor gestão orçamental, uma vez que podem evitar as tais situações futuras em que, em vez dos projetos trazerem desenvolvimento, só trazem descontentamento à população, tornando-se inviáveis.

Para uma boa implementação de participação torna-se necessário uma organização de registos, não só para manter tudo organizado e de fácil acesso e consulta, mas também trazer alguma base de formalidade a todo o processo de participação, pois sem essa organização e formalização, não há qualquer base para a legitimidade dos projetos, podendo levar a um descomprometimento por parte do executivo. Uma vez que estas ações partem apenas da vontade do executivo, carecendo dessa componente legal, da mesma forma que houve interesse em desenvolver essas ações, o executivo também as poderá por de lado. Assim, a organização/formalização, por exemplo através de atas de reunião, torna-se muito importante, trazendo essa base de legitimidade e de compromisso para com o executivo.

Num modelo de democracia participativa cria-se um espaço para a participação do cidadão, onde é possível decidir os direitos e deveres tanto dos cidadãos como do executivo, organizar reuniões conjuntas entre cidadão e executivo, votar investimentos de forma a garantir que em primeiro lugar está o interesse para o território e no caso de não resultar a população também tem a sua responsabilidade, passando a ter mais interesse em que as medidas tomadas resultem. Assim todos os projetos passam a ser concebidos e regulados em conjunto.

Uma forma de introduzir esta dinâmica seria através das associações do município, onde anteriormente cada um teria as suas reuniões onde seriam discutidas as ideias, projetos, reformas, etc., que depois comunicaria em reunião com as restantes associações e poder executivo. Desta forma haveria logo de início uma filtragem de conteúdos, evitando que se tragam para as reuniões interesses pessoais. Com isto não se põe de lado a participação individual, apenas se agilizaria todo o processo e seria possível dividir as reuniões por temáticas, evitando que numa reunião onde se discutem problemas de saneamento, de infraestruturas, de melhorias ao nível do desenvolvimento e sustentabilidade, surjam por exemplo problemas a nível do desporto ou da cultura. As associações funcionariam como elemento organizador e de interlocutor entre cidadão e executivo.

O objetivo da construção partilhada do enquadramento normativo prende-se com a circunstância de evitar o distanciamento por parte dos cidadãos, e a sua falta de interesse quanto ao desenvolvimento do território no qual habitam. Prende-se, portanto, com o objetivo essencial de cativar as pessoas e fazê-las acreditar que ajudaram a construir algo de vantajoso, tornando-se úteis para a sua comunidade. Assim o cidadão mantém, e tem todo o interesse em manter este tipo de relacionamento com o poder executivo, trazendo de volta o cidadão para uma vida política ativa.

Esta perspetiva remete-nos por fim, para a dimensão societária, talvez a mais decisiva na participação pública, uma vez que para se obterem resultados em todo este processo, é condição necessária, que haja uma sociedade civil forte, uma sociedade organizada, com vontade e interesse em defender os seus interesses e o seu território, uma sociedade civil ativa, que exponha todas as suas ideias e interesses ao executivo; é imprescindível que os cidadãos tenham uma consciência social elevada, que compreendam que devem defender o que é de todos e não apenas os interesses pessoais, e que saibam aceitar opiniões. Este último aspeto revela-se por vezes, bastante difícil,

uma vez que as pessoas têm tendência para se preocuparem mais com aquilo que os afeta diretamente. Esse aspeto ficou bem patente no caso de Barcelos, aquando uma tentativa de uma ação de participação pública. De um total de 4500 sugestões recebidas e identificadas, quase todas estas se traduziam em pedidos individuais. O “egoísmo”, “o individualismo”, pode ser, e é, em grande parte, um grande entrave à participação pública, que fica agravado quando as pessoas não conseguem compreender o outro lado, nem aceitar opiniões divergentes. Do mesmo modo que a “vontade política é inquestionável, uma sociedade civil forte é uma necessidade para que este tipo de processo seja apropriado pela população, e deixe de ficar tão vulnerável às alternâncias democráticas e às lutas político-partidárias” Nelson Dias (2008).

Uma das vantagens da adoção de um sistema de participação pública é o facto de este se distanciar dos partidos, frisando que se torna cada vez mais notório aquando das eleições autárquicas e legislativas em que se vota na pessoa e não no partido, à medida que se vai baixando na hierarquia: poder central – câmara municipal – junta de freguesia.

Capítulo IV: Governança

1. O que é governança

1.1. A construção do conceito de governança

A origem de governança pode relacionar-se com o nascimento da democracia, onde governança pode ser entendida como a procura do “bem comum”.

Segundo Vasconcelos, (2000:302) o termo governança descobre as suas raízes na palavra grega ‘kubernan’¹. O vocábulo ‘kubernan’ nasce assim na Antiga Grécia, considerado o berço da democracia, numa época em que a democracia se caracterizava pela participação direta dos cidadãos nos atos de governança (Millon, 2010:60). Governança surge da necessidade de pôr em prática um sistema de administração de um território vasto com base nos princípios democráticos da época.

Na Idade Média, a palavra governança encontra um novo significado, num período em que é associada aos sistemas das pastagens comuns da Inglaterra rural, onde se envolvia uma responsabilidade local de gestão comum das terras e seus recursos públicos (What, 2000:15,16).

Pode assim admitir-se que ao longo da história tenham existido várias formas de governança, estabelecidas entre habitantes com o intuito de organizarem e gerirem as suas atividades de um determinado local, de maneira mais, ou menos, informal (What, 2000:44).

Os sistemas mais informais de governança geraram em atividades como a pesca, a agricultura e a pastorícia, formas de autogestão locais, a partir de entidades municipais e representantes locais. Com esta autogestão evitavam-se assim o aparecimento de monopólios, garantindo a cada pescador, agricultor ou pastor, uma quota-parte dos recursos e consequentemente a sua sustentabilidade.

Como exemplifica Hardin (1968), a prevalência dos interesses individuais impede a prevalência do bem comum, fazendo uma analogia entre um pasto, em que cada pastor vai aumentando, sempre que pode, um animal ao seu pasto, tirando assim um maior proveito individual. A fim de se evitarem monopólios e uma situação insustentável, surge a necessidade de alguém controlar esse “bem comum”, as

¹ Derivando a palavra portuguesa do francês “gouvernance”, com origem na forma latina “gubernantia”, vai ao encontro das suas raízes mais recuadas no grego “kubernan” (Vasconcelos, 2000:302).

pastagens, tarefa que poderá ser inculcada ao Governo, ou a algum tipo de entidade, como por exemplo as associações ou cooperativas, de forma a garantir a gestão desse bem. De forma a certificarem-se que todos obtêm o mesmo proveito, tendo por base a sustentabilidade, neste caso, do pasto, uma vez que se todos os pastores decidirem aumentar o seu gado todos os dias, ao fim de um determinado tempo a situação vai-se tornar insustentável, pois existem demasiados animais para o pasto em questão, não permitindo a sua regeneração, o que levará ao esgotamento dos recursos.

1.2. Definição do conceito de governança

Para Margarida Pereira, o conceito de governança emerge na transição para o novo século (Jessop, 1998; Stoker, 1998), associado a mudanças estruturais: reforma administrativa e reformulação do papel do Estado, reforço da democracia participativa e deliberativa e europeização dos processos de decisão (Ferrão, 2010).

O conceito de governança passa a definir formas de governo mais abertas, (...) Tem associados os princípios da abertura, participação, responsabilidade, eficácia e coerência (CE, 2001:11).

Para João Seixas (2013), governança é um “conceito já relativamente antigo, a governança começou a ganhar corpo conceptual há cerca de três décadas, em primeiro lugar nas áreas económicas e particularmente nas escolas de economia institucional e de regulação”.

Para Rosenau (2000:15-16), “governança é um fenómeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de carácter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas”. Governança é assim entendida como “uma cultura de construção de processos de reflexão e de decisão, por parte do Estado, mas em abertura e com a inclusão de outros agentes sociais” (Seixas, 2013) com o objetivo de “aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente” (Diniz, 1995:400 apud Gonçalves, 2005). Surgem assim “propostas de governabilidade de sentido mais dinâmico, mais inclusivo e corresponsabilizante, em contraponto com os habituais “status” de estruturação de políticas, mais fechados e

impositivos, se bem que suportados em reconhecidas estruturas de representação democrática”.

Para Diniz, “tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente económicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública” (Ibid., p. 400, apud Gonçalves, 2005). Ou seja, a capacidade governativa não seria avaliada apenas pelos resultados das políticas governamentais. Seria avaliada também pela forma como governo exerce o seu poder (Gonçalves, 2005).

Para a Comissão Europeia, governança refere-se às regras, processos e comportamentos através dos quais os interesses são articulados, os recursos são geridos e o poder é exercido na sociedade. “A noção de governança parece ter a agenda secreta de racionalizar totalmente a governação e de não deixar nada por explicar” (Curado, 2005). Com a inclusão dos cidadãos nos processos de decisão ganha-se a confiança das populações, há cem por cento de transparência e todas as questões que possam surgir devem ser respondidas, todas as dúvidas devem ser esclarecidas. As ações tomadas deverão todas elas ser explicadas e tem de haver uma responsabilização, no caso ao longo ou no final do processo, os projetos não tenham decorrido como planeados nem tenham tido os efeitos pretendidos.

2. Enquadramento Teórico

O fenómeno da globalização recolocou em perspetiva as relações entre sociedade e Estado. Para Pierik (2003, p. 454) a globalização, enquanto fenómeno multidimensional que envolve a mudança na organização da atividade humana, dá outra pista importante para o conceito de governança.

“Impulsionou, portanto, a discussão sobre os novos meios e padrões de articulação entre indivíduos, organizações, empresas e o próprio Estado, deixando clara a importância da governança em todos os níveis” Gonçalves (2005).

Para o desenvolvimento regional sustentável ser possível, não basta este estar associado a recursos dos territórios. Com a perda gradual de influência e de capacidade de intervenção do Estado-nação no mundo global, é necessário desenvolver novas soluções de governabilidade, com a integração dos atores chave que concorrem para as

dinâmicas territoriais. Daí a afirmação conceptual e metodológica/operativa do conceito de governança (Pereira, 2013).

Para Klaus Frey (2007) “a tendência que caracteriza tanto as concepções da boa governança como da governança participativa é a crescente ênfase dada à necessidade de aumentar o grau de interação dos diversos atores sociais, o que se faz necessário para enfrentar um ambiente de turbulências e incertezas (Loiola & Moura, 1997, p. 58). Conforme a concepção da ‘governança interativa’ (Kooiman, 2002), os gestores públicos deveriam não apenas se preocupar com a solução de problemas específicos, mas também com o desafio de “governar interações”. Pede-se assim que os gestores públicos não se limitem a resolver os problemas que lhes vão surgindo, é necessária uma visão mais alargada, que tenham visão a longo prazo, uma visão que permita ver causas e efeitos. Pede-se que desenvolvam soluções integradas, que não se vão apenas colmatando deficiências, “tapando buracos”. Esta visão prende-se um pouco com a mentalidade de “quem vem depois que resolva os problemas”. Não existe preocupação, por parte da classe política, em desenvolver projetos para o futuro, uma vez que não é possível promover projetos em apenas 4 anos de mandato, e em muitos casos a passagem pela política é vista como uma catapulta para novas oportunidades e não como um compromisso a manter.

Torna-se assim imperativo o envolvimento das populações, uma vez que a classe política não tem interesse nos projetos de horizonte temporal alargado. O envolvimento dos cidadãos nos projetos para o futuro garante o progresso dos mesmos, independentemente de quem governa. Isso implica que haja situações de confronto, situações de discordância. Mas só através dessas situações é possível tomar decisões sustentáveis, decisões que visam realmente um futuro.

Kooiman (2002) salienta isso mesmo, afirmando que “governança implica a necessidade de criar condições favoráveis para que as interações dos diversos atores sociais, imprescindíveis para lidar com a diversidade, dinâmica e complexidade que caracteriza as transformações urbanas, possam ocorrer, e pontes do entendimento possam ser construídas”.

Mas esta perspetiva de cooperação e de interação, tendo em vista um acordo entre os diversos atores, não conquistou largos consensos uma vez que a diversidade de soluções, que é vista pelos seus defensores como uma mais-valia, para os críticos é precisamente uma limitação, uma vez que a probabilidade de chegarem a um consenso é

bastante reduzida atribuindo-lhe crescimento zero por falta de escala e salientando a inconsistência/incoerência entre projetos, uma vez que para se poder chegar a um consenso todas as partes terão de ceder em algum lado. Torna-se assim importante a inclusão de múltiplos atores e das mais diferentes áreas de intervenção – desde que estes sejam importantes à concretização do projeto em causa – fazendo com que as decisões sejam tomadas na base de consenso maioritário e não por unanimidade. Com a implicação de um maior número de atores haverá um ambiente mais propenso à formação de alianças, ao passo que numa situação em que existem poucos atores, estes não sentirão essa necessidade uma vez que no seu entender não se justifica a formação de alianças entre três, quatro ou cinco atores. Num cenário em que existam dez, quinze ou vinte atores em jogo, a formação de alianças torna-se uma necessidade, uma vez que uma ideia individual será muito mais difícil de ser levada a cabo. Com a inclusão de um maior número de atores elimina-se a necessidade de determinado ator ceder num projeto e impor que o próximo possa ser executado da forma pretendida, ou ainda que cada um dos atores acabe por realizar os seus próprios projetos, arriscando ainda a falta de ligação com os restantes. Todavia, para que este processo seja possível são necessários atores intervenientes fortes. De outro modo ao invés de contribuírem para um bom modelo de governança, passam a constituir um entrave.

“A visão baseada na escala local e nos seus recursos (depressa) perdeu influência com a ascensão do modelo neoliberal a partir dos anos 80. O incremento da globalização que lhe está associado introduz lógicas de desenvolvimento (crescimento?) à escala mundial, privilegiando as concentrações económico-financeira e política, em redor do conceito de competitividade (Pereira, 2013)”. O local não tem assim como competir com o global, uma vez que a sua escala não permite que este cresça de uma forma economicamente sustentável. O local em relação ao global acabará sempre por estagnar, uma vez que chegará sempre a menos pessoas e terá de competir com o global, que tem exatamente o mesmo público-alvo.

Para Margarida Pereira (2013) torna-se assim imperativo “definir como e quais os recursos a mobilizar, como gerar riqueza – diversificar oportunidades de emprego, dinamizar a base produtiva, rentabilizar as identidades, reter/atrair população, acrescentar valor e reinvesti-lo localmente, num processo de reprodução continuada e numa perspetiva de longo prazo. Mas este processo não ocorre de forma espontânea. Para ser despoletado, e mantido, é necessário conceber uma visão da estratégia a

implementar, delinear um projeto territorial (credível e viável) ajustado às potencialidades existentes, ancorado em ações coletivas, através do debate, concertação e corresponsabilização dos “stakeholders” locais: que atividades económicas incrementar, que modelo territorial perseguir (estruturação espacial da base produtiva, organização do sistema urbano e povoamento, (re)definição das redes de infraestruturas e de equipamentos, estruturas ecológicas a salvaguardar), como partilhar as responsabilidades entre os atores”.

Aqui, interessa destacar o capital institucional, que inclui o número e qualidade das organizações públicas, privadas e sociais presentes no território e o modo como cooperam para criar riqueza e bem-estar nas comunidades locais (Baleiras, 2011).

“As nossas políticas públicas continuam a ser excessivamente sectorializadas e muito pouco territorializadas. Para cada um dos sectores pode ter sentido, com os seus critérios estritamente sectoriais, a forma como racionalizam as suas redes, mas, se, ninguém tem uma visão de conjunto, o resultado é transformar Portugal num queijo Gruyère, cheio de buracos que resultam de decisões tomadas separadamente” (Ferrão, in Público).

Para Gomes (2003:390 apud Seixas 2013), “o primado da governança não reflete, necessariamente, menor governabilidade, traduz sim, desta, um conceito diferente do anteriormente expresso. Trata-se, sobretudo, de desenvolver um modo de governação que permita ao mercado operar e que viabilize a participação ativa dos cidadãos nas tomadas de decisão. Se o Estado tem uma menor capacidade de ditar, formalmente, a conceção das políticas, pode controlar de forma mais efetiva a sua implementação, na medida em que cooptou para a condução do processo interesses sociais que, a não ser assim, poderiam obstaculizar o desenvolvimento das políticas em causa. A governança supõe, em última análise, um governo mais atento aos limites da sua esfera de ação e que saiba trabalhar com eficácia no âmbito dos padrões estabelecidos”.

Contudo deve existir algum cuidado no uso da expressão “governança sem governo”. “(...) governança sem governo é governança sem poder, e governo sem poder raramente funciona. Muitos dos problemas internacionais e domésticos urgentes resultam do poder insuficiente dos Estados para estabelecer a ordem, realizar a infraestrutura, e prover serviços sociais mínimos. Atores privados podem assumir algum papel, mas não há substituto para o Estado” (Slaughter, 1997:195).

O intuito da governança não passa por substituir o Governo, o Estado, mas dar-lhe antes uma maior flexibilidade nos processos, de trazer massa crítica aos projetos a desenvolver e trazer ainda o ponto de vista do cidadão, pois será este quem irá fazer com que os recursos sejam maximizados, que as infraestruturas sejam rentabilizadas e em último caso será o cidadão dizer e provar que os projetos trouxeram benefícios e que constituem uma mais-valia para a sociedade.

Para Finkelstein (1991:369) governança não se preocupa apenas “com decisões mas também com suas consequências – por exemplo, efeitos distributivos, programas e projetos, eficácia, consentimento, e implementação doméstica”.

É preciso que haja a concorrência dos governantes (Estado) e dos cidadãos, através de sociedade civis organizadas, “para construir consensos que tornem possível formular políticas que permitam responder equilibradamente ao que a sociedade espera do governo” (Tomassini, 2001).

Para Fernandes (2004, apud Seixas, 2013): “É indispensável uma clara melhoria da tradicional representação política, para que os cidadãos reganhem a confiança nas instituições”. E, nesse contexto, “à imaginação política se impõem, atualmente, a tarefa e o desafio de descobrir os mecanismos capazes de integrar, no mesmo sistema político, as modalidades formais e não formais da democracia (...) para realizarem esse complexo objetivo, as sociedades parecem carecer de um forte investimento em cultura cívica e em cultura política (...) O poder político, porque ator importante na construção de mais democracia, não pode ser o redutor da participação, mas antes o seu multiplicador”, havendo assim que “desfeitiçar” e desnaturalizar as formas tradicionais de exercício da política”.

A abertura a interpretações do conceito de governança, se por um lado lhe tem conferido um grande “sucesso uma parte não negligenciável do seu sucesso por muitas escolas de pensamento e projetos de reforma” (Seixas, 2013), pelo outro essa mesma “abertura a diversas interpretações – e utilizações – muito distintas” (Jouve, 2003 apud Seixas, 2013) fazem com que o conceito possa seguir rumos totalmente contrários ao pretendido. Quando “colocado de forma normativa e conceptual, ou utilizado de forma muito parcial num dado universo político-institucional, pode tornar-se um conceito essencialmente pós-moderno, de difícil capacidade integrante, sequer construtivista.” (Seixas, 2013).

2.1. Legitimidade e Legalidade

Quando se discute o tema da governança, há dois planos de análise: o da legalidade e o da legitimidade. Quanto ao primeiro – o da legalidade – importa destacar que para o processo de governança tenha um carácter legal, tem de ser atribuída responsabilidade aos atores envolvidos. Como refere Pierik (pág. 461) “poder implica em responsabilidade, e onde quer o poder é exercido, a questão da “accountability” e da legitimidade é apropriadamente colocada.” As ONGs e empresas multinacionais não possuem formas de legitimidade democrática e controle democrático que são os ícones da “accountability”: governos liberal-democráticos, caracterizados por controlos constitucionais do poder e práticas e leis eleitorais que asseguram aos cidadãos voz no processo político.” Desta forma para que os vários atores possam participar num processo de governança têm de assumir responsabilidades, responsabilidades nos projetos pelos quais lutaram e ajudaram a desenvolver, não imputando terceiros quando estes projetos falham.

Relativamente ao conceito de legitimidade importa salientar que se trata de um conceito subjetivo, segundo a teoria weberiana: “parte da atitude do sujeito que legitima com respeito ao poder de legitimar, isto é, de uma ‘crença’, seja na validade do que é racional (segundo um valor ou propósito), na força da tradição ou na virtude do carisma” (Bobbio, s/d, p. 172). Ou seja, a legitimidade é alimentada de “baixo para cima”, surgindo que, no caso de governança, o atores envolvidos, aos quais foram conferidos poderes, exerceram a sua função de forma apropriada – conforme a lei – tornando assim as suas ações legítimas.

A legalidade e a legitimidade tornam-se assim vitais à implementação de governança, tentando deixar de lado algumas interpretações mais “maliciosas” relativas a este tema. Para que governança seja possível é necessária a “ reafecção das atribuições e competências, ampliando o protagonismo das entidades regionais e locais no desenho e execução de estratégias de desenvolvimento” (Pereira, 2013). Contudo para Margarida Pereira (2013) “esta complexidade organizacional não foi acompanhada por estruturas de articulação robustas e procedimentos claros, acentuando a fragilização do seu funcionamento (falta de eficácia e eficiência, redundâncias, ...). A par, a afirmação das correntes neoliberais forçou o questionamento permanente das funções do Estado (pressionando no sentido da sua contração), debilitando a intervenção pública”.

Nesta ótica as políticas da UE ganham uma influência cada vez mais marcante nas políticas nacionais, acrescentando assim a complexidade dos processos de decisão.

Face a essa complexidade de decisão, “vários documentos da CE associados aos fundos estruturais passam a defender abordagens mais interativas: integração intersectorial, integração vertical entre níveis da administração, associação entre atores públicos e privados, participação dos cidadãos nas decisões que os afetam” (Pereira, 2013).

Rosenau (2000:15) salienta assim que “governança não é o mesmo que governo” uma vez que para ele, “governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas, enquanto governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências”.

Os projetos desenvolvidos em ações de governança surgem apenas da concordância entre os atores, tendo como a iniciativa popular contando apenas um carácter informal. Na perspetiva do Direito, para que este se torne legal e legítimo, é apenas necessário estabelecer regras e normas para que a participação dos atores seja possível, para então os atores serem reconhecidos como peças importantes no desenvolvimento de novos projetos. Trata-se de reconhecer a presença crescente desses atores na discussão e formulação de tratados, convenções e resoluções, bem como na sua implementação efetiva.

2.2. Benefícios

Para Farinós Dasi (2008, p. 13-14) governança vem acrescentar aos processos de planeamento e gestão novas dinâmicas territoriais, com um cariz inovador, partilhado e colaborativo, podendo talvez afirma-se que devolveu as cidades aos seus cidadãos, devolveu-lhes a palavra e a possibilidade de voltarem a ter um papel ativo na construção da cidade. Governança caracteriza-se por desenvolver “ferramentas que facilitam procedimentos transparentes, participativos e adequados a cada escala e competência administrativa” (Guezala, 2009:217).

A inclusão desses procedimentos participativos em governança interessa e muito ao Direito, uma vez que esta participação por parte de atores estatais ou não estatais “desenvolvem as disputas, delas resultando as normas que regularão os conflitos. O facto de governança, trazer ao cenário a participação ativa de setores e atores não-estatais” (Gonçalves, 2005), contribui ainda para “ampliar as contribuições e opiniões capazes de influir nos resultados, seja no campo das políticas públicas, seja na regulação internacional, seja no campo estrito da produção e revisão das normas” (Ibidem).

O autor dá ainda o exemplo do Direito Ambiental Internacional, “ (...) na medida em que cresce a ideia do meio ambiente como património comum da humanidade”, para este “aumenta de um lado a necessidade de ações integradas e multilaterais de proteção, envolvendo todos os países e enfraquecendo a ideia do Estado-Nação como solução em si mesmo, e, de outro, a necessidade de envolver, na formulação de tratados, a opinião e o consenso da sociedade civil”.

2.3. Problemas à implementação

Governança permite a introdução de vários atores no processo de decisão, o que possibilita/facilita o envolvimento de interesses privados, o que poderá resultar num desequilíbrio de forças nos processos de decisão, que no limite, poderá comprometer o interesse coletivo tendo em conta a influência que o privado poderá exercer de forma a prevalecerem os seus projetos. Torna-se assim crucial a permanência do Estado nos processos de decisão, a quem em primeiro lugar compete salvaguardar os interesses dos cidadãos, daqueles que estão à sua mercê. Contudo, para evitar a prevalência dos interesses dos cidadãos é necessário um “Estado forte”, o que nem sempre acontece, ficando assim o próprio Estado à mercê dos interesses privados (nacionais e internacionais) e de outros estados e instituições mais fortes, ficando também o próprio Estado condicionado pelo poder de atuação dos privados.

Assim, as estruturas de governança, enquanto modelo conceptual de governação tendem a “revelar dificuldades no campo da operacionalização (criação, organização, funcionamento e manutenção) devido à diversidade de atores implicados e à heterogeneidade do seu poder de intervenção” (Pereira 2013). Uma vez que temos de um lado “a Administração, com uma (reconhecida) crise de governabilidade, por força da sua menor capacidade de intervenção e da dificuldade de articulação e disputa de

competências entre os níveis (clara, intensa, mas poucas vezes assumida) ” e do outro, “atores económicos e sociais com diversidade de objetivos, interesses, recursos, prioridades, calendários de atuação, agindo isoladamente, mostrando pouca abertura à cooperação e à responsabilização, a não ser por objetivos específicos e estímulos (em regra financeiros) concretos (Pereira, 2009) ”. Estas dificuldades são mais agravadas em contextos territoriais onde à uma baixa densidade e consequentemente o número de atores também bastante reduzidos e bastante débeis, agravando o cenário.

Exige-se assim à administração “uma capacidade de mediação no sentido de ponderar a diversidade de interesses dos vários sectores da sociedade, à luz de um bem comum” (Castro et al., 2008:14), uma vez que numa perspetiva de governança, mais importante que chegar a consensos, é obter-se compromissos para viabilizar soluções coletivas. Só através da concretização desses compromissos é possível atribuir responsabilidades, um fator chave para o sucesso de modelos de governança.

Para Alain Touraine “a sociedade moderna, dizem muitos dos melhores sociólogos, está dominada pela rutura desta correspondência entre atores e sistema. Por um lado, o poder concentra-se e grupos restritos controlam os fluxos de dinheiro, de influência e de informação. Aquilo a que se chama integração social pode ser reinterpretado como o controlo exercido por estes centros de poder sobre os atores sociais cada vez mais manipulados” (1992:406-407).

Salis Gomes (2003:394, apud Seixas) acrescenta: “Existe aqui, bem entendido, o risco de se perderem de vista os objetivos estratégicos democraticamente definidos para as diversas políticas públicas e, com eles, a essência destas. A governança é uma difícil arte de marear e a corrente determinada pelas trocas sociais numa ordem que se fez negociada tem muita força. Raciocinar e agir em termos de governança permite ultrapassar as aproximações institucionais clássicas e pôr a tónica numa interação do Estado com a sociedade civil, bem como nos problemas de coordenação que se colocam à gestão pública. Mas tal não significa que o sistema político possa ser assimilado, em nome dum empirismo supostamente realista, a um qualquer sistema de ação onde os espaços da gestão pública não correspondem ao domínio institucionalizado das políticas públicas, o cidadão e o utente se confundem e aos atores privados cabe o papel principal porque o Estado, supostamente, recuou. Podemos dizer, em síntese, que o risco para a governança resulta, por um lado, das falhas na articulação entre o plano da representação política e o plano das negociações sectoriais e, por outro lado, das tensões

crescentes entre a lógica pura e dura da economia de mercado e uma lógica de radicalidade democrática”

É assim imperativo definir um conjunto de regras, leis e modos de participação, tentando evitar-se que este conceito se torne uma “evocação e mesmo justificação para a construção de sistemas oligárquicos, seja através da prática do particularismo institucional (Mozzicaffreddo, 2003) (...) evitando que por detrás destas iniciativas estejam afinal de contas“ (...) verdadeiros projetos de condução discricionária de sentido essencialmente neoliberal e a própria negação da afirmação coletiva na política da cidade (Jouve, idem)” (Seixas, 2013).

Deste modo, para ser possível a implementação de boas ações de governança, livres de interesses privados e interesses pessoais é “ necessário não só a existência de uma estrutura de governo empenhada, perspicaz e bem consciente dos desafios da contemporaneidade, mas, sobretudo, que tal empenhamento seja suportado por uma sociedade urbana que compreenda e que se comprometa com tais desafios. Um empenhamento que requer importantes doses de capital social”. É necessário um empenhamento e seriedade por parte de todos os envolvidos, tendo em vista um futuro melhor, sustentável, inovador e principalmente onde todos se sintam incluídos e respeitados.

3. Modelos colaborativos para a governança territorial

Para Cohn (1998) a reciprocidade é o centro de discussão, é o fundamento no qual se baseia a governança. É a partir da multiplicação de relações às quais colocam os homens em contactos mais frequentes, que são introduzidos novos pontos de discordância, os quais dificultam gestos e sentimentos recíprocos. Desta forma, ao se obrigar legalmente uma indivíduo a estabelecer esse contacto através de leis instituídas essa vontade de estabelecer contacto deixa de depender da vontade do homem em fazê-lo. Estas ações corrigem insuficiências da reciprocidade espontânea, no entanto não são suficientes para a criação de laços que transcendam a obrigação pontual.

Para Bagnasco e Le Galès, “governança define-se como um processo de coordenação de atores, de grupos sociais e de instituições no sentido de atingir objetivos coletivamente discutidos e definidos, em ambiente fragmentado ou mesmo nebuloso” (2000, p. 26 apud Seixas, 2008). Na visão destes dois autores, para que seja possível

“atingir objetivos coletivamente discutidos e definidos” é necessário desenvolver “instrumentos e mecanismos para que tal coordenação se dê com uma considerável dose de objetividade, para o prosseguimento de determinados fins” (Seixas, 2008).

Margarida Pereira (2013) coloca assim duas questões:

- Face ao exposto, como colocar atores a cooperar num quadro de tensão e ou disputa constante?
- Como congregar atores (públicos e privados) com interesses, objetivos, recursos e calendários próprios, tendencialmente funcionando de modo individual?

Para que os indivíduos possam ponderar passar de atuações individuais para atuações coletivas é preciso que estes sintam que têm algo a ganhar. É preciso demonstrar ao indivíduo, numa primeira fase dessa ação, os benefícios que estes projetos lhe trazem e numa segunda fase queira continuar com essa a manter essa ação, fazendo parte de projetos futuros. Para que isso se torne possível é indispensável clarificar *a priori* alguns requisitos: quais os objetivos visados, o que se espera obter dessa colaboração e em quanto tempo será possível obter retorno e qual o valor acrescentado que essas soluções propostas poderão trazer ao indivíduo (Pereira, 2013). Um exemplo desse tipo de ações coletivas poderá ser um novo conceito existente em Portugal, o BNI Portugal, em que se criam vários grupos e por sua vez esses grupos são constituídos por diferentes tipos de negócio. Aqui o objetivo é aumentar o volume de negócios através da recomendação. Isto é, eu sou um empresário com um negócio de carpintaria e alguns dos meus móveis têm vidros. Ao invés de ir buscar esses vidros de que preciso, a uma qualquer loja, tenho de os ir buscar à empresa que vende vidros e faz parte do meu grupo, da minha rede de negócios. O que tenho a ganhar com isso enquanto empresário é que da próxima vez que alguém se dirigir à empresa de vidros, ou uma outra qualquer empresa da minha rede de negócios e perguntar por uma empresa de carpintaria, as empresas da minha rede irão sempre recomendar-me. Contudo este modelo nem sempre corre como desejado, uma vez que vez pode acontecer que dentro dessas redes de negócios nem todas as empresas crescem da mesma forma, o que poderá criar um ambiente de conflito e sensação de injustiça.

A colaboração deve ser assim compreendida como um caminho para a resolução de problemas multifacetados (Gray, 1989), a sua aplicação ajusta-se à conceção de

modelos de desenvolvimento sustentável. Deve ser entendida como “o processo através do qual os atores, com perspectivas distintas sobre um problema, exploram de modo construtivo as suas diferenças e procuram soluções que superam as suas visões limitadas sobre o que é possível” (Gray, 1989:5), sem esquecer que governança é “um processo que envolve normas partilhadas e interações mutuamente benéficas” (Thomson; Perry, 2006:23).

“O processo colaborativo é incrementalista, vai-se robustecendo ao longo do tempo” (Pereira, 2013), é um processo no qual se vão desenvolvendo relações de confiança, e à medida que essas relações de confiança aumentam, aumenta também a vontade de colaborar com os outros atores. Antes do processo colaborativo chegar a um nível desejado têm de ser derrubadas algumas barreiras.

Em síntese, a governança colaborativa figura-se deste modo como uma ferramenta base de sustentabilidade, uma vez que estimula a formação de capital de três tipos (Pereira, 2013): capital intelectual (recursos de conhecimento), capital social (credibilidade e compreensão social, construído pela interação pessoal) e capital político (capacidade de agir coletivamente para desenvolver qualidades locais e captar a atenção externa e recursos) (Innes; Booher, 1999 apud Pereira, 2013).

No presente trabalho será abordado apenas o capital social, pois é o tipo de capital que se procura desenvolver dentro das associações e com as dinâmicas associativas. Um dos princípios do associativismo é levar a que as pessoas se sintam incluídas na sociedade e que se considerem uma peça importante no desenvolvimento desta. Incutir nos cidadãos a necessidade de partilharem esforços para conseguirem os seus objetivos, num sentido utilitarista, isto é, colocando em primeiro plano o bem comum e depois então os seus interesses pessoais.

Capítulo V: Capital Social

1. Definição do conceito

Atualmente o conceito de capital social é tido como uma conceito fundamental que promove um modelo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo que promove o crescimento, promove também a inclusão e coesão social, como um serviço colocado à disposição da sociedade como um todo.

Para Fukuyama (2001) capital social é entendido como “um conjunto de valores informais ou normas partilhadas pelos membros de um grupo e que permitem a cooperação entre as pessoas.” Helder Pereira (2012) tem uma visão muito semelhante quando define capital social como “a partilha de normas, existência de redes e de confiança interindividual e institucional, as quais estimulam o desenvolvimento da sociedade” (Pereira, 2012). Na mesma ótica existem ainda definições como as de Nan Lin's que define capital social como o “investimento em relações sociais na expectativa de obter algo em troca no mercado”.

Já para David Halpern o termo capital social é um conceito dualista, uma vez que “ao mesmo tempo que se reafirma a importância do social, há uma sensação de economia”.

Para Baker (1990) o capital social é “Um recurso em que os atores derivam de estruturas sociais específicas e, de seguida, usam para perseguir os seus próprios interesses; ele é criado por mudanças na relação entre os atores”.

Newton (1997) entende capital social como um “fenômeno subjetivo, baseado em atitudes e valores que influenciam as interações”.

Para Bourdieu (1985) capital social “é o agregado do atual ou potencial recurso que são reunidos para posse de uma durável rede de relações mais ou menos institucionalizadas de mútuo conhecimento ou identificação”.

Para Coleman (1988) capital social “é uma variedade de entidades com dois elementos em comum, os quais consistem de algum aspeto de estruturas sociais, e facilitam evidentes ações de atores (pessoas ou corporações) com a estrutura”.

Schiff (1992) define capital social como “o conjunto de elementos das estruturas sociais que afetam as relações entre pessoas e são “inputs” ou argumentos da produção e/ou utilidade funcional”.

Para Burt (1992) capital social “é como amigos, colegas e de forma mais geral contactos diretos de quem você recebe oportunidades para usar seu capital humano e financeiro”.

Putnam (1995) defende que capital social: “são traços da vida social - redes de contactos, normas e confiança - que possibilitam aos participantes agirem juntos mais efetivamente para perseguir objetivos em comum”.

Apesar das diferentes definições do conceito é perceptível que todas elas têm em comum o mesmo objetivo: a construção de redes sociais que visam o desenvolvimento e promovem ao mesmo tempo o “bem comum”. Contudo existem alguns críticos que menosprezam esta última parte, a promoção do bem comum, uma vez que apesar de capital social consistir na ideia de “fazer com” (“doing with”), não implica forçosamente que seja um “fazer o bem para os outros” (“doing good for other people”) (Putnam, 2000: 117), querendo com isto dizer que por detrás das suas ações há ou poderá haver motivos pessoais, que não são necessariamente benéficos a toda a gente. Putnam demonstra esta perspetiva com o movimento do Ku Klux Klan em que propósito das relações sociais e a identificação e coesão em torno de um objetivo comum ao grupo se prendiam com a destruição do bem-estar de outros, pondo em causa os valores de uma sociedade democrática (Ibidem: 350-363).

2. Enquadramento Teórico

O conceito de capital social tem sido um conceito cada vez mais evocado devido à crescente crise dos sistemas sociais e institucionais. Pierre Bourdieu introduziu o termo capital social no início da década de 1980, salientadas as vantagens e oportunidades de se pertencer a certas comunidades. Bourdieu (1980) considera capital social como um aglomerado de recursos reais ou potenciais – reais na medida em que quando os indivíduos se agrupam é já com pelo menos um objetivo pensado; potenciais porque dessa união poderão resultar novos projetos não projetados desde início – que se unem visando uma participação em uma rede, durável, de relações mais ou menos institucionalizadas, onde existe um mútuo reconhecimento, munindo cada membro de um suporte de capital de propriedade coletiva. Isto é, para Bourdieu o capital social é constituído através da formação de laços em redes, sendo estas familiares e/ou reconhecidas. Na perspetiva de Coleman (1990), capital social poderá ser entendido

como um modelo de corresponsabilização, uma vez que o facto de um grupo/coletivo partilhar de normas sociais no seu seio de um grupo transfere para o coletivo o direito de controlar uma determinada ação, em vez desse direito estar apenas concentrado num indivíduo, naquele que comete a ação, uma vez que essa mesma irá ter consequências (positivas ou negativas) para todos e não apenas para o indivíduo que a produz (idem: 251). Por sua vez Robert Putnam (1993) argumenta que “O sucesso na superação dos dilemas de ação coletiva, e dos oportunismos derrotistas que levanta, depende do contexto social mais vasto em que cada situação particular é jogada. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que herdou um “stock” substancial de capital social, sob a forma de normas de reciprocidade e de compromisso em redes cívicas (...) capital social, aqui, refere-se a elementos de organização social, tais como confiança, normas e redes que melhoram a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas” (ibidem: 167).

Para a construção de uma base de capital social é necessária a combinação de vários elementos-chave, nomeadamente, confiança, expectativas, normas de reciprocidade, laços e redes de comunicação e de relacionamento. São elementos que quando acumulados resultam numa cultura de formação, de conhecimento e de interesse público, e consequentemente em experiências de parceria, de associativismo, de interação e de cooperação entre diferentes atores, que vão sendo desenvolvidos e reforçados ao longo do tempo (Seixas, 2013). Capital social pode ser assim entendido como uma ferramenta que visa melhorar o desempenho dos Estados democráticos.

A seguinte citação de David Hume ilustra bem em que consistem os ideais do capital social:

“O teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto, não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me dececionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua. (David Hume. Tratado da Natureza Humana, livro III, parte II, seção V)”.

Fica assim presente a ideia de que apesar de não haver qualquer relação entre indivíduo X e Y, o indivíduo Y ajuda o X, uma vez que o indivíduo Y nunca saberá se

poderá vir a precisar da ajuda do indivíduo X, começando-se a desenvolver-se uma base de confiança ao longo dos tempos.

Putnam (2000:22) define desta forma dois tipos de capital social, “bonding capital”, que resulta da união de vários indivíduos, por necessidade ou opção, com o objetivo de reforçar a sua identidade e homogeneidade do grupo. Exemplo disso poderão ser os sindicatos, que são caracterizados pela união de indivíduos da mesma profissão e que se agrupam com o objetivo de formar um grupo mais coeso e que mais facilmente impõe uma posição. O segundo tipo de capital social é o “bridging capital” que se caracteriza também ele por surgir de uma necessidade ou opção, mas que consiste em relações entre indivíduos ou grupos de diferentes perfis sociais. Poderão ser exemplo as associações de moradores, em que os moradores, de diferentes grupos sociais, de um determinado bairro se unem de forma a criarem um grupo mais robusto.

Na mesma perspetiva de Putnam, Mark Granovetter (1983) define a existência de dois tipos de laços sociais: os laços sociais fortes e laços sociais fracos. Para o autor laços fortes são laços entre indivíduos que possuem relações de parentesco ou possuem um forte vínculo de amizade, enquanto os laços fracos se caracterizam pela inexistência de relações de parentesco.

Para o autor os laços fracos têm um valor especial para os indivíduos, tendo em conta que os laços fracos são mais distantes, logo mais propensos a conexões mais longas do que as realizadas com os laços fortes. As conexões ao serem mais longas promovem o fluxo de novas informações, fazendo com que os laços fracos promovam o desenvolvimento do indivíduo, através da formação de novas ideias, de ideias e pensamentos próprios, uma vez que o indivíduo é confrontado com novas ideias/pensamentos que podem chocar com a sua.

O autor defende ainda que “indivíduos que não possuem uma boa rede de laços sociais fracos, são desprovidas da informação de partes distantes do sistema social, e ficam confinadas as notícias e visões provincianas de seus familiares e amigos mais íntimos.” Granovetter (1983). Para ele, esta privação não afeta apenas o conhecimento relativamente ao funcionamento do sistema social, mas também acarreta consequências quando este tenta entrar no mercado de trabalho, uma vez que na sua perspetiva poderão ser pessoas pouco abertas a novas ideias, a novas formas de pensar que não a sua. Poderão ser pessoas que não aceitam opiniões diferentes, pois nunca foram confrontadas com isso.

Para Simmel, o conflito produz ou modifica grupos de interesse, uniões, organizações, considerando este uma forma de sociabilização (Alcântara Jr., 2005). Para Simmel, o conflito não é tido como algo forçosamente negativo, mas antes como um fenómeno necessário ao restabelecimento da ordem.

“Desta forma, os laços sociais fazem parte do sistema social, uma vez que conecta os atores individuais propiciando os processos de interação entre estes. No entanto, o sistema social não é apenas um aspeto da interação, tampouco apenas a constituição pelo ator. Assim, o sistema social pode ser considerado com uma estrutura de *status* o qual tem o ator inserido nas relações neste sistema como um todo” (Parsons, 1991 apud Portella Tondolo, R. y Augustin, R, 2012).

Para Schwartz (1996), numa relação em que um indivíduo é subordinado de outro, isto é, numa relação em que um indivíduo tem poder sobre o outro, não existe um laço social, pondo desta forma em causa se os laços sociais poderão ser ou não formados num ambiente de trabalho.

Para Taylor (1998) o capital social, enquanto elemento agregador de indivíduos que partilham valores comuns e ideias, leva à criação de laços de interdependência e de cooperação social, que consequentemente leva à criação de uma comunidade. Para Taylor esse sentimento de pertença é o fator chave que torna possível a emergência de reivindicações para o reconhecimento das diferenças num quadro de igualdade de direitos (idem: 45-94). Esta teoria não é partilhada por Sennet (2001), uma vez que este questiona a conceção de comunidade, uma vez que esta poderá criar uma falsa unidade em torno de valores comuns. Para Sennet (2001), segundo a teoria do conflito social de Lewis Coser, as pessoas tendem a unir-se mais através do conflito verbal e do esforço investido nessa comunicação do que num cenário de partilha de comunidade, de partilha de valores. O cenário do conflito é mais propenso à criação de uma comunidade “no sentido de que as pessoas aprendem a ouvir-se e a responder umas às outras mesmo quando sentem com mais força as suas diferenças” (idem: 218). Este ponto de vista reforça assim as ideias de Simmel e de Granovetter quando estes dizem que o conflito produz ou modifica grupos de interesse, uniões, organizações (Simmel) e que os laços fracos promovem o fluxo de novas informações, o que numa perspetiva de comunitarismo, sem conflitos, tenderá a perder-se.

Em jeito de conclusão, aproveitando as palavras de João Seixas, “afirmando-se a política numa sociedade (para o caso, numa sociedade urbana) muito em termos da

capacidade de expressão e de participação de cada indivíduo nesta (como direito e como dever), o capital social afigura-se, assim, como fator primordial da sua riqueza coletiva”.

2.1. Importância do capital social

O objetivo deste ponto é salientar a importância para o facto das redes sociais e o papel crucial que desempenham na construção de capital social e os benefícios que estas redes trazem à vida da sociedade.

Como foi exposto no ponto anterior, as redes sociais e capital social têm subjacente a ideia de que é a na interação quotidiana que os indivíduos criam laços entre si e que recorrem a estes laços quando pretendem realizar determinados objetivos. Pode assim considerar-se que estas redes sociais são propensas à constituição de associações, sendo estas a forma de esses indivíduos, verem os seus objetivos realizados. Através da criação destas associações, ao mesmo tempo que o indivíduo vê os seus objetivos serem realizados, vai ganhando sentimentos de pertença, vai-se enraizando nele a sensação de que pertence a uma comunidade.

“O capital social remete igualmente para a importância dos elementos socioculturais de identidade e de pertença, não somente a um dado território, mas também a uma dada sociedade e a seus múltiplos elementos de interligação, de inter-relacionamento e de qualificação (de base cultural, económica, social) ” (Seixas, 2013: 205).

Tendo em conta a crescente vontade do indivíduo fazer parte, de ter cada vez mais um papel ativo na sociedade, e da sua necessidade de se agrupar com pessoas com os mesmo objetivos, “parece assim importante introduzir a variável do capital social quando falamos do futuro das cidades e da sua capacidade para enfrentar novos desafios e processos de inovação coletiva” (Subirats, 2001: 4 apud Seixas, 2013).

2.2. Riscos e benefícios do capital social

Para Putnam (1995) as relações sociais, a cooperação e a confiança geram benefícios mútuos. O capital social apresenta-se como símbolo de confiança, de normas, identificação social e, como não poderia deixar de ser, de obrigações. Os ideais do

capital social vão assim enraizando-se na sociedade com fortes sinais de reciprocidade e com a criação de elos fortes entre os indivíduos.

Na análise de Fukuyama (2001) capital social é definido como “um conjunto de valores informais ou normas partilhadas pelos membros de um grupo e que permitem a cooperação entre as pessoas” (idem: 36), o que não implica que haja produção de capital social, o que se exige é que se vá construindo uma base de confiança através dessas relações uma vez que para o autor, confiança é “o lubrificante que torna mais eficiente o funcionamento de qualquer grupo ou organização” (idem).

Contudo o capital social poderá ter implicações negativas, uma vez que se encontra dependente de um determinado grupo e do objetivo deste enquanto grupo. Como foi já referido anteriormente, Putnam dá o exemplo do Ku Klux Klan, um exemplo de como a formação de capital social, pessoas com os mesmos objetivos, iam contra o que a democracia tenta representar. Este grupo poderá considerar-se ele próprio destruidor do capital social, uma vez que não permite a construção de capital social que vá contra os seus princípios ou objetivos. O uso do capital social para fins positivos ou negativos estará sempre dependente das mentalidades de quem o produz, e inevitavelmente terá sempre, apesar de ter sido pensado com os melhores propósitos, um lado negativo, como todas as coisas.

“O facto do capital social poder ser utilizado para fins negativos não invalida que defenda que é um elemento crucial para a criação de uma sociedade civil saudável” (Fukuyama, 2001: 39-40).

Putnam menciona ainda o risco da criação de apenas de “bonding capital” em detrimento de “bridging capital”, uma vez que para este, se um grupo não tiver a preocupação de criar “bridging capital” corre o sério risco de criar, ainda que bastante coesos, comunidades/ grupos isoladas do meio social.

3. Relação do capital social com o associativismo

Não se pode falar de associativismo sem se mencionar capital social, já que a base do associativismo é precisamente o capital social. O associativismo permite a construção de capital social que produz efeitos positivos para a vida em comunidade, ajudando esta a manter-se unida e coesa.

“Na sua análise (Putnam, 1993), as associações e as organizações voluntárias desempenham um papel de destaque. Defende que as associações de moradores ou de vizinhos, os coros, os clubes desportivos, as cooperativas, as associações culturais, em suma, as organizações voluntárias dos mais variados fins, assentam na adesão livre por parte dos indivíduos e no desenvolvimento de interações baseadas em relações horizontais. Deste modo, são redes que possibilitam a emergência do compromisso cívico (“civic engagement”), um elemento essencial à construção de capital social (Albuquerque, 2008:103).

“Stocks of social capital, such as trust, norms, and networks, tend to be self-reinforcing and cumulative. Virtuous circles result in social equilibrium with high levels of cooperation, trust, reciprocity, civic engagement, and collective well-being. These traits define the civic community. Conversely, the absence of these traits in the uncivic community is also self-reinforcing” (Putnam, 1993: 177).

As associações funcionam assim como pontos de concentração de capital social, “trabalham para contribuir e possibilitar o desenvolvimento sustentável, fomentam a coesão social e combatem a exclusão” (Pereira, 2012:16).

Apesar de para Putnam a tarefa de construir capital social não ser uma tarefa fácil, esta é crucial para o pleno funcionamento da democracia, uma vez que para este:

“Strong society, strong economy; strong society, strong state” (1993:176).

“Os líderes políticos e as elites urbanas (sociais, culturais e económicas) deverão ter uma crescente preocupação na compreensão, assimilação e fomento de novas formas de envolvimento, de integração e de corresponsabilização na cidade” (Seixas, 2013) sendo a criação de capital social uma dessas formas, uma vez que através deste reconhecimento “potenciará novas capacidades sociais, políticas e ainda económicas” (idem, ibidem).

Capítulo VI: Associativismo

1. A vida associativa: princípios e benefícios

O associativismo sempre assumiu propósitos humanistas e de sociabilização uma vez que o principal objetivo do associativismo é levar as pessoas a reunirem-se a formarem grupos, desenvolvendo capacidades organizativas com o intuito de defenderem objetivos comuns aos indivíduos desse grupo. Desta forma são satisfeitas as suas necessidades e a probabilidade de serem tidos em consideração, é mais elevada.

Para Tocqueville, o associativismo é fundamental para uma melhor organização das sociedades democráticas, uma vez que alia liberdade e igualdade.

Para Dumazedier, o associativismo é uma dinâmica que se desenvolve de forma exterior às classes sociais, mas que tem efeitos niveladores sobre essa hierarquia.

Já para Capucha (1990) o associativismo é tido como uma forma de organizar as populações, rentabilizando os seus recursos e capacidades, melhorar e qualificar as suas condições de vida, de satisfazer necessidades cultivadas, de criar condições para se fazerem representar no diálogo junto dos poderes. Isto é, as associações ajudam a criar e a desenvolver capital social, aumentando assim a produtividade, não só dos indivíduos mas também dessas mesmas associações. As associações são ainda responsáveis pelo combate à segregação e exclusão social e responsáveis pela transferência de conflitos. As associações passam assim a apresentar-se como interlocutores, entre os cidadãos e os poderes, não só quando existe algo que pode ser melhorado, a nível de infraestruturas, mas também para fazerem chegar até estes poderes situações desconhecidas como pessoas que vivam em condições sub-humanas ou em pobreza extrema, uma vez que estão mais em contacto com estes casos. Normalmente as associações relacionadas a estes casos são as associações voluntárias, que tem como objetivo a participação social, a entre ajuda entre os cidadãos da sociedade para que desta forma seja possível combater esses elementos desagregadores, criando simultaneamente uma consciência coletiva.

Ernesto Fernandes (2003) propõe três concepções de associativismo, em primeiro lugar, o associativismo tradicional ou revivalista, onde as associações são apresentadas como espaços de convívio e que têm como base a promoção da solidariedade e a entreajuda. São exemplo as associações culturais, recreativas e desportivas, onde por norma existe sempre um espaço dedicado a este convívio. Em segundo lugar, identifica

as associações empresariais ou pragmáticas, um tipo de associativismo mais profissionalizado, que tem como objetivo a prestação de serviços. Isto é, o associado paga as suas quotas, e depois durante esse período de tempo pode usufruir de vários serviços, tais como jurisdição, auxílio quando o associado pretende candidatar-se a algum apoio europeu, contabilidade, etc. Por último, identifica o associativismo emergente, caracterizado por ter uma vertente emancipadora, desenvolvendo projetos inovadores e de incorporação de novas práticas, nomeadamente as hortas urbanas, o aproveitamento de comidas que todos os dias os restaurantes deitam fora, promoção do desporto através de atividades como corridas noturnas, etc.

A vida associativa permite que os espaços públicos sejam constantemente recreados, o que se reflete numa maior liberdade e fazem com que cada vez mais surjam novos tipos de associativismo, que possibilitam uma maior participação por parte dos cidadãos. Atualmente já existem vários tipos de associações, com os mais variadíssimos objetivos, cada vez mais específicos. Isto faz com que seja possível ao cidadão “escolher” uma causa e dedicar-se em exclusivo a essa causa, a qual com que mais se identifica e a qual pretende representar.

O associativismo surge então na forma de elemento democratizador, que leva a que seja possível à sociedade civil ter uma maior participação nos processos e decisões, sejam eles de nível económico, social ou cultural.

Neste prisma Mark Warren (2004:88-89) na sua interrogação sobre qual o melhor tipo de sociedade civil para a democracia, apoia-se em três argumentos de partida:

- “[as] associações podem desenvolver as capacidades democráticas dos indivíduos”;
- “as democracias dependem de esferas públicas robustas [sendo que as] associações na sociedade civil funcionam como infraestrutura social das esferas públicas” (apud Albuquerque, 2008);
- “as associações podem cumprir funções institucionais, oferecendo uma representação e uma voz, não apenas no interior do Estado, mas também no seio de outro tipo de regimes como as Nações Unidas ou a UE”.

Desta forma o associativismo pode apresentar-se como um indicador da sociedade, uma vez que permite ao indivíduo ter uma intervenção social mais direta, permitindo-lhe exercer o seu direito de cidadania.

“As associações canalizam para a esfera pública informações, reivindicações e orientações normativas e valorativas que permitem enriquecer o processo deliberativo. Os efeitos a nível individual, nomeadamente a transformação da consciência social e política, são também o resultado desta discussão pública” (Viegas, 2004: 37).

Assim sendo será possível, através do nível de associativismo, identificar se estamos perante uma sociedade mais dinâmica, interativa e ativa ou uma sociedade quase que estagnada, pouco ativa e sem interesses ou causas comuns, uma vez que as associações pressupõem a existência de um grupo de indivíduos que, através da conjugação dos seus esforços, têm como propósito a defesa de um objetivo comum.

Para Albuquerque (2008) as “associações e outras redes sociais desempenham um papel fundamental na promoção de confiança dos cidadãos face ao Estado e à sociedade, evitando a desintegração social e a deterioração da democracia”.

No entanto, para alguns autores associações têm alguns efeitos negativos na medida que podem ser elementos limitadores da liberdade individual dos seus membros e que poderão reforçar o conformismo e a aceitação de regras. Para Popielarz (1999) a própria existência de associações e de elevadas taxas de participação associativa, não representam por si só uma forte integração social.

Para que o associativismo possa realmente funcionar é necessário a presença de uma cultura associativa, isto é, perceber que as associações têm como intenção a melhoria da qualidade de vida, fazer com que todos os cidadãos sintam que têm um espaço na cidade, um lugar onde ir e que sintam que é um prolongamento da sua habitação. O cidadão, enquanto indivíduo tem que se aperceber que a sua qualidade de vida está dependente da qualidade de vida coletiva, da dos restantes cidadãos. Um outro alicerce das associações prende-se com as relações sociais, isto é, da mesma forma que o primeiro ponto permite que haja um prolongamento da habitação, com as relações sociais há um prolongamento das redes familiares, são criados laços entre todos os associados.

Putnam (1993:90, apud Albuquerque, 2008) argumenta que as associações provocam efeitos positivos tanto num plano interno como externo:

- ao nível interno induzem nos seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e predisposição para a vida pública;

- ao nível externo, uma rede densa de associações secundárias dá forma e contribui para uma colaboração social efetiva, ao invés de criar separação, situação observada em países em desenvolvimento na sua transição para um regime democrático.

Para Putnam (1993) as associações mais bem-sucedidas são aquelas que surgem, nascem de iniciativas participadas e em comunidades locais relativamente coesas (idem: 90-91) e que é o contexto social e histórico que determina significativamente a eficiência das instituições (ibidem: 182).

2. A evolução do associativismo em Portugal

No sentido de perceber melhor o associativismo e o que este representa, é importante compreender como este surgiu e os fundamentos que estão na base das suas raízes, destacando as suas transformações ao longo dos séculos ainda que de forma muito resumida.

No início do século XIX o associativismo teve o que poderemos considerar o seu primeiro momento de implementação e de expansão. Em 1834, no contexto da Revolução liberal é declarado em decreto-lei a abolição das Corporações. Com a extinção das Corporações, que outrora detinham o monopólio do comércio, é iniciado um tímido surto industrial, o qual impulsiona o surgimento de associações populares de forma a tentar fazer face às dificuldades quotidianas dos trabalhadores, o que levou as associações a serem descritas como elementos organizadores da vida coletiva, e elemento funcional e social diferenciador, próprio de uma sociedade moderna. Contudo em países onde esta mudança social se foi revelando lentamente e já num período mais avançado da história, sendo o caso de Portugal, o associativismo tinha uma menor expressão, ainda que alguns intelectuais da sociedade apontassem para as vantagens que as associações trariam à sociedade e ao seu progresso.

Em Portugal apenas com a implantação do Regime Liberal, o associativismo ganhou visibilidade, como elemento importante para a sociedade, passando assim a constar dos propósitos legislativos do Estado. Porém apenas com a modificação institucional consequente da implantação do Regime Liberal, foram criadas condições favoráveis à concretização de propostas desta natureza, sendo uma das condições

fundamentais o reconhecimento do cidadão como indivíduo dotado de direitos e liberdades, entre os quais estão o direito e a liberdade de associação.

Embora o direito de associação fosse apresentado como parte dos direitos e liberdades dos cidadãos, era visto com algumas reservas. No caso das associações e sociedades em que os seus objetivos se direccionavam para a utilidade pública, tais como as económicas, sociais e recreativas, embora do ponto de vista dos princípios fossem consideradas desejáveis, durante um longo período de tempo não possuíram um quadro legal adequado. A existência destas associações era apenas formal, estando dependentes da publicação de decretos e portarias que aprovariam ou não os seus estatutos, aprovação essa, que era minuciosamente estudada e avaliada. Apenas em 1867, aquando da publicação do Código Civil, passou a existir um enquadramento legal, sistematizando e uniformizando os direitos e deveres relativos ao associativismo facilitando assim o aparecimento de novas associações e com diferentes propósitos.

Ainda assim, as associações e sociedades com fins particulares, em especial as constituídas com um propósito económico, usufruíam de um suporte jurídico desde 1833, data em que foi publicado o Código Comercial.

Face a estas adversidades, não é de surpreender o facto de no século XX o número de associações existentes em Portugal fosse bastante reduzido e pouco diversificado quanto aos seus fins. Em 1910, com a instauração da República, o associativismo ganha um novo ímpeto, mais concretamente no apoio aos sindicatos agrícolas enquanto entidades de crédito agrícola.

A partir de 1937, durante o Estado Novo o associativismo sofre um “retrocesso”, em que o Estado se aproveita das potencialidades do associativismo, nomeadamente do seu poder organizacional e da sua capacidade enquanto instrumento de organização social, para subjugar os cidadãos a um sistema de controlo rigoroso. O Estado passa a obrigar os cidadãos a pertencer às suas “organizações estatais”, tais como os Grémios da Lavoura², as Casas do Povo³ e as Casas de Pescadores⁴.

² Os Grémios da Lavoura foram a forma de organização corporativa do sector agrícola português, sucedâneo do mutualismo na agricultura, que vigorou durante o regime do Estado Novo.

As bases organizativas dos grémios da lavoura foram fixadas pela Lei n.º 1957, de 20 de Maio de 1937, que estabeleceu as bases para a organização corporativa da agricultura de acordo com os preceitos do Estatuto do Trabalho Nacional.

³ As casas do povo foram criadas pelo Decreto-Lei n.º 23 051 de 23 de Setembro de 1933. Cada casa do povo era um organismo de cooperação social, dotado de personalidade jurídica, destinando-se a colaborar no desenvolvimento económico-social e cultural das comunidades locais, bem como a assegurar a

Com a revolução do 25 de Abril de 1974, as liberdades e direitos da cidadania são finalmente reconhecidas aos cidadãos e como consequência são eliminados os vínculos obrigatórios a determinadas organizações, como acontecia no passado. São criadas assim novas perspectivas para o associativismo.

Com o fim da ditadura, a formação de várias associações e movimentos de carácter político torna-se bastante natural, uma vez que com a queda do regime foi conquistada a liberdade de expressão, a expressão de ideias, e nada depende mais da expressão de ideias do que a política.

Apesar de todas as mudanças, a nível local, sobretudo em meio rural, as iniciativas quer de carácter social, recreativo, cultural ou desportivo, para a constituição de novas associações não foram muito abundantes. O 25 de Abril trouxe a possibilidade aos grupos que se encontravam aglomerados nas Casas do Povo – desportivos, ranchos folclóricos, grupos de cantares – de progressivamente se irem individualizando, ganhando a sua autonomia e por fim acabarem por se legalizar, levando assim à criação de novas associações. Noutras situações tratava-se apenas de novas iniciativas, que surgiam quase sempre na forma de associações culturais, desportivas e recreativas. A formação de algumas destas associações derivaram de antigos desentendimentos e rancores, que até ao 25 de Abril não eram possíveis de exteriorizar tendo em conta a obrigatoriedade de pertencer a estas. Não era possível deixar de pertencer à associação e formar uma por sua conta, o que passou a ser possível no após 25 de Abril, dando então aso à criação de novas associações. Com a revolução de 25 de Abril as “organizações estatais” do Estado Novo viriam a sofrer grandes alterações, contudo o Estado não confia ao povo a possibilidade de decidir o rumo que este quer tomar, é-lhes imposto inicialmente um caminho. Com a revolução também as Casas do Povo veem os seus propósitos reformulados e os Grémios da Lavoura passam a ser designados de, a que a chamamos hoje, de cooperativas agrícolas.

Após de um longo período de tempo de uma completa negação dos direitos humanos e de censura, quase 50 anos de um regime ditatorial, onde não havia qualquer possibilidade de expressão, e se ousássemos fazê-lo, seríamos no mínimo repreendidos,

representação profissional e a defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores agrícolas. As casas do povo assumiram, também, a função de realizar a previdência social de todos os residentes na sua área de atuação.

⁴ As Casas dos Pescadores eram o elemento primário de base territorial da organização corporativa do trabalho marítimo no regime corporativista do Estado Novo, em Portugal. Criadas pela Lei n.º 1953, de 11 de Março de 1937, e regulamentadas pelo Decreto n.º 27 978, de 2 de Agosto do mesmo ano.

não surpreende o facto de existirem tão poucas iniciativas de matéria associativa, tanto em número como em género.

À medida que as associações culturais, recreativas e desportivas, se iam desenvolvendo e dinamizando em várias áreas, surgiam ao mesmo tempo novos tipos de associativismo, sejam associações de defesa do património, associações de consumidores, associativismo juvenil e de estudantes, associativismo de proteção ao ambiente e com fins ecológicos, formavam-se as primeiras associações de pais, de moradores, até às associações mais viradas para a proteção e assistência, como as associações para pessoas com deficiência, de apoio à vítima e inclusive de proteção animal.

Na década de oitenta, surge um novo tipo de associativismo, as Instituições Particulares de Solidariedade Social⁵ (IPSS) que têm por base a iniciativa de particulares e sem qualquer finalidade lucrativa e nascem também as primeiras organizações que visam o desenvolvimento, seja ele integrado rural, local, comunitário ou social.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, surgem novas possibilidades de participação por parte dos cidadãos, através da formação de associações, as quais se direcionam mais para os projetos e fundos aos quais a partir de agora Portugal também passaria a ter acesso, nomeadamente aos três Quadros Comunitários de Apoio ao desenvolvimento do país (1989-2006) por forma a tornar o país mais desenvolvido, diminuindo assim as diferenças entre os países já pertencentes à CEE.

Em 1986, através do Ato Único Europeu, são introduzidos vários objetivos, sendo um deles a Coesão Económica e Social, que pretende precisamente acabar com as disparidades entre as várias regiões – Estados-Membro – através de fundos estruturais,

⁵ São instituições constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos:

Apoio a crianças e jovens;

Apoio à família;

Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;

Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;

Educação e formação profissional dos cidadãos;

Resolução dos problemas habitacionais das populações.

direcionados única e exclusivamente para essa causa. É nesta linha que encontramos um exemplo incontornável que surge com o objetivo geral de procurar soluções inovadoras, de carácter exemplar, assegurando a melhor ligação possível entre as diversas ações sectoriais, o Programa de Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER). Trata-se de uma iniciativa bastante original, uma vez que se trata de uma iniciativa virada para o local e que permite aos atores locais, de um território específico, desenvolver ações LEADER, ações que visam o desenvolvimento e promoção das regiões. Esta iniciativa em Portugal teve uma enorme aceitação e fez com que a massa associativa fosse aumentando, tendo em conta que foram criadas associações para dar acolhimento a este projeto.

Em Portugal, através do programa LEADER I (1991-1994)⁶ foram aprovadas 20 candidaturas, num total de 217⁷ a nível europeu, número esse que sofreu um aumento para 48 no LEADER II (1994-1999), ao mesmo tempo que em toda a Europa o número de candidaturas também ia subindo, passando assim para 972 candidaturas a nível Europeu. Após duas iniciativas, e um sucesso mais que confirmado, o programa estendeu-se para além destes dois. O seu sucessor foi o programa LEADER+ (2001-2006), no âmbito do terceiro Quadro de Comunitário de Apoio (QCA III). Com o fim do Programa LEADER+, surge um novo programa, PRODER (2007-2013) aprovado por decisão da Comissão Europeia, Decisão C(2007)6159, que através de reforços dos meios financeiros veio dar continuidade à iniciativa. Este último projeto ficou conhecido como “Abordagem LEADER”.

Apesar de todo este sucesso, que levou a que o programa se prolongasse por mais de 20 anos, o número de novas entidades/associações que se formaram derivadas a este, como seria de esperar, foi diminuindo. A formação de novas entidades/associações teve o seu expoente máximo nos programas LEADER I (1991-1994) e LEADER II (1994-1999), no início do programa, onde a oferta tinha de superar a procura como demonstra uma análise de Moreno (2003:46 apud Coelho, 2007):

“Temos uma distribuição bimodal que traduz a maior constituição de entidades entre 1991 e 1994, precisamente nos anos em que se dá início ao LEADER I e LEADER II, razões de constituição de várias associações. No entanto, é verificável que é a partir de 1987, com o afluxo de fundos comunitários, na antecedência do QCA I

⁶ <http://www.agroportal.pt/a/2002/njordao.htm>

⁷ http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/leader/2006_pt.pdf pág.7

(1989-93), se dá início à criação de condições para que o movimento associativo cresça. Como o QCA II coincide com o lançamento do LEADER II, compreende-se o paroxismo de 1994. Daí em diante, torna-se cada vez menor a constituição de novas entidades, à medida da saturação das oportunidades de dar resposta às necessidades sociais mais conhecidas.”

Foi através de iniciativas como esta que o trabalho desenvolvido pelas associações foi sendo cada vez mais reconhecido, como sendo de grande valor para a sociedade, como se pode constatar no parecer do Comité Económico e Social Europeu (2006):

“ (...) nos últimos 10 a 15 anos, o interesse das instituições europeias por um diálogo com a sociedade civil, em particular a sociedade civil organizada europeia, não parou de aumentar. De facto, as instituições reconheceram que não pode haver boas decisões políticas sem que os cidadãos sejam ouvidos e sem que as pessoas a quem as decisões comunitárias dizem respeito participem no processo e deem o seu aval”.

2.1. Elementos necessários à constituição de uma associação

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, descrito no Artigo 46.º:

1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respetivos fins não sejam contrários à lei penal.
2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas atividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.
3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.
4. Não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.

Desta forma para se poder constituir uma associação basta existir um conjunto de pessoas que reúna com interesses comuns. São exemplo disso, os grupos de moradores ou pessoas com o mesmo ramo de atividade. No fundo pessoas que têm como objetivo a criação de um projeto comum e que pretendam divulgá-lo publicamente, formando assim uma associação e promovendo as suas causas, ideias, propostas, etc.

Por regra, estas organizações são organizações sem fins lucrativos, uma vez que o seu objetivo não é o de obterem lucro com a(s) atividade(s) que desenvolvem; quando há o objetivo de criar lucro com a organização, cria-se uma sociedade ao invés de uma associação. Contudo para ser possível à associação desenvolver-se e manter-se no ativo, os sócios poderão ter que pagar quotas, que são tidas como uma ajuda e não um lucro.

De acordo como o Portal do Cidadão, para se criar uma associação é necessário o seguinte:

“-Os fundadores da associação devem marcar uma reunião informal com o objetivo de definirem os seguintes aspetos:

a) Objeto Social

Devem ser determinados os bens e serviços que a associação vai prestar, bem como todos os seus objetivos. Este é um dos aspetos mais importantes a estabelecer já que a organização não poderá desenvolver atividades que não estejam diretamente relacionadas com o seu objeto social.

Neste sentido, o objeto social tende a ser bastante mais amplo que o verdadeiro âmbito da associação, deixando espaço para que futuramente os sócios possam estender a sua atividade sem terem que alterar este ponto no texto dos estatutos.

b) Nome da Associação

Os fundadores devem escolher cerca de cinco nomes para a sua associação, pois pode dar-se o caso de já existirem organizações com a mesma denominação.

c) Escolher a Sede

A sede também deve ser um dos elementos a definir, uma vez que tem de estar fixada no texto dos estatutos. Normalmente, a sede refere-se ao local onde funciona a administração principal da associação, mas pode ser escolhida outra morada.

d) Outros Aspetos

Os estatutos podem ainda descrever os direitos e obrigações dos associados, as condições de admissão, saída ou exclusão de novos sócios, tal como as competências dos órgãos da associação, as suas receitas ou os termos de extinção da pessoa coletiva.

Capítulo VII: Metodologia

1. Escolha do Caso Estudo e Questões de Partida

A escolha do município de Castelo Branco para o presente caso estudo prende-se com o facto de ser natural da cidade de Castelo Branco. O propósito deste trabalho pretende assim, de certa forma, dar algum contributo não só para a cidade, como também para o município.

Este trabalho tem como objetivo saber se os cidadãos têm um papel ativo, se as associações cumprem as suas funções, sendo uma delas a de servir como interlocutor entre os cidadãos e a autarquia, e quais os benefícios dessas relações, para a cidade. Pretende-se ainda tentar perceber o que levou os presidentes/diretores a quererem ocupar esses cargos, se motivos pessoais de forma a dar contributo, ou se não concordavam com o que estava a ser feito.

O objeto de estudo do presente trabalho desenvolveu-se através de 4 questões de partida:

- 1) Tiveram as associações ao longo dos últimos 10 anos influência no desenvolvimento da cidade?
- 2) Terão os cidadãos uma participação ativa?
- 3) Haverá alguma relação entre a aproximação do poder local à população e o facto de a cidade de Castelo Branco ter sido considerada uma das cidades com melhor qualidade de vida?
- 4) O facto de haver pessoas/serviços que não estão ligados a qualquer tipo de associação estará relacionado com o não acreditarem nestas, ou simplesmente não sentirem necessidade de uma participação ativa?

2. Enquadramento de hipóteses

1) Tiveram as associações ao longo dos últimos 10 anos influência no desenvolvimento da cidade?

1ª Hipótese - As associações tiveram um papel ativo e desempenharam as suas funções tentando ao máximo fazer chegar a opinião/preocupações dos seus associados por forma a defender os interesses destes, levando assim ao desenvolvimento,

harmonioso, da cidade. Onde estiveram sempre em primeiro lugar os interesses dos seus habitantes.

2ª Hipótese – As associações não desempenharam as suas funções, a cidade foi-se desenvolvendo única e exclusivamente com as ideias e propostas do poder local, em que muitas das vezes não se defendia o interesse público, e não houve diálogo entre associações e a Câmara Municipal.

2) Terão os cidadãos uma participação ativa?

1ª Hipótese – Os cidadãos têm uma participação ativa, querem estar envolvidos na construção da cidade, no seu desenvolvimento, fazendo chegar às associações a que pertencem os seus problemas e as suas opiniões, pois sabem que esta será tida em conta.

2ª Hipótese – Os cidadãos não têm uma participação ativa pois acham que a sua opinião não é tida em conta, pois a CM segue o seu rumo, apenas as suas ideias e propostas, sem ter em conta a opinião dos cidadãos.

3ª Hipótese – Os cidadãos não têm uma participação ativa pois acham que os interesses da CM sempre seguiram um bom rumo e sempre foram de encontro às suas necessidades, não justificando a sua participação.

3) Haverá alguma relação entre a aproximação do poder local à população e o facto de a cidade de Castelo Branco ter sido considerada uma das cidades com melhor qualidade de vida?

1ª Hipótese – Existe de facto uma relação entre a qualidade de vida e a aproximação do poder local com os cidadãos, uma vez que esta tem a preocupação de resolver os problemas destes e de ir de encontro às suas necessidades, resultando nessa qualidade de vida.

2ª Hipótese – Não existe uma relação direta entre a qualidade de vida e a aproximação do poder local com os seus cidadãos. Apenas a CM sempre fez o que achou melhor para a cidade e sempre foi de encontro às necessidades dos seus cidadãos, estando sempre ciente das deficiências existentes no município (falta de zonas de lazer, falta de infraestruturas, falta de emprego, mobilidade, acessibilidade, etc.).

4) O facto de haver pessoas/serviços que não estão ligados a qualquer tipo de associação estará relacionado com o não acreditarem nestas, ou simplesmente não sentirem necessidade de uma participação ativa?

1ª Hipótese – Os cidadãos/serviços não estão ligados a nenhum tipo de associação, pois não acreditam que isso fará a diferença quando da resolução dos seus problemas, pois acham que a CM não tem a preocupação de revolver os seus problemas e que as associações também não desempenham bem o seu papel.

2ª Hipótese – Nunca sentiram a necessidade de se associar a qualquer tipo de associação, pois sempre viram as suas necessidades defendidas pelo poder local.

3ª Hipótese – Fator histórico, em que as associações no antes 25 de Abril eram consideradas obrigatórias, fazendo com que agora estas não sejam tidas em grande consideração, uma vez que serviam para incutir um sistema rígido de controlo.

3. Método de Recolha de dados

O trabalho de campo desenvolveu-se obedecendo ao método qualitativo com recurso a entrevistas presenciais aplicadas sempre que possível à presidência/direção das mesmas. No caso da Câmara Municipal de Castelo Branco a entrevista foi realizada ao vice-presidente, à Associação de Judo a entrevista foi realizada ao diretor técnico, no caso da J.F. Alameda foi realizada ao secretário, a da Associação Empresarial foi realizada à diretora adjunta e no caso da Associação Empresarial e Industrial foi realizada à secretária geral.

Foram construídos três guiões diferentes, com as perguntas adaptadas à entidade a ser entrevistada, nomeadamente os Guiões A, B e C. O guião A, direcionado às associações, o guião B, às Juntas de Freguesia e o guião C à Câmara Municipal.

A escolha do método de entrevista prendeu-se com o facto de desta forma ser possível obter respostas o mais direto possível junto das entidades, evitando-se respostas de certo modo pré-concebidas, como seria de esperar no caso de as perguntas serem colocadas de uma forma não presencial. Assim sendo a escolha do método de entrevista também se prendeu com o facto de que seria mais difícil obter quaisquer respostas através de um método não presencial. E por último, como é evidente, um contacto presencial neste tipo de estudo torna-se sempre importante, uma vez que permite reter informações e opiniões que não seriam possíveis de outra forma.

Aproveitando estes aspetos, estava programado entrevistar também as direções regionais e o serviço de estrangeiros e fronteiras presentes no município, mas tal não foi possível, uma vez que essas entrevistas nunca poderiam ser presenciais, teria sempre

primeiro que ser enviado um guião de entrevista para os gabinetes de empresa dessas direções, passar por uma aprovação e no caso de obter uma resposta positiva o guião seria devolvido com as respostas às perguntas.

3.1. Entidades entrevistadas

Entidade	Nome do Entrevistado e Cargo Ocupado	Guião da Entrevista
Associação de Comércio e Indústria de Castelo Branco	Secretário Geral Paula Minhós	A
Associação Amato Lusitano	Presidente Arnaldo Brás	A
Associação da Boa Esperança	Presidente Eugénio Ramos	A
Associação do Bairro do Cansado	Presidente André Carvalho	A
Associação do Bairro das Palmeiras	Presidente Marques	A
Associação Cultural e Desportiva da Carapalha	Presidente José Perquilhas	A
Associação Desportivo de Castelo Branco	Presidente Luís Caiola	A
Associação Empresarial - NERCAB	Diretora Adjunta Conceição Carvalho	A
Associação Escuderia de Castelo Branco	Presidente António Sequeira	A
Associação de Judo Centro Social Cultural e Desportivo de Castelo Branco	Diretor Técnico Jorge Fernandes	A
Associação do Bairro do Valongo	Presidente Joaquim Neto	A
Centro de Empresas Inovadoras	Diretor Executivo João Borga	A
Junta de Freguesia de Alcains	Presidente Maria Cristina Granada	B
Junta de Freguesia de Alameda	Secretário André Gonçalves	B
Junta de Freguesia de Castelo Branco	Presidente Jorge Neves	B
Câmara Municipal de Castelo Branco	Vice-Presidente Arnaldo Brás	C

Quadro 1: Entidades e cargo ocupado pelos entrevistados

Estas associações foram escolhidas com base no dinamismo, isto é, número de atividades realizadas ao longo do ano e número de sócios. Tendo em conta a dimensão da freguesia de Castelo Branco, em termos populacionais, face às

restantes freguesias do concelho, todas as associações entrevistadas acabaram por ser associações inseridas na freguesia de Castelo Branco.

Quanto às Juntas de Freguesia, a escolha segue a mesma lógica, na medida em que foram entrevistadas aquelas com maior população e com um maior número de associações sediadas nas mesmas.

Capítulo VIII: Caso Estudo do Município de Castelo Branco

1. Caracterização social de Castelo Branco

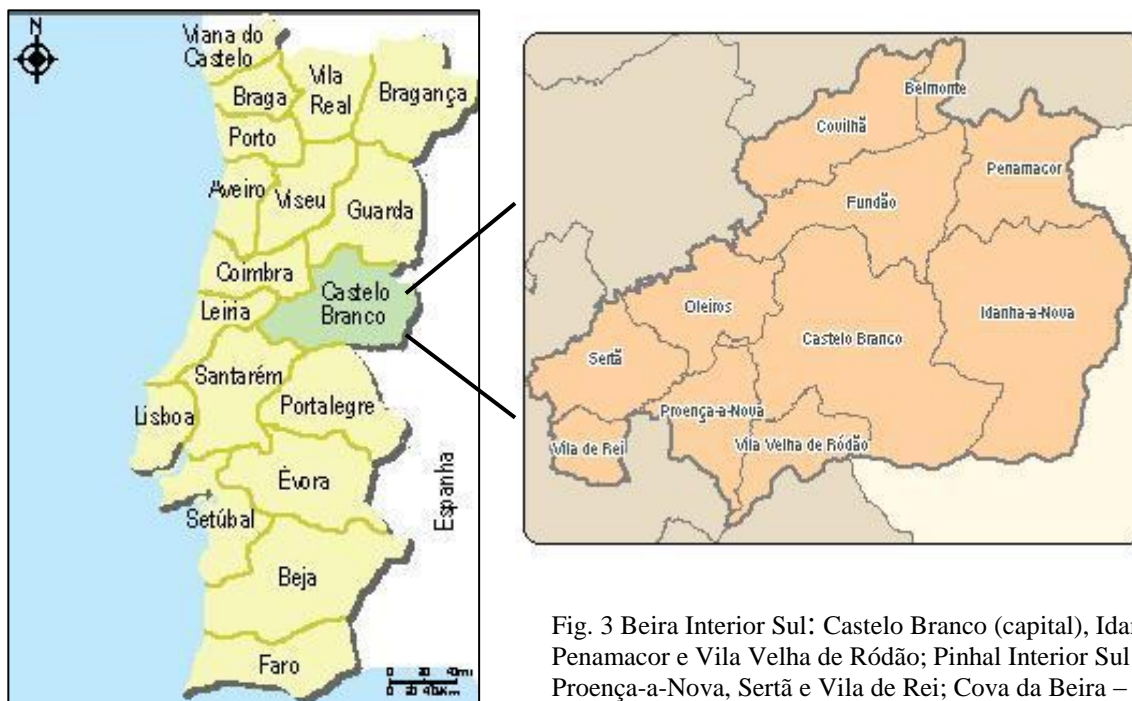


Fig.2 Distrito de Castelo Branco

Fig. 3 Beira Interior Sul: Castelo Branco (capital), Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão; Pinhal Interior Sul – Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei; Cova da Beira – Belmonte, Covilhã e Fundão.

Segundo dados do INE (2001), o Distrito de Castelo Branco ocupa uma área de 6 674,6 Km², representando 9.5% da área total de Portugal continental. Localiza-se no interior do país, sendo formado pelos seguintes concelhos (ver figura 3): Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertão, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão, que por sua vez são atualmente compostos por 120 freguesias uma vez que Reorganização Administrativa do Território das Freguesias levou à supressão de 39 freguesias no distrito, passando estas a pertencerem a União de Freguesia. A delimitação geográfica do distrito é feita a Norte pelo distrito da Guarda, a Sul pelo distrito de Portalegre, a Oeste pelos distritos de Santarém, Leiria e Coimbra e a Leste pelas fronteiras com Espanha. Os 196.262 habitantes residentes atualmente no distrito distribuem-se pelos concelhos referenciados atrás, com especial destaque para os principais centros urbanos como a Covilhã, o Fundão e Castelo Branco, que representam 70% da população residente no distrito (INE, 2011).

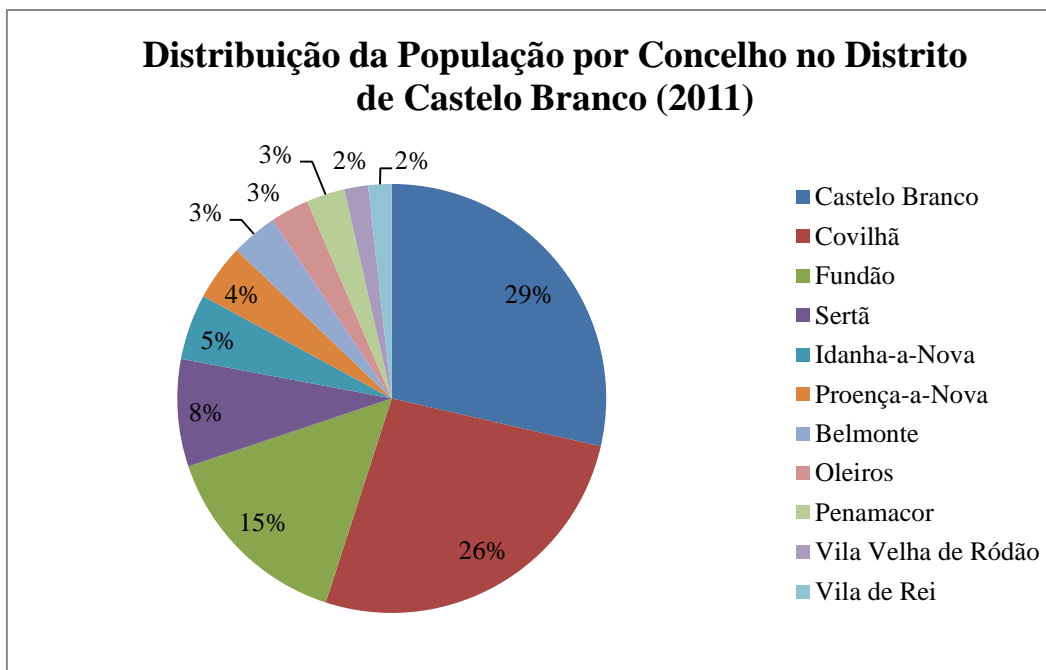


Gráfico 1 Fonte: Elaboração própria, dados do INE

Geograficamente o distrito é caracterizado pelas várias serras que o atravessam, com parte das serras da Estrela e da Lousã e com as serras da Gardunha, Malcata, Alvelos, e Muradal. Nos seus vales correm os rios Erges, Ponsul, Ocreza e o Zêzere, afluentes da margem direita do Rio Tejo, o qual delimita o distrito a sul.

O distrito de Castelo Branco insere-se na área de intervenção da Comissão de Coordenação da Região Centro (Corresponde a NUTS II), agrupando-se os seus concelhos segundo as NUTS III da Beira Interior Sul (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão), da Cova da Beira (Belmonte, Covilhã, Fundão), e do Pinhal Interior Sul (que, para além, dos concelhos de Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei, inclui ainda o concelho de Mação pertencente ao distrito de Santarém.

Quanto ao município de Castelo Branco, antes da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (RATF), era constituído por 25 freguesias. Atualmente é composto por 19 Freguesias, uma vez que essa reorganização resultou em 6 Uniões de Freguesia, nomeadamente:

- U.F. Cebolais de Cima e Retaxo
- U.F. Escalos de Baixo e Mata
- U.F. Escalos de Cima e Lousa
- U.F. Freixial do Campo e Juncal do Campo

- U.F. Ninho do Açor e Sobral do Campo
- U.F. Póvoa de Rio de Moinhos e Caféde



Fig.4 Freguesias do concelho de Castelo Branco

Relativamente à população, em 1991 o município tinha 54.310 habitantes. Em 2001, registou-se um aumento da população para 55.109 habitantes, que se traduz numa taxa de variação da população de 2,5% entre 1991 e 2001. Apesar do aumento de população no município, as freguesias de Castelo Branco e Alcains foram as que registaram um aumento significativo de população, respetivamente 4.236 a freguesia de Castelo Branco e a freguesia de Alcains foram as que registaram um aumento de população, 4.236 habitantes e 395 habitantes respetivamente, sendo que as restantes perderam população. Atualmente, segundo os dados dos censos de 2011, o município tem uma população de 56.109 habitantes e novamente as freguesias que contribuíram para o aumento de população, entre 2001 e 2011, foram as de Castelo Branco e Alcains, sendo que todas as restantes registaram um decréscimo de população.

É importante também destacar o facto de a população do município de Castelo Branco ser uma população bastante envelhecida. À exceção da freguesia de Castelo

Branco, com um valor de 110,8, todas as freguesias se encontram acima do índice de envelhecimento para Portugal, que em 2011 era de 127,8. Em algumas freguesias, como Santo André das Tojeiras o índice de envelhecimento é vinte e seis vezes superior ao valor nacional, contando em 2011, segundo dados do INE, com um índice de envelhecimento de 3328,6. As Sarzedas, Malpica do Tejo e Almaceda também demonstram valores bastante elevados, com 1570,2, 1021,4 e 1586,4 respetivamente. Contudo estes valores poderão estar relacionados com os próprios territórios, uma vez que estas quatro freguesias com o índice de envelhecimento mais elevado são também as freguesias com mais superfície territorial e ao mesmo tempo as freguesias com menor densidade populacional. Malpica do Tejo apresenta valores de 2,1 hab/km², Sarzedas 7,80 hab/km², Almaceda com 9,40 hab/km² e Santo André das Tojeiras, que apesar do seu elevado índice de envelhecimento não é a freguesia com menor densidade populacional, apresentando um valor de 10 hab/km². Em termos populacionais são valores extremamente baixos, se compararmos com a densidade populacional de Portugal que é de 114,5 hab/km². Torna-se assim visível o panorama em que se encontra o interior, sendo assim explicáveis os elevados valores no que toca ao índice de envelhecimento.

2. Caracterização do movimento associativo no município de Castelo Branco

Com o objetivo de caracterizar o movimento associativo no município de Castelo Branco, no sentido de compreender que tipo de associações existem, tendo em conta a(s) atividade(s) que desenvolvem, foram elaborados três quadros, sendo que o quadro nº2 se refere ao total de associações existentes em cada freguesia e os quadros nº 2 -A e 2- B , em que as associações foram distribuídas pelas respetivas freguesias, divididas em dois grupos, designadamente, **carácter social** e **carácter económico** e por sua vez subdivididas em tipos de atividade:

a) **Carácter social:**

- **Associações de desenvolvimento** – têm por base a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e integração de pessoas na sociedade;

- **Associações profissionais** – têm por base a união de atuais ou ex-profissionais de uma determinada área (ex.: Associação de Bombeiros, Associação de Agentes da PSP, Associação de Professores);
- **Associações de apoio social** – têm por base o apoio aos cidadãos numa área específica (ex.: Associações de Apoio à Vítima, Associações de Apoio aos Jovens, Associações de Apoio aos Idosos, etc.);
- **Associações de interesse específico** – têm por base um interesse específico, uma causa (ex.: Associações de Caça e Pesca, Núcleos de um clube desportivo, Associações de Animais, etc.);
- **Associações desportivas** – têm por base de atividade um desporto em específico (ex.: Clube de Futebol, Andebol, Judo, etc.);
- **Associações culturais** – têm por base a produção e divulgação de Cultura (ex.: Grupos de Teatro);
- **Associações recreativas** – têm por base as atividades recreativas;
- **Associações culturais e recreativas** – associações onde não é possível diferenciar as atividades culturais das recreativas, ambas as atividades são predominantes;
- **Associações culturais e desportivas** - associações onde não é possível diferenciar as atividades culturais das desportivas, ambas as atividades são predominantes;
- **Associações culturais desportivas e recreativas** - associações onde não é possível diferenciar as atividades culturais das recreativas ou mesmo das desportivas, todas as atividades são predominantes;
- **Associações desportivas e recreativas** - associações onde não é possível diferenciar as atividades desportivas das recreativas, ambas as atividades são predominantes.

b) Carácter económico:

- **Associações agrícolas** – têm por base a união de Agricultores;
- **Associações de produtores** – têm por base a união de produtores de um determinado produto;

- **Associações empresariais** – têm por base a componente Empresarial, assentam numa estrutura profissionalizada, virada exclusivamente para as Empresas. Ajudam à criação e gestão de empresas;
- **Associações comerciais e industriais** - têm por base a componente Comercial, assentam numa estrutura profissionalizada, virada exclusivamente para o Comércio e Indústria. Ajudam à criação e gestão de comércio e indústria.

Freguesias	Nº de Associações	% de Associações do Município
Alcains	17	6,54
Almaceda	10	3,85
Benquerenças	3	1,15
Castelo Branco	108	41,54
Lardosa	6	2,31
Louriçal do Campo	3	1,15
Malpica do Tejo	4	1,54
Monforte da Beira	2	0,77
Salgueiro do Campo	4	1,54
Santo André das Tojeiras	13	5,00
São Vicente da Beira	19	7,31
Sarzedas	27	10,38
Tinalhas	5	1,92
U.F. Cebolais de Cima e Retaxo	9	3,46
U.F. Escalo de Baixo e Mata	6	2,31
U.F. Escalos de Cima e Lousa	8	3,08
U.F. Freixial do Campo e Juncal do Campo	8	3,08
U.F. Ninho do Açor e Sobral do Campo	4	1,54
U.F. Póvoa de Rio de Moinhos e Caféde	4	1,54
Total	260	100

Quadro nº2. Total de associações existentes no município, por cada freguesia

Numa análise a este quadro é possível perceber que a freguesia Castelo Branco a nível de movimento associativo se destaca claramente das restantes freguesias, com 108 associações o que representa cerca de 41% do total de associações do município. Este facto não representa grande surpresa uma vez que esta freguesia é a freguesia com mais população no município. Em seguida as freguesias com um maior número de associações já apresentam números bastante inferiores, destacando-se assim as

freguesias de Sarzedas com 27 associações, São Vicente da Beira com 19 Associações, Alcains com 17 associações, Santo André das Tojeiras com 13 e Almaceda com 10, sendo que as restantes freguesias, todas apresentam números inferiores a 10. É importante realçar que apesar de Alcains ser a segunda freguesia do município com maior população, não é a segunda freguesia com maior movimento associativo. Isto poderá dever-se ao facto de, apesar de Alcains ter maior população, não tem localidade anexa à freguesia, ao passo que a freguesia das Sarzedas conta com 47 anexas, o que poderá levar a explicar o segundo maior número de associações por freguesia.

Freguesias	Associações de Carácter Social											
	Interesse Específico	Desportivas	Culturais e Recreativas	Apoio Social	Culturais	Recreativas	Desenvolvi-mento	Desportivas e Recreativas	Culturais Recreativas e	Desportivas e Culturais	Profissionais	
Alcains	8	2	1	1	3	2						
Almaceda	1	2	3									
Benquerenças	1	1										
Castelo Branco	33	17	5	9	4	4	10			3	3	
Lardosa	3		1		1					1		
Louriçal do Campo	1					2						
Malpica do Tejo	1		1									
Monforte da Beira	1								1			
Salgueiro do Campo	2		1		1							
Santo André das Tojeiras	3		3		1		1					
São Vicente da Beira	7	2		2	2			2	2			
Sarzedas		1	4	11	1	2				1		
Tinalhas	3					2						
U.F. Cebolais de Cima e Retaxo	4	2			1			1	1			
U.F. Escalo de Baixo e Mata	2	1		1	1				1			
U.F. Escalos de Cima e Lousa	2		1	2	1			2				
U.F. Freixial do Campo e Juncal do Campo	3		3									
U.F. Ninho do Açor e Sobral do Campo	1		3									
U.F. Póvoa de Rio de Moinhos e Caféde	2	1	1									
Total	78	29	27	26	16	12	11	5	5	5	3	

Quadro 2-A. Associações de Carácter Social

Numa análise mais detalhada dos quadros 2-A e 2-B é possível perceber que relativamente ao movimento associativo quanto seu carácter, destacam-se as associações de Caracter Social que representam cerca de 85% das associações do município, sendo que os restantes 15% representam associações de carácter económico.

Como foi referido anteriormente, para uma melhor análise as associações de carácter social e económico foram subdivididos por tipos de atividade, onde se destacam as associações de interesse específico, que representam 78 das 260 associações do município. Estas associações são todas aquelas que têm por base uma causa ou um único interesse. Exemplo disso serão as Associações de Caça e Pesca, onde apenas são promovidas estas atividades, as Associações de Proteção Animal que têm por base única e exclusivamente a proteção desses mesmo, tanto a nível de cuidados, acolhimento ou aconselhamento.

Em seguida, em segundo plano, surgem as Associações Desportivas com 29 associações. Este facto não surpreende uma vez que estas associações, na sua grande maioria, representam clubes desportivos de todas as modalidades, desde futebol, andebol, judo, etc.

Seguidamente, com um número bastante próximo das anteriores associações, destacam-se as associações Culturais e Recreativas e as Associações de Apoio Social, com 27 e 26 associações respetivamente. No caso nas associações culturais e recreativas o seu principal papel é a promoção da cultura e de atividades recreativas. Estas associações caracterizam-se por serem, por norma, associações de bairro ou a única associação da localidade anexa à freguesia, tornando-se nas únicas instituições responsáveis pelo dinamismo dessa mesma localidade, havendo pelo menos uma em mais de metade de todas as freguesias, sendo assim exceção as freguesias de Benquerenças, Louriçal do Campo, Monforte da Beira, São Vicente da Beira, Tinalhas, U.F. Cebolais de Cima e Retaxo e Escalos de Baixo e Mata. Quanto às Associações de Apoio Social, caracterizam-se precisamente pelo apoio que prestam às populações, tanto a idosos, como a jovens ou ainda a pessoas portadoras de vários tipos de deficiência. Apesar da sua importância e tendo em conta o facto de a população ser bastante envelhecida nas diversas freguesias do município, apenas 6 das 19 freguesias podem contar com uma associação desta atividade, sendo que do total de 26 associações deste tipo, 9 estão sediadas na freguesia de Castelo Branco, a freguesia com um menor índice de envelhecimento. Na freguesia das Sarzedas encontram-se sediadas 11 associações

dedicadas a esta atividade, concentrando-se assim nesta freguesia quase metade das associações deste tipo. Neste caso não pode ser considerado tão negativo, porque como já foi referido, esta é uma freguesia com 47 localidades anexas e apresenta o maior índice de envelhecimento, com um rácio de 157 idosos para cada jovem (Censos do INE 2011). No entanto, Santo André das Tojeiras destaca-se pela negativa, tendo em conta o elevadíssimo índice de envelhecimento, de 332 idosos para cada jovem (Censos INE 2011), não tendo qualquer associação de Apoio Social. Facto compreensível uma vez que em certas localidades toda a população é idosa, não havendo qualquer jovem que possa e consiga promover qualquer iniciativa de apoio.

Em terceiro plano, surgem assim as associações Culturais, as Recreativas e as de Desenvolvimento. As associações Culturais, num total de 16, têm como objetivo a promoção e a divulgação de cultura, sendo os grupos de teatro, o tipo de associação cultural mais frequente e também com uma maior expressão entre estes três tipos de associação. Mais uma vez Castelo Branco é a freguesia que detém o maior número de associações, no caso 4, mas novamente em mais de metade das freguesias do município há pelo menos uma associação que represente esta atividade. Relativamente às Associações Recreativas, existem 12 associações, mas em termos de distribuição, apenas 5 das 19 freguesias têm associações recreativas, sendo que 4 estão sediadas em Castelo Branco. As restantes 4 freguesias contam cada uma, com 2 associações desta atividade. Por último, temos as Associações de Desenvolvimento, que como foi referido, têm como objetivo a melhoria da qualidade de vida, ajudando o cidadão a desenvolver novas capacidades ou a melhorar a que já detém. Existem ainda associações que promovem a integração social, tanto de emigrantes, por exemplo, como de tóxico ou ex-toxicodependentes. O município conta assim com 11 associações de desenvolvimento, sendo que 10 estão sediadas na freguesia de Castelo Branco e 1 encontra-se sediada na freguesia de Santo André das Tojeiras.

Com uma menor expressão, talvez devido à sua especificidade, e de já existirem associações com atividades semelhantes, temos as associações Culturais, Recreativas e Desportivas, que juntam assim três tipos de atividade numa só associação, temos as associações Desportivas e Culturais, existindo ainda as associações Desportivas e Recreativas. Existem assim no município 5 associações de cada um dos tipos de atividade.

Por último, temos as associações Profissionais, que têm por base a união dos cidadãos com o mesmo tipo de atividade, havendo 3 associações no município, estando todas elas sediadas na freguesia de Castelo Branco.

Freguesias	Associações de Carácter Económico			
	Agrícolas	Produtores	Empresarial	Comercial
Alcains				
Almaceda		4		
Benquerenças	1			
Castelo Branco	7	7	5	1
Lardosa				
Louriçal do Campo				
Malpica do Tejo	1	1		
Monforte da Beira				
Salgueiro do Campo				
Santo André das Tojeiras	5			
São Vicente da Beira	2			
Sarzedas	7			
Tinalhas				
U.F. Cebolais de Cima e Retaxo				
U.F. Escalo de Baixo e Mata				
U.F. Escalos de Cima e Lousa				
U.F. Freixial do Campo e Juncal do Campo	2			
U.F. Ninho do Açor e Sobral do Campo				
U.F. Póvoa de Rio de Moinhos e Caféde				
Total	25	12	5	1

Quadro 2-B. Associações de Carácter Económico

Analisando, em seguida, as associações de carácter económico, verifica-se que se destacam as associações Agrícolas, que representam 25 associações de um total de 43. Dentro das associações agrícolas, destacam-se assim as freguesias de Castelo Branco e Sarzedas com 7, cada uma, e Santo André das Tojeiras com 5, estando as restantes distribuídas pelas demais freguesias do município.

As associações de Produtores surgem como segundo tipo de associação com maior expressão, sendo que a freguesia de Castelo Branco conta com 7 associações de Produtores, Almaceda com 4 e Malpica do Tejo com 1, perfazendo assim um total de 12 associações.

Em seguida com 5 associações, todas elas sediadas na freguesia de Castelo Branco, surgem as associações Empresariais, que têm como objetivo a criação e gestão de empresas.

Por fim, existe apenas uma associação Comercial e Industrial, que se encontra sediada na freguesia de Castelo Branco e que tem como objetivo ajudar e apoiar o desenvolvimento do comércio e indústria locais.

Como foi possível constatar através da caracterização do movimento associativo no município, existe um variadíssimo leque de associações e cada freguesia conta com pelo menos 2 associações, sendo Malpica do Tejo a freguesia com menos movimento associativo. Conclui-se assim, que o movimento associativo no município é bastante variado e oferece várias hipóteses a quem quer ser cidadão ativo e ajudar não só no desenvolvimento da associação enquanto instituição, mas também da localidade em que vive, visto que as associações são responsáveis por grande parte do dinamismo e atividade das localidades, desempenhando todas elas um papel importante no município de Castelo Branco, uma vez que cumprem funções que por vezes são impossíveis de Juntas de Freguesia ou a própria Câmara Municipal terem conhecimento e poderem desenvolver ações de forma a colmatar esses problemas. Tendo em conta a população envelhecida e o facto de localidades serem todas elas constituídas por população idosa, as associações têm nesses casos um papel fulcral uma vez que são os únicos pontos de ligação entre o poder local e as populações.

3. Análise das entrevistas

Para este caso estudo, relativamente à influência das associações no desenvolvimento da cidade de Castelo Branco, foram feitas várias entrevistas a vários tipos de associações, nomeadamente culturais e recreativas, desportivas, económicas e industriais, de moradores e também a instituições públicas, designadamente Juntas de Freguesia do Município, Câmara Municipal, Centro de Empresas Inovadoras (CEI), Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Direções Regionais. No que respeita a estas últimas, IPDJ e SEF, apenas foi possível ter uma conversa informal.

Em relação ao IPDJ uma vez que se rege segundo um órgão nacional, não tomando, assim, as suas próprias decisões ou concretizando projeto em consonância com a área onde está inserido, faz com que, no caso concreto de Castelo Branco, não tenha grande impacto como tinha há uns anos atrás. Atualmente existe maior oferta de atividades em instituições que promovem o mesmo tipo de experiência, tornando-se esta, mais adaptada à realidade do município. Deste modo, é possível afirmar que o

IPDJ beneficiaria bastante se pudesse desenvolver ações consoante o território em que está inserido, em vez de ser obrigado a corresponder a diretivas nacionais, que não se adaptam a cada realidade territorial. A própria Câmara Municipal, que em nada influencia ou tem poder sobre o IPDJ, cria as suas próprias ações e atividades, indo muitas vezes de encontro àquilo que o IPDJ faz, funcionando assim como uma espécie de concorrente. Apesar de tudo, como foi possível apurar numa conversa informal, com a diretora do IPDJ, esta instituição e a Câmara Municipal formam, sempre que possível, parcerias em ações determinadas e a diretora considera ter uma boa relação com a Câmara Municipal.

Quanto à conversa que foi possível ter com o diretor do SEF, foi fácil perceber que existe uma boa relação e cooperação com a Câmara Municipal, uma vez que a própria Câmara fundou uma associação, a Amato Lusitano, que trabalha bastante com o SEF. Não só a Câmara Municipal ajuda a desenvolver as ações do SEF, denunciando por exemplo, casos de irregularidades no que toca à estadia ilegal de pessoas no país, como os estrangeiros muitas vezes são encaminhados para a referida associação, cujo objetivo, entre outros, é a integração dos estrangeiros na comunidade albicastrense, facilitando assim, em grande parte, o trabalho do SEF.

Quando questionado sobre o motivo de existir uma direção do SEF em Castelo Branco e qual a vantagem para a cidade, foi dito que o facto de existir no município uma direção do SEF, se prende com a proximidade da fronteira com Espanha e as facilidades de acesso. Foi dito também, que há algumas vantagens, uma vez que as pessoas quando têm algum assunto a tratar com esta instituição, têm que se deslocar à cidade, ajudando assim, ainda que não muito, ou pelo menos com um impacto visível, a economia da cidade, porque as pessoas que se deslocam até Castelo Branco, vão precisar de um sítio onde comer, ou mesmo dormir.

Relativamente às Direções Regionais não foi possível realizar entrevista ou conversa informal, uma vez que todo este tipo de ações tem de passar por um gabinete de relações públicas, para o qual é feito um pedido, neste caso em anexo com as perguntas às quais se pretende uma resposta, que são posteriormente analisadas e não é certa a obtenção de resposta. Não sendo objetivo deste estudo, obter respostas “formatadas” e gerais, não ajustadas à realidade pretendida, no caso concreto, ao município de Castelo Branco, como seria espetável, se as perguntas fossem analisadas

por um gabinete de relações públicas, uma vez que as respostas têm de estar conforme o plano geral e não ao caso específico de Castelo Branco.

3.1. Análise das entrevistas realizadas às Associações do município

Quanto às entrevistas efetuadas às associações do município, todas elas foram realizadas a representantes de associações da cidade de Castelo Branco, uma vez que o critério para a escolha das associações a entrevistar era as que tinham maior atividade e dinamismo. As associações de Castelo Branco correspondiam melhor a este critério, não só pelo facto de a cidade deter mais de metade da população residente do município de Castelo Branco, como foi possível apurar no capítulo “Caracterização social de Castelo Branco”, mas também pela própria dimensão das associações, que se revelaram maiores.

Assim, foi possível apurar que o número de sócios das associações, cujos representantes foram entrevistados, varia entre os 300 e os 1100 sócios. Fazendo uma rápida estatística, é possível concluir que no caso da Associação das Palmeiras, que tem 1100 sócios, considerando que a população residente é de 32.000 habitantes, nesta associação estão concentrados cerca de 3,5% da população de Castelo Branco, um valor bastante alto e que poderá assim figurar o nível de associativismo na cidade. Mesmo o Desportivo de Castelo Branco, a associação com menor número de associados, com um total de 300 sócios, representa cerca de um 1% da população de Castelo Branco.

No entanto, citando o presidente da Associação do Bairro do Cansado: “(...) *os sócios limitam-se a frequentar a sede, a fazer parte de algumas atividades, mas depois no que toca a trabalho e auxílio são muito poucos aqueles que o fazem. Mas isto tudo em termos gerais de conhecimento de outros clubes e de associações. A princípio é tudo muito bonito, depois no meio a coisa começa aos trambolhões, depois passados uns anos os que estão na direção que se desenrasquem, eles é que assumiram o cargo, eles é que têm a responsabilidade, nós somos sócios*”.

Opinião partilhada pelo presidente da Associação do Bairro da Boa Esperança que diz: (...) “*o problema da nossa associação é o problema do associativismo em geral do nosso país, ou seja, cada vez menos vai aparecendo gente com disponibilidade para dar ao associativismo. O que é que acontece? Acontece que quando é preciso*

fazer algum tipo de iniciativa, quando são iniciativas pequenas, as pessoas sempre vêm dar apoio às estruturas dessas iniciativas. Quando nos propomos a iniciativas de âmbito mais alargado, a coisa torna-se mais complicada”.

Ou seja, como se costuma dizer, quantidade não implica qualidade. Apesar de estas associações terem um número bastante elevado de sócios, 700 em ambos os casos, torna-se difícil mobilizar as pessoas e fazer com que estas contribuam para as atividades e para o crescimento da associação. Consideram sempre que quem está à frente é quem deve tomar as iniciativas e concretizá-las, pois “foram eleitos para isso”.

A partir destas declarações fica patente a iniciativa e vontade que as pessoas têm em ser cidadãos ativos e trabalharem em benefício do resto da população. Será este o espelho da vida política? Foi assim que a política nos educou? A votar em quem queremos que nos represente e depois quem está no poder que faça o resto, é o trabalho deles, foi para isso que foram eleitos (votaram neles). Contudo, numa associação existe uma ligeira diferença. Para se ser sócio tem que se pagar uma quota, ou seja, aquele que o faz, é porque realmente acredita na associação e nos seus objetivos. Não é tanto como na “política” em que muitos eleitores votam por descargo de consciência. Para quando a realidade correr de feição, poderem dizer que votaram naquele partido, ou para quando correr mal, culparem quem os pôs no poder. Uma prova do individualismo atual em que vivemos. Somos incapazes de fazer algo que não seja em benefício próprio, ou que não nos beneficie, mesmo que indiretamente.

Porém, também existem casos que provam o contrário, em que a comunidade de uma associação gosta de estar envolvida e estar presente em todas as atividades, ajudando inclusive na sua execução, como é o caso da Associação da Carapalha, em que o presidente afirma que, relativamente à participação por parte dos associados: “(...) *não nos podemos queixar. No caso das atividades no exterior, na caminhada do aniversário, na própria festa e no cantar das janeiras. Tenho de referir isto, no cantar das janeiras que aconteceu há muito pouco tempo, nós corremos o bairro todo, batemos às portas dos prédios e nota-se que as pessoas estão com a associação. Veem que há um trabalho de fundo, que as pessoas são dedicadas e que mesmo com frio e com chuva nós não deixamos de cantar as janeiras para que essa tradição não se perca”.*

Talvez o facto de os associados terem ou não vontade de participar nas atividades, esteja também ligado à vontade dos próprios dirigentes, à vontade que estes demonstram em realizar as atividades. Outro aspeto que se poderia ter tido em conta, mas que não foi possível analisar, seria a média de idades dos sócios, pois uma associação em que a média de idades seja mais baixa, em princípio, deverá ter uma maior atividade, pressupondo que os sócios estarão mais predispostos a participar nas atividades e até mesmo a ajudar na sua concretização. Se bem que, atualmente se torne bastante difícil motivar e chamar a atenção dos jovens para as associações e para as atividades que estas desenvolvem. Usando as palavras de um dirigente: *“(...) hoje em dia as pessoas têm meios de ocupar o seu tempo sem sair de casa praticamente, de maneira que é cada vez mais difícil de chamar interesse, de chamar o seu interesse”*.

Nos dias de hoje, não existe a necessidade de sair e procurar algo para se fazer; pode-se fazer através de um computador ou através de uma ligação à internet. Tenho uma ideia, tenho um problema, tenho uma solução, tenho uma crítica? Posso simplesmente ligar um computador com ligação à internet e promovê-la através de um *site*, de um *blogue*, de um fórum, de uma conta *facebook*, etc., e desta forma se calhar em vez de ser “ouvido” por meia dúzia de pessoas, consigo chegar até a uma ou umas centenas de pessoas, com sorte até mais, dependendo da visibilidade que tenha. Da mesma forma que uma associação vai ganhando notoriedade e visibilidade perante a sociedade, consoante as suas ações e atividades, também um *blogue*, um *site*, um fórum ou uma conta de *facebook* vai crescendo e tendo mais visibilidade, consoante a pertinência dos seus temas, com a diferença de que desta forma é possível e mais provável conseguir fazer chegar essa informação até mais pessoas, nem que seja pelo simples facto de não obrigar as pessoas a deslocarem-se até determinado local para estarem ao corrente de tudo. Pode-se assim substituir uma ida à associação ou associações, nos casos em que se pertence a mais que uma associação, por uma “ida” à internet, com a vantagem de se poder ir quando se quiser e às horas que se quiser, no conforto de casa. Substitui-se assim o convívio com outras pessoas pelo ecrã do computador. Percebe-se assim, através da pergunta **“Costumam ter participação por parte dos associados?”**, que nem sempre é fácil cativar os sócios à participação, que estes nem sempre estão predispostos a ajudar na associação, mas que essa participação também depende da própria dinâmica que a associação incute nos seus associados e em saber que ações e atividades estes gostariam que fossem realizadas.

Neste contexto, surge uma questão:

Estarão as associações atualizadas em relação à realidade dos dias de hoje? Isto é, será que promovem ações que cativem o interesse dos jovens ou apenas tentam manter os associados que já têm?

Ora uma das perguntas da entrevista era, **“O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?”**. No caso das associações recreativas as respostas foram muito idênticas, destacando sempre as atividades que promovem, como ranchos, aulas de bordados de Castelo Branco, de costura, aulas de música, atividades desportivas, o espaço do bar, descontos aquando da realização de festas, benefícios a nível de saúde. No caso da associação do Bairro do Valongo têm ainda um espaço para treinar cães de caça, uma vasta variedade de soluções e atividades, mas surge uma questão: será que a um adolescente dos 13 aos 18 anos alguma destas atividades, exceto as desportivas, lhe prende a atenção? Não estarão as associações viradas mais para um público-alvo com uma idade superior? A resposta a esta última questão é que, provavelmente sim, até porque quem pagaria as quotas de associado seriam os pais, uma vez que se presume que estes adolescentes não tenham qualquer forma de rendimento. Destaca-se assim a associação do Bairro da Carapalha, que entre as associações culturais e recreativas, aparentou ser a associação com mais dinamismo e atividade, e em que talvez a lógica para estes dirigentes seja um pouco invertida em relação às outras associações, que é “os miúdos arrastam os pais também”, isto é, seguem a lógica de primeiro conseguir cativar os mais novos, através das suas atividades desportivas como judo, *taekwondo*, *futsal* ou aulas de viola, guitarra e acordeão, para depois estes por sua vez cativarem os seus pais. Em vez de irem deixar os filhos e voltarem apenas na hora de os ir buscar, aproveitam eles próprios para também fazer alguma atividade. Outra questão que penso ser relevante para a dinâmica e atividade desta associação é o facto de terem a capacidade de conseguirem ajudar os seus associados a nível profissional, com os vários cursos profissionais que promovem. Desta forma poderá nascer nos associados um sentimento de gratidão, que os levará a ajudar a desenvolver ainda mais a associação e fazê-la crescer, sentindo-se ainda mais ligados a ela. Ajudar a associação como a associação os ajudou.

No caso das associações de carácter económico e de desenvolvimento, como a Associação de Comércio e Indústria de Castelo Branco (ACICB), a Associação Empresarial – NERCAB e o Centro de Empresas Inovadoras (CEI), estas não se

encontram focadas na população em geral, tendo em vista apenas aspetos económicos, como a construção de empresas e apoio durante a sua existência, a nível jurídico e contabilístico/financeiro, sendo as duas primeiras associações de carácter privado e a última de carácter institucional, tendo esta sido fundada com o apoio da Câmara Municipal. Nas associações ACICB e AE-NERCAB os sócios são empresários do município, de todas as áreas económicas – agricultura, indústria, comércio, etc. No caso do CEI, sendo uma instituição pública, não se encontra propriamente virada para os seus sócios, já que estes são também eles institucionais, tais como a Câmara Municipal, o Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar (C.A.T.A.A) e o Instituto Politécnico.

No campo social, foi entrevistado o presidente da Associação Amato Lusitano. Esta é uma associação que à semelhança do CEI, não é uma associação virada para o sócio, pois os seus sócios são também eles institucionais. Esta associação está assim aberta a toda a população em geral que pretenda usufruir das valências da mesma, nomeadamente, o Centro Local de Apoio ao Emigrante (CLAE), o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), o Gabinete de Apoio à Vitima e ainda a Universidade Sénior. Contudo o seu campo de ação é mais alargado, pois ajuda ainda as famílias mais desfavorecidas e realiza ações de sensibilização, tais como o alerta para o consumo do álcool, para o uso do preservativo e ajuda ainda toxicodependentes e ex-toxicodependentes.

No município existem ainda várias associações de carácter desportivo. Nesta área de ação foram entrevistados os representantes de três associações: a Associação Desportivo de Castelo Branco sendo esta um clube de futebol, a Associação Academia de Judo de Castelo Branco e a Associação Escuderia, uma associação virada para os desportos motorizados.

No caso da Associação Academia de Judo os seus sócios são sócios praticantes, ou seja, todos aqueles que desejarem frequentar o espaço para as diversas atividades que esta oferece, tornam-se associados. É uma associação virada exclusivamente para o sócio pagador, uma vez que sem o pagamento das mensalidades das atividades (que se torna num tipo quota), não é possível frequentar o espaço. Desta forma a ligação sócio/associação torna-se um pouco mais limitada já que o sócio apenas se dirige à associação com o intuito de praticar alguma modalidade. Talvez também seja por isso que esta é uma das associações com menos sócios, cerca de 300.

Quanto ao Desportivo de Castelo Branco, como já foi referido é um clube de futebol e como tal, está também única e exclusivamente virada para a prática desse desporto. À semelhança da Academia de Judo, os sócios são na sua grande maioria sócios praticantes ou ex-praticantes. Contudo também existem sócios que não são praticantes ou que nunca o foram e apenas querem ajudar o clube com a sua contribuição.

Por último a Associação Escuderia é uma associação virada para a prática dos desportos motorizados, promovendo-os no município através de corridas que vão sendo realizadas ao longo do ano na sua pista, nas quais os sócios têm de pagar apenas um preço simbólico, ao contrário de quem não é sócio, que paga o preço do bilhete na sua totalidade. Promovem ainda outro tipo de desportos motorizados, como Rally, Baja TT, Enduro, etc., todos estes realizados no município.

Tendo em conta a especificidade das ações realizadas por estas associações, tanto as de carácter social, desportivo ou económico, estas dependem de um dinamismo diferente em relação às associações culturais e recreativas. Enquanto as associações culturais e recreativas tentam de diversas formas cativar novos associados e manter os já existentes, através do desenvolvimento de variadas ações, as associações desportivas, económicas e sociais não têm de ter tanto essa preocupação devido à especificidade dos seus campos de ação.

Ou seja, quando nasceu a Associação Escuderia, o Desportivo de Castelo Branco, ou até mesmo a ACICB ou AE-NERCAB, os seus associados já sabiam desde início o que poderiam esperar destas e quais os seus campos de ação. Por sua vez são associações em que à partida, a desistência dos sócios se prende mais com o facto de deixarem de necessitar dos serviços que estas oferecem, como foi possível constatar na entrevista realizada à ACICB, em que a diretora referiu que por vezes existem situações em que as pessoas se tornam sócias para usufruir apenas de um serviço, uma vez que lhes fica menos dispendioso, tornar-se sócio e tratar do problema, ficando assim automaticamente com as quotas pagas por um ano, do que usufruir apenas de um serviço como não sócio.

Contrastando assim com as associações culturais e recreativas, que abrangem por vezes um campo mais vasto de ações e sendo forçadas a fazer uma maior esforço para manter os sócios. Pois ao contrário de uma empresa que se vai mantendo durante anos e poderá manter-se associado independentemente de quem a gere, numa associação

que depende de sócio enquanto indivíduo, tem de haver uma constante cativação de novos sócios.

É assim importante perceber como funcionam estas associações e o que as impulsiona, tentando entender a sua génese, como se formaram, com que objetivo e porquê. Foi então perguntado nas entrevistas **“Como nasceu a associação, qual é a sua história e o motivo por que foi criada?”**. No caso das associações culturais e recreativas começaram por ser criadas devido aos problemas existentes nos bairros, bairros esses clandestinos, como é o caso do Bairro do Valongo e das Palmeiras. Não só estes bairros ilegais tinham problemas de saneamento básico, estradas não pavimentadas, sinalética rodoviária, passeios, zonas de lazer, etc., também os outros como o Bairro do Cansado, da Carapalha e da Boa Esperança tinham problemas estruturais.

Ao longo dos anos estas associações foram-se responsabilizando pela melhoria da qualidade de vida, contribuindo não só para a ajuda da resolução e exposição dos problemas existentes, mas também para o desenvolvimento da parte cultural e recreativa. Com o passar do tempo, muitas pessoas afastaram-se das associações, provavelmente por considerarem que não já não lhes valia a pena continuar a ser um cidadão ativo, pois tinham os seus problemas resolvidos.

Ao mesmo tempo, as próprias associações, com as carências dos seus bairros resolvidas, foram mudando o seu campo de ação virando-se então para aquilo a que realmente as associações se propunham: ser uma associação cultural e recreativa. Não querendo dizer no entanto, que deixaram de tentar resolver os problemas do respetivo bairro, simplesmente deixou de ser a prioridade. Como referiu o presidente da Associação do Bairro do Valongo: *“tem-se confundindo ao longo dos anos aquilo que é o papel das coletividades nessa vertente. É lógico que ao longo dos tempos nós temos sido uma voz ativa perante a Câmara, porque é quem pode resolver os problemas, as dificuldades das pessoas e quais são os problemas do bairro. Sabemos que já muita coisa foi feita, muita coisa ainda está por fazer, e temos transmitido essa informação, e continuaremos a fazê-lo, porque também há uma preocupação nossa em oferecer as melhores condições para as pessoas que habitam no bairro”*. Torna-se assim mais difícil cativar os associados, pois estes muitas vezes esperam que as associações cumpram deveres que não são os seus. A não resolução de alguns problemas poderá levar à desistência, por parte do cidadão, em continuar a fazer parte duma associação,

não percebendo que existem locais próprios para expor os seus problemas. Contudo, também é certo que poderão existir algumas diferenças quando a exposição de um problema é feita em nome de uma associação e dos seus representantes, relativamente à exposição feita por uma pessoa singular. É de esperar que uma associação tenha mais impacto, pois também representa um número maior de pessoas, o que normalmente faz grande diferença.

No sentido de compreender melhor a associação, as suas origens e atividades, foi perguntado **“Quais são os objetivos e missão enquanto associação?”**. No caso das ACICB e da AE-NERCAB, sendo estas associações de carácter económico, os seus objetivos prendem-se essencialmente com a prestação de serviços aos seus clientes que neste caso são empresas. Nas palavras da diretora da ACICB, o “ *objetivo é servir os associados e esclarecer os associados o melhor possível, uma vez que estamos sempre em constantes mudanças e mutações e cada vez mais há exigências a nível de legislação e nós tentamos informá-los o mais possível e esclarecê-los o mais possível. Por exemplo a nível da lei do tabaco, a lei do álcool, as leis que saem da ACT a nível de empregados, o que é obrigatório ter por cada empregado, Segurança Social. Os nossos associados são multisectoriais e temos aqui um trabalho árduo porque em muitos sectores a legislação diferencia muito de atividade para atividade. Mas com programas informáticos é fácil fazermos a filtragem, por exemplo determinada informação do uso do álcool, da afixação do proibido o consumo a menores de 16 anos. Nós enviamos essa lei quando sai só para a restauração e cafés, só para quem se aplica. Há outras situações de promoções e saldos, em que há uma época de saldos e promoções, nós divulgamos mais para os sectores que têm probabilidades de terem isso nos estabelecimentos comerciais. Fazemos uma filtragem que atualmente pode ser feita, ao contrário de antigamente que não era possível, e temos tentado fazer isso para também não massacrar os associados com informação desnecessária. Também temos agora a nível de legislação laboral, em que é necessário 35 horas de formação para os empregados e nós temos aproveitado candidatura ao OPH, e fazemos formações gratuitas para os associados para poderem ao fim ao cabo colmatar essas horas de formação, e temos as mais diferentes áreas, temos segurança, higiene e segurança, ao fim ao cabo como usar os extintores. Vamos arrancar agora com uma que tem a ver com o lançamento da nova nota de 10 euros e em parceria com o banco de Portugal vamos fazer uma formação para quem estiver interessado em aparecer precisamente*

para esclarecer todos os fatores que compõe a nota verdadeira e o que é que é preciso fazer para não aparecerem falsificações e evitá-las. Tentamos ir de encontro às necessidades. Por exemplo quando há incentivo, tentamos esclarecer os incentivos que há e ajudá-los muitas vezes na elaboração das candidaturas e na organização dos processos, que muitos associados acham muito complicados.”

À semelhança da ACICB e da AE-NERCAB também o CEI tem em vista a criação, apoio e desenvolvimento de empresas na região. O CEI é uma instituição pública, criada com o objetivo de incentivar a criação de novas empresas. Para isso basta apresentar uma proposta ao CEI, que será analisada e no caso de ser aceite este ajudará a criar a empresa e a desenvolvê-la durante um período chamado período de incubação, isto é, desde que a empresa nasce até que se consegue tornar economicamente viável. A diferença do CEI para a ACICB e para a AE-NERCAB, é que após esse período de incubação, que tem um prazo máximo de 18 meses, a empresa fica por conta própria, acabando assim a parceria. Assim sendo a missão do CEI é a de ajudar a criar novas empresas, dando-lhes ferramentas para o futuro, para que estas consigam subsistir e evoluir.

Quanto à missão e objetivos das associações culturais e recreativas é trazer dinamismo aos bairros onde se inserem e aos seus associados, através de torneios de vários tipos como torneios de malha, sueca, *petanca*, etc. No caso de algumas associações têm torneios de âmbito desportivo como judo, *taekwondo*, provas de ciclismo, atletismo, provas de perícia, etc. Como já foi referindo anteriormente, estas associações tem também como objetivo e missão promover a qualidade de vida dos bairros onde se inserem, dando assim ouvidos à população quando estes os procuram com o objetivo de melhor a área onde vivem, tanto a nível de pavimentos, de acessos, infraestruturas, sinaléticas rodoviárias, etc.

No que respeita às associações desportivas, os objetivos, como seria de esperar, são sempre mais virados para o desporto que a associação promove, no caso, os desportos motorizados pela Associação Escuderia, o judo através da Associação Academia de Judo e o futebol no caso do Desportivo de Castelo Branco. Como referiu o presidente do Desportivo de Castelo Branco: “a missão *“prende-se também um pouco com o incutir o civismo nos nossos atletas, fazendo ver que tem de haver respeito pelo próximo, não só dentro mas também fora de campo. Incutir-lhes o sentido de responsabilidade, de que existem regras e que caso não as cumpram existem*

consequências, neste caso específico não podendo jogar ou treinar. No fundo incutir-lhes o “fairplay” e o desportivismo.” Algo que vai de encontro aos objetivos e missão da Academia de Judo, sendo que os objetivos e missão desta associação também estão centrados na atividade física da população, isto é, na promoção do desporto e os benefícios que este traz à saúde. Com base neste objetivo a associação tem então um ginásio, aberto a qualquer cidadão, mediante o pagamento da anuidade. Desta forma “*os cidadãos podem usufruir de um espaço onde podem praticar desporto todo o ano, uma vez que Castelo Branco durante o inverno é bastante frio e chuvoso, o que não permite a prática de desporto e no verão é bastante quente e seco, condições que também não são favoráveis à prática do desporto ao ar livre*”, salienta o diretor técnico da associação. Realça ainda o facto de quem frequentar o espaço tem também direito a consultas de nutrição e a um plano de treino personalizado, garantindo assim um acompanhamento constante, evitando problemas futuros como lesões, derivados de uma má prática de desporto.

Para a Associação Escuderia os seus principais objetivos e missão são a promoção do desporto motorizado e o desenvolvimento da economia local. Para o presidente da associação: “*o desporto motorizado mobiliza muita gente. Porque uma equipa não é somente constituída por um elemento, tem sempre pelo menos dois ou três e por vezes chegam a ter cinco elementos. Esses cinco elementos, por vezes trazem a família consigo, o que pode representar mais um, dois ou até mesmo três pessoas por cada elemento, ou seja, uma equipa por vezes “arrasta” mais dez pessoas em certos casos. As provas por vezes têm dez equipas, ou seja, no fim de contas podemos estar a falar de duzentas pessoas que vêm à nossa região e têm de cá dormir pelo menos duas noites, o que representa duzentas camas de hotel. Ora isto, só pode ser benéfico para a nossa região. Nós sempre que organizamos uma prova também fazemos sempre questão de dar a conhecer, pelo menos às famílias dos pilotos e equipas, a nossa cidade, a cultura, a gastronomia, os museus, etc., fazendo com que tenham vontade de nos voltar a visitar. Desta forma fazemos com que as pessoas tenham essa vontade de voltar não pelo desporto, mas sim num fim de semana, por exemplo.*”

Para a Associação Amato Lusitano, os objetivos da associação são: “*estar basicamente junto das pessoas mais desfavorecidas, com mais problemas, ou pela sua faixa etária ou por um acontecimento qualquer na área da toxicodependência por exemplo, com problemas específicos, ou também na área da violência doméstica,*

também com os seus problemas específicos, sempre em vista naqueles que socialmente são mais frágeis”, como explicou o presidente da associação.

Ao realizar as entrevistas, para além do objetivo de ajudarem a compreender como surgiram as associações, quais os seus objetivos e missão e ainda, a relação com os sócios, pretendia-se perceber de que forma estas se relacionam com o poder local, nomeadamente a Junta de Freguesia⁸ e a Câmara Municipal.

Desta forma, durante cada uma das entrevistas foi feita a pergunta “**como classifica as relações com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia**”, ao que foi respondido em todos os casos, que consideravam uma boa relação, apesar de alguns classificarem como uma relação bastante formal. Contudo algumas associações, apesar de considerarem que existe uma boa relação quer com a Câmara Municipal, quer com a Junta de Freguesia, dizem que estas nem sempre correspondem às suas expectativas, mas também consideram ser perfeitamente aceitável, uma vez que no toca a questões económicas nem sempre é possível aceder a todos os pedidos e solicitações.

No seguimento da entrevista foi perguntado se “**sentem que são ouvidos e que têm uma palavra a dizer, enquanto associação**” e também em todos os casos a resposta foi positiva. Consideram que tanto a Câmara como a Junta são bastante abertos a sugestões, inclusive em alguns casos as instalações onde estão sediados são instalações camarárias. É unânime a opinião de que a Câmara e a Junta fazem o que podem, que por vezes não lhes é possível ajudar economicamente mas que ajudam sempre de alguma forma. Em alguns casos ajudam com a oferta de troféus aquando da realização de alguns torneios, cedem instalações para a associações terem uma sede digna, facilitam na organização de alguns eventos, como por exemplo a feira medieval, que se realiza anualmente. Existe assim por parte das associações, a perfeita noção de que nem sempre é possível ajudar economicamente e que quando não se consegue ajudar dessa forma, é sempre apresentada uma alternativa de ajuda, na medida das capacidades do poder local.

Com a intenção de perceber o que as associações pensam do poder local e da sua gestão, foi colocada a pergunta “**o que pensam do desenvolvimento de Castelo Branco nos últimos anos**”. Foi novamente uma resposta unânime, todas as associações consideram que Castelo Branco nos últimos 10, 20 anos evoluiu bastante, que quem

⁸ Junta de Freguesia, singular, uma vez que, todas as entrevistas foram feitas a associações sediadas na freguesia de Castelo Branco.

visita de novo a cidade ao fim de uns anos não a reconhece. Castelo Branco cresceu não só a nível industrial, com um grande parque industrial, mas também ao nível do parque habitacional. Castelo Branco conta hoje com vasto número de infraestruturas: zonas de lazer, espaços verdes, zonas dedicadas ao desporto, piscina municipal, um *skatepark*, um lago artificial, etc.. As associações consideram ainda fundamental o facto de Castelo Branco ter tido o mesmo Presidente durante três mandatos, e na opinião destes, poderiam ter sidos muitos mais, se não tivesse surgido a lei que impossibilita ser-se presidente por mais de dois mandatos. Apesar de todo este desenvolvimento consideram que ainda há muito para fazer, o que é perfeitamente normal, pois uma cidade está sempre em construção e a desenvolver-se. É também opinião destes dirigentes que Castelo Branco apenas não evoluiu mais, devido à falta de população. Utilizando uma expressão do dirigente da Academia de Judo, “*Castelo Branco tem tudo, só lhe falta o mar e pessoas*”, querendo com isto dizer, que se torna bastante difícil a fixação de pessoas na freguesia, apesar de todas as condições oferecidas.

Para finalizar, todas as entrevistas terminaram com a pergunta “**o que o levou a querer ser presidente de uma associação**”. Com esta pergunta, o objetivo era perceber os motivos que levaram estes cidadãos a querer ser presidentes de uma associação, se motivos pessoais, porque não concordavam com o que estava a ser feito ou para darem o seu contributo no desenvolvimento da associação e por conseguinte ao desenvolvimento, neste caso, da cidade de Castelo Branco. A resposta a esta pergunta foi um tanto ou quanto genérica, com quase todos os presidentes a revelarem que se tornaram presidentes por convite ou por insistência dos restantes associados. Isto é, em alguns dos casos, como o da Associação da Carapalha, o Sr. José Perquilhas tornou-se presidente por convite da restante direção, uma vez que este sempre esteve ligado ao associativismo, nomeadamente um clube desportivo. O Sr. José Perquilhas era grande amigo do anterior presidente, que faleceu devido a doença e então todos consideraram que este deveria ser o próximo presidente, tendo havido eleições, em que foi eleito.

No caso da Associação do Bairro da Boa Esperança e do Desportivo de Castelo Branco, os respetivos presidentes ocupam hoje o cargo também derivado a convite feito pela direção de cada associação, uma vez que estes tinham filhos a praticar desporto no clube do Desportivo e no clube de *futsal* da Boa Esperança e também já eles, à semelhança do presidente da Associação da Carapalha tinham desempenhado funções em associações. Revelaram ainda que aceitaram o desafio com o intuito de incutir esse

espírito de associativismo aos seus filhos, para garantir a continuação da associação e ainda para lhe trazer um espírito jovem, como explicou o presidente da Associação da Boa Esperança:

“Neste momento o meu grande objetivo é tentar, uma vez que não somos eternos, de algum modo que temos de precaver alguma “sucessão” e essa sucessão passa pela sensibilização dos mais novos, que de algum modo gosta disto também e que tem de se envolver de uma maneira um pouco mais comprometedora, e essa maneira é começar a olhar pelos problemas que surgem e deixarem-se envolver diretamente na associação”.

Já para o presidente da Associação do Bairro das Palmeiras:

“Olhe, sabe que isto, nós não somos agentes de associativismo porque queremos, é porque gostamos e portanto eu gosto daquilo que faço e eu costumo dizer que no dia que me propusessem ser remunerado eu ia-me embora, não faz sentido.”

No caso da ACICB foi uma progressão de “carreira”. A atual diretora da associação começou por desempenhar o cargo de técnica, foram-lhe sempre sendo propostos novos desafios, e ao fim de dezanove anos de casa foi-lhe proposto o cargo de diretora, desafio que esta aceitou, uma vez que afirma gostar de desafios e de estar constantemente em aprendizagem, desenvolvendo novas competências.

A partir destes casos agora apresentados, é então possível perceber que na sua maioria todos desempenham a função de presidente devido a convites, ou seja, não é algo que alguma vez tenham pensado fazer, mas quiseram dar o seu contributo. E se esses convites foram feitos, foi com certeza porque as pessoas acreditavam neles e no seu trabalho.

Contudo apesar do gosto que têm em ser presidentes ou diretores, afirmam que nem sempre é fácil, principalmente em termos familiares; que tornar-se presidente de uma associação não é uma decisão fácil, é necessário ponderar bem. Mas como afirma o presidente da Associação do Bairro das Palmeiras:

“O associativismo é voluntariado e é assim que eu gosto de estar nestas coisas, porque por um lado penalizo a minha vida pessoal, o meu trabalho e a minha família, mas por outro lado sinto-me realizado.”

3.2. Análise das entrevistas realizadas às Juntas de Freguesia

Pretendendo fazer uma melhor análise ao movimento associativo e à contribuição que este teve no desenvolvimento do município de Castelo Branco, foram também entrevistadas três representantes de Juntas de Freguesia, nomeadamente a J.F. de Castelo Branco, J.F. de Alcains e a J.F. de Almaceda. Por último foi também feita uma entrevista ao vice-presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco. Estas entrevistas tinham como objetivo perceber qual a abertura das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal, ao nível da participação pública, isto é, a relação que mantêm com as associações e com público em geral, se há ou não lugar para a participação pública. Outro objetivo era tentar perceber o grau de transparência, se faziam e fazem questão de manter os cidadãos informados em relação aos seus projetos, ideias, decisões, etc..

Assim sendo, a primeira pergunta das entrevistas era **“Costumam desenvolver ações que promovem a participação por parte da população? (Orçamentos Participativos, Consulta de propostas para melhorar/desenvolver a freguesia, etc.)**

No caso da J.F. de Almaceda, pelas palavras do secretário da Junta, a resposta foi de que *“a nível da Junta de Freguesia, só existem as Assembleias de Junta em que as pessoas poderão assistir e que estão sempre abertas à população, tirando isso é claro que se tiverem sugestões podem falar com os funcionários para depois nos transmitirem, também não há assim outro tipo de participação. As pessoas também são pouco participativas de um modo geral. E quando têm assim alguma coisa que de facto achem interessante ou que necessitem, às vezes dizem diretamente ou dizem aos funcionários e eles depois, como lhe disse, transmitem”*.

Verifica-se assim que a J.F. de Almaceda não realiza nenhuma ação para além das que estão descritas na lei e que têm um carácter obrigatório, nomeadamente as Assembleias de Junta, mas também se afirma que as pessoas, regra geral não são participativas, não se envolvem. Talvez também se deva ao facto de Almaceda, como foi possível verificar no capítulo da caracterização social do município de Castelo Branco, apresentar um elevado índice de envelhecimento com um valor 10 vezes superior ao de Portugal Continental, 1.586,4 (INE 2011) e uma taxa de analfabetismo também ela bastante elevada, 19,46% (INE 2011), que é 4 vezes superior à de Portugal Continental. Face a estes números torna-se compreensível a fraca participação das populações, ou porque a população é já em grande parte idosa ou porque 1/5 da população de Almaceda não sabe ler nem escrever.

Já no caso da J.F. de Alcains a presidente afirma terem bastante participação por parte dos cidadãos, havendo assim dois momentos em que a população é atendida e ouvida:

“A Junta de Freguesia tem o atendimento semanal às quintas-feiras à noite, onde toda a população é atendida nos seus casos particulares ou coletivos, e aí a população dá os seus pareceres sobre as mais diversas matérias, inclusive essas, e nós assimilamos e depois dentro do nosso trabalho procuramos ter em conta todos os pareceres individualizados ou coletivos que nos são trazidos nessas reuniões semanais. É semanalmente, cinquenta e duas semanas por ano, estamos aqui a atender e a ouvir com toda a atenção e por vezes são dezenas, às vezes ultrapassa dez por cada sessão. Temos outro momento importante em que atendemos a população também nos seus pareceres, mas aí já da responsabilidade da Assembleia de Freguesia, onde a Junta presta contas. Prestamos contas do nosso trabalho, aquele que é nosso por compromisso eleitoral, porque quando um executivo se propõe a entrar para um junta ou para uma autarquia apresenta o seu compromisso de partida, vamos cumprindo esse compromisso e tentamos integrar da melhor forma todas as propostas para que depois se venham juntar a esse compromisso que é nosso, quando somos eleitos por uma população, sim.”

Quanto à J.F. de Castelo Branco também esta desenvolve ações de participação, nomeadamente algumas experiências de Orçamento Participativo. Existem duas localidades anexas à freguesia de Castelo Branco, Lentiscais e Taberna Seca, às quais semanalmente se desloca um membro da Junta de Freguesia para identificar e posteriormente informar a Junta dos possíveis problemas existentes nessas duas localidades. Ao contrário da J.F. de Alcains, não existe um hora e um local onde semanalmente os cidadãos possam expor as suas ideias e problemas, mas a J.F. de Castelo Branco garante que a porta está sempre aberta e que qualquer cidadão se pode dirigir à Junta e apresentar as suas ideias, salientado que o facto de a Junta de Freguesia estar na sede do concelho, juntamente com a Câmara Municipal faz com que as relações entre estes dois poderes tenha de ser mais coordenada, uma vez que a Câmara Municipal tem valências que a Junta não tem. Querendo com isto dizer que as pessoas por vezes não se dirigem à Junta, mas sim diretamente a Câmara Municipal.

A segunda pergunta da entrevista era **“Divulgam as medidas tomadas, informam os cidadãos do que está a ser feito e do que se pretende fazer na**

freguesia? Se sim, quais os meios de divulgação?” e em todos os casos a resposta foi positiva. Quanto aos meios de divulgação a J.F. de Castelo Branco tem uma página oficial de “facebook”, faz a divulgação através dos jornais locais e quem quiser alguma informação mais específica poderá dirigir-se à Junta e pedir esclarecimentos. Quanto às Juntas de Freguesia de Alameda e Alcains a divulgação é feita em Assembleia de Junta e também nos jornais locais. Cabe assim ao cidadão, que queira estar informado, consultar qualquer um dos canais

Segue-se a terceira pergunta, **“Como classifica as ligações com as associações existentes na freguesia”**. Os representantes das três Juntas de Freguesias classificam as relações com as associações existentes nestas, como bastante boas. Nem sempre lhes é possível ajudar as associações financeiramente mas sempre que podem tentam ajudar, se não é financeiramente, é através de pequenas contribuições como troféus para algumas das atividades que as associações realizem. A presidente da J.F. de Alcains salienta isso mesmo, que nem sempre é possível ajudar todas as associações, mas que o que fazem é ver quais foram as atividades que estas fizeram no ano anterior e contribuem consoante o seu nível de atividade e para as que mais atividades realizam mais financiamento é disponibilizado. Quanto à J.F. de Castelo Branco, o presidente diz ter muito boas relações com todas as associações do município e que sempre que lhe é possível, que colabora e estão *“sempre presentes em todos os acontecimentos que merecem a nossa presença. Temos uma ligação muito forte com todos os dirigentes associativos e portanto estamos por dentro de tudo, quer das suas carências, das necessidades que existem por parte das associações vamos-las acompanhando no âmbito das suas atividades”*. Quanto à J.F. de Alameda, estes não têm *“(…) política de dizer que damos tanto àquela associação. Agora as associações conforme vão desenvolvendo as atividades, vão-nos contactando e a gente dentro do possível comparticipa sempre, ou com troféus, depende do tipo de atividade que é. Às vezes com dinheiro também, por exemplo quando são as passagens de ano.”*

Existe assim uma diferença entre as J.F. de Castelo Branco e Alameda em relação à J.F. de Alcains. Nas duas primeiras, o financiamento e as ajudas apenas são atribuídos às associações quando estas requerem esse mesmo financiamento/ajuda, ao passo que na J.F. de Alcains é atribuído inicialmente, consoante o nível de atividade do ano anterior, um montante pré-definido de financiamento, chamemos-lhe um fundo. Desta forma há uma maior racionalização e controlo do “dinheiro”.

“Na sua opinião, acha que as associações desempenharam e desempenham um papel importante no desenvolvimento da freguesia”, foi a quarta pergunta a ser colocada no decorrer da entrevista, com o objetivo de perceber qual é a posição do poder autárquico quanto às associações, se estas trazem benefícios às freguesias onde se inserem. Se são ou não, importantes no seu desenvolvimento. Para o secretário da J.F. de Almaceda, André Gonçalves, as associações são de facto importantes, porque promovem atividades e dinamizam a freguesia. E como realça o presidente da J.F. Castelo Branco, *“as associações da nossa cidade desempenham, quer no campo desportivo, quer cultural, quer no campo da ação social, uma ação que nos complementa muito. Aquilo que nós fazemos, ao invés de estarmos a fazer e a produzir ações diretamente, o que fazemos é financiar, tanto quanto possível, estas associações para que elas com as condições todas que têm, com a maior implantação no local, com maior conhecimento da população e com maior conhecimento das atividades desportivas e culturais para elas depois fazerem essas ações. Portanto aquilo que nós fazemos no sentido de uma ação indireta é darmos condições para que as associações façam ao invés de sermos nós a fazer.”* Contudo André Gonçalves lamenta o facto de por vezes na freguesia de Almaceda não ser possível a colaboração entre as várias associações, que por vezes não se chega a um consenso, e a associação X só participa nas ações promovidas se a associação Y não participar, o que por vezes dificulta o próprio trabalho da Junta de Freguesia e em nada é benéfico para a freguesia. Quanto à J.F. de Alcains a sua presidente realça também, à semelhança da J.F. de Castelo Branco, a importância das associações nos diferentes campos de ação, campos esses em que o poder autárquico não tem um grande poder de atuação, cabendo assim às associações, a função de promover ações que dinamizem e que façam com que a comunidade se junte. Para a J.F. de Alcains as associações são então *“muito úteis e muito importantes.”*

Surgem assim a quinta e sexta pergunta, se **“Têm um registo das associações existentes na freguesia”** e se **“é do vosso conhecimento assim que abre uma nova associação, ou encerre uma já existente”**. Em todos os casos a resposta à quinta pergunta foi positiva, tendo todas as Juntas de Freguesia um registo, como foi possível apurar através da sexta pergunta, têm sempre conhecimento quando é constituída uma nova associação, uma vez que aquando da sua abertura, todas elas procuram um apoio económico inicial ou pelo menos um lugar onde possam constituir uma sede. Quanto ao

encerramento afirmam que são raros os casos, apesar de admitirem não ter um conhecimento específico.

Como não poderia deixar de ser, em todas as entrevistas foram questionadas as relações com a Câmara Municipal. Foi então colocada a questão número sete, **“Como classifica as relações com a Câmara de Castelo Branco”**. Mais uma vez em todos os casos a resposta foi positiva, tendo sido realçado pela presidente da J.F. de Alcains que sem a ajuda da Câmara Municipal, Alcains não seria o que é hoje, que não se conseguiria desenvolver como tem sido possível, uma vez que *“(...) a nossa capacidade autónoma financeira, porque quando se trata de capacidade financeira, trata-se apenas de um quarto das nossas necessidades e a Câmara assegura três quartos das restantes necessidades, portanto é total, é excelente e não poderia mesmo ser melhor.”*

O presidente da J.F. de Castelo Branco destaca a articulação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia dizendo: *“(...) articulamo-nos bem, fazemos uma articulação a todos os níveis (...) sabemos qual é a nossa competência, a Câmara Municipal também sabe qual é a sua competência e portanto estamos sempre em consonância no sentido de resolvermos com eficiência e com eficácia os problemas que vão surgindo”*. Há assim um respeito mútuo, não havendo imposições de poder ou de ideias. Tanto a Junta como a Câmara sabem até onde podem e devem ir de forma a não prejudicar o normal funcionamento um do outro, sem qualquer interferência. Apesar da resposta positiva por parte da J.F. de Almaceda, admite-se que nem sempre a Câmara Municipal corresponde a todas as expectativas, mas que as questões *“complicadas e mais prementes têm sido resolvidas, por isso tem havido uma boa colaboração entre nós e a Câmara Municipal”*.

A pergunta seguinte seria: **“Faz parte da vossa ideologia envolver os partidos da oposição nos vossos projetos, por forma a garantir a continuidade dos mesmos”**, a oitava pergunta. Com esta pergunta o objetivo era perceber o nível de abertura, que os atuais presidentes têm e se fazem questão de envolver os restantes partidos, ouvindo assim outras opiniões ideias e sugestões. Ou se são um executivo rígido, pouco aberto à comunidade e à oposição, uma vez que na oposição também estão cidadãos.

Quanto às respostas a esta pergunta, estas já derivaram um pouco entre si. No caso da J.F. de Castelo Branco o presidente declara que envolve os partidos da oposição, não só porque é obrigado por lei a fazê-lo – quando fazem os orçamentos e o plano de atividades do ano seguinte – mas também porque acredita que *“quem está a*

governar não é detentor da razão” e que “podemos estar a ver as coisas mal (...) portanto aquilo que nós fazemos muitas das vezes é ouvi-los e chamá-los”. Já a J.F. de Alcains apenas envolve os partidos da oposição nas ocasiões previstas na lei, ou seja, nas Assembleias de Freguesia. Contudo a presidente salienta o facto de estarem sempre abertos à população em geral, sendo que nestes casos é mais difícil identificar partidos, uma vez que as pessoas se dirigem à junta como cidadão e não como representante do partido X ou Y. Por último, a J.F. de Almaceda apenas inclui os partidos da oposição nas Assembleias de Freguesia, uma vez que, segundo as palavras do secretário da Junta: “é como digo, a esse nível é só na Assembleia de Freguesia, até porque infelizmente, a realidade é essa, não há como escamotear, o espírito de iniciativa e de participação não é muito também. As pessoas ainda acham e continuam com a ideia de “eles estão lá agora, eles que resolvam.”

Quase a terminar a entrevista, foi colocada a 9ª pergunta, **“O que o levou a querer ser presidente da Junta de Freguesia?”** Uma pergunta mais pessoal que tinha em vista tentar perceber a razão de querer pertencer a um executivo, os motivos que levaram a optar pelo lado político e neste caso como presidente de Junta de Freguesia.

O presidente da J.F. de Castelo Branco respondeu a esta pergunta dizendo que nunca teve a política como um projeto de vida. Antes de ser presidente da Junta de Freguesia foi vereador na Câmara Municipal e que posteriormente surgiu a possibilidade de concorrer a presidente de Junta de Freguesia e que em vez de pensar dizer “não”, pensou “e porque não?” e que entretanto as coisas foram avançando e que atualmente conclui que não poderia ter feito outra coisa senão aceitar este desafio e que é um trabalho *“gratificante porque nos permite ter um contacto [com os cidadãos] quase diário, quase em todas as situações, desde a ida ao café e nós estamos sempre disponíveis, sempre de serviço e portanto quando estamos para servir os outros estamos naturalmente que nos sentirmos bem, e eu no meu caso concreto sinto-me bem com isso”*. Ao contrário do presidente da J.F. de Castelo Branco, a presidente da J.F. de Alcains sempre seguiu um percurso político, estando inicialmente ligada à Assembleia de Alcains durante 4 anos, tendo posteriormente ido para a Assembleia da República ao mesmo tempo que era deputada na Assembleia Municipal de Castelo Branco. No terceiro mandato do Presidente de Castelo Branco Joaquim Mourão, foi convidada para ser Vereadora na Câmara Municipal, onde se manteve durante o 3º e o 4º mandato deste Presidente. Optou por aceitar este cargo de Vereadora *“porque isso me aproximava do*

meu território e porque também no meu percurso político e nas várias atividades que me eram propostas, quer na política de proximidade, que são as Câmaras e as Juntas”. Durante uma reunião do seu partido surgiu a pergunta de quem poderia ser candidato à J.F. de Alcains e o seu nome surgiu então como possível candidato, tendo acabado por concorrer ao cargo e ser eleita pela população. Quanto à J.F. de Almaceda não foi possível colocar esta questão uma vez que o entrevistado não foi o presidente.

Por último a todos os entrevistados foi colocada a pergunta: **“Enquanto presidente da J.F, o que pensa do desenvolvimento do município, e da freguesia em particular, nos últimos anos”**. No caso da J.F de Almaceda a pergunta não foi colocada enquanto presidente, mas sim na qualidade elemento pertencente ao executivo. Relativamente a Almaceda, André Gonçalves considera que Almaceda nos últimos anos teve um desenvolvimento bastante significativo, que foi possível por Almaceda novamente no mapa, tanto em termos de atividades, como jornalístico e a sua piscina fluvial que traz visitantes vindos de todo o lado. Para este, o grande objetivo do executivo ficou concluído quando viram terminadas as obras de construção do lar, que já se encontra em funcionamento há um ano. Contudo salienta que ainda há muito para fazer e que haverá sempre algo para ser feito, mas acredita que, a julgar pelo aumento gradual de percentagem de votos obtidos nas eleições, o trabalho que estão a desenvolver só pode estar a ser positivo. Em relação ao município a sua opinião é de que este tem crescido bastante, e que apesar da crise o concelho não tem sentido muito os seus efeitos, mais ao nível do emprego. As empresas têm tido a capacidade de se manter ativas e sem despedimentos. Destaca ainda o facto de a cidade de Castelo Branco ter sofrido bastantes melhorias, nomeadamente a nível rodoviário e a nível urbanístico, onde acredita ter havido um grande trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, mais concretamente na parte histórica, que se encontrava bastante degradada e que hoje já se encontra em grande parte recuperada e com um elevado dinamismo.

Para o presidente da J.F. de Castelo Branco o desenvolvimento da cidade nos últimos anos foi palco de grandes alterações e de um grande desenvolvimento. *“Eu tenho tido a oportunidade de trazer cá muitas pessoas que já conheciam a cidade há 10, 20 anos atrás e vêm cá e ficam completamente admirados”* afirma o presidente, salientando o desenvolvimento da cidade nos últimos anos, não só ao nível urbanístico e viário, onde considera que a cidade tinha um grande problema em relação ao estacionamento e que se encontra atualmente resolvido sendo agora um exemplo, mas

também a um nível cultural. Salienta o facto de o desenvolvimento de uma cidade nunca estar concluído, que as coisas vão sendo feitas dia a dia mas que enquanto presidente da Junta de Freguesia se sente bastante orgulhoso da cidade e diz ainda que *“vamos todos colaborando porque isto também é um processo que é de todos, não é só dos autarcas, não é só das intuições públicas ou privadas, é da população também porque a cidade é de todos, daí que ache também que estamos num bom caminho, mas há sempre muito mais coisas para fazer, há sempre projeto em frente e é isso que estamos cá todos para fazer, cada um à sua maneira, cada um na sua via, cada um no seu campo, respeitamos mas aceitamos sempre a colaboração de toda a gente no sentido de construirmos uma cidade ainda melhor.”*

Para a presidente da J.F. de Alcains tanto a freguesia como o município estão num bom caminho que *“ o município está a fazer um trabalho grande e sempre dentro da linha do que vinha, manter sempre a linha do que vinha que era manter um patamar, uma fasquia muito alta deixada pelo antigo presidente Joaquim Mourão ”* e assume que apesar de achar que estão a seguir o caminho certo *“compreendemos que há pequenos ajustes a fazer e pequenas correções a fazer, fazemo-las também sem dificuldade nenhuma, porque assumimos que não somos nunca seres omniscientes, e que podemos sempre rever e melhorar a nossa atuação.”*

3.3. Análise da entrevista realizada à Câmara Municipal

Por último, foi feita uma entrevista ao vice-presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, seguindo a mesma lógica em relação às entrevistas realizadas aos representantes das Juntas de Freguesia, seguindo o mesmo guião de entrevista.

À semelhança das entrevistas realizadas aos representantes das Juntas, a primeira questão a ser colocada foi se **“Costumam desenvolver ações que promovem a participação por parte da população? (Orçamentos Participativos, Consulta de propostas para melhorar/desenvolver o município, etc.) ”**, ao que foi respondido que de acordo com a legislação em vigor, que não contempla nem obriga a que haja demasiada participação pública. O único tipo de participação que existe é quando são feitas as Assembleias Municipais, onde são ouvidos os representantes dos partidos da oposição e a Comissão Municipal da Juventude. O vice-presidente admite que poderia haver uma maior participação pública, mas que segundo as regras da democracia representativa não existe essa obrigatoriedade. Salienta o facto de também o Governo

não por certos assuntos à discussão pública, que o Governo aprova os seus planos em Assembleia da República, onde há elementos devidamente eleitos que representam a população. Com esta pergunta foi possível verificar que a Câmara Municipal é um tanto ou quanto fechada no que respeita à participação pública e que não existe grande espaço para o cidadão expor as suas ideias, não querendo com isto dizer que é totalmente fechada. Apesar disso, a julgar pelo desenvolvimento da cidade, e pela opinião não só das Juntas de Freguesia, mas também das associações, a cidade está a seguir o rumo certo. Talvez o não envolvimento dos cidadãos por vezes também seja benéfico, uma vez que estes por vezes acham que a sua opinião deveria ser tida como que uma ordem, e por vezes torna-se difícil agradar a todos. Desta forma é possível à Câmara Municipal manter-se um pouco à margem, ouvindo todas as opiniões, tratando a informação e depois desenvolver as suas próprias conclusões, sem que nenhum cidadão se sinta assim excluído.

Quanto à pergunta: **“Divulgam as medidas tomadas, informam os cidadãos do que está a ser feito e do que se pretende fazer na freguesia? Se sim, quais os meios de divulgação”**, a resposta foi de que existe de facto essa divulgação mas que não têm um órgão específico para tal, que normalmente quem divulga essas informações é a comunicação social e destaca ainda o facto de toda a informação ser pública.

A pergunta seguinte foi **“Como classifica as ligações com as associações existentes na freguesia”**, ao que foi respondido que existe uma boa relação e que estas *“nunca tiveram um estatuto tão privilegiado como têm agora connosco.”* O vice-presidente diz ainda que não só ouvem o que estas têm para lhes dizer, como as ajudam sempre que podem e que inclusive todas essas ajudas que são disponibilizadas são passíveis de ser consultadas, isto é, que montantes foram atribuídos e a que associações, de maneira a que as pessoas percebam como tudo se processa.

Quanto à pergunta **“Na sua opinião, acha que as associações desempenharam e desempenham um papel importante no desenvolvimento do município”**, a resposta foi de que sim, que na sua grande maioria as associações desempenham um papel importante no desenvolvimento e que há parcerias, entre a Câmara Municipal e alguns associações, bastante boas e que funcionavam em pleno. Destaca ainda a importância das associações uma vez que *“um município, um concelho é tanto ou mais interessante, quanto mais interessante for também o trabalho das associações, disso*

não temos dúvida nenhuma e por isso é que nós as apoiamos e as incentivamos também a cada vez melhorarem mais o seu modo de intervir, porque também as associações são constituídas por pessoas que muitas vezes não têm experiência, são voluntários, fazem trabalho de cidadania o que também é muito importante e fazemos questão de reconhecer essa função.”

As duas perguntas seguintes seriam então: **“Têm um registo das associações existentes na freguesia”**, ao que foi respondido que sim e que inclusive têm notado que nos últimos tempos o tipo de associações que mais tem aparecido são as associações culturais que têm avançado com projetos bastante interessantes e que vêm *“dar aqui uma pedrada no charco, promovendo outro tipo de culturas que até aqui eram pouco reconhecidas.”* Continuando: **“É do vosso conhecimento assim que abre uma nova associação, ou encerre uma já existente”**, com o vice-presidente a referir que têm esse conhecimento, que tentam estar sempre informados de tudo o que se passa na cidade, inclusive quando fecha uma associação.

Seguidamente o vice-presidente foi questionado relativamente a **“Como classifica as relações com as Juntas de Freguesia do Município Castelo Branco”** ao que o vice-presidente respondeu que *“as Juntas de Freguesia são órgão de soberania autónomos, portanto nós temos excelentes relações com todas as juntas de freguesia.”* Destaca-se ainda o facto de *“neste momento também temos a sorte e a felicidade de as J.F serem todas do mesmo partido político que a C.M, exceto uma, e isso também facilita de alguma maneira o nosso funcionamento, embora com aquela que não é da nossa área política também mantemos um ótimo relacionamento, porque nós não vemos estas questões no âmbito partidário, vemos as questões no âmbito do interesse das populações e isso ultrapassa o âmbito partidário.”* Através desta resposta é assim possível perceber o motivo do desenvolvimento do município de Castelo Branco e da boa gestão de recursos, pois acima de tudo está sempre o interesse da população e só depois o interesse partidário. O que não acontece no que toca a Governos, em que primeiro está o interesse partidário e a imposição das suas ideologias e só depois então é que aparecem em segundo plano, os interesses das populações.

No seguimento da entrevista foi perguntado se **“Faz parte da vossa ideologia envolver os partidos da oposição nos vossos projetos, por forma a garantir a continuidade dos mesmos”** e neste caso a resposta foi negativa, não existe a ideologia de envolver os partidos da oposição, pois o executivo acredita que se foi eleito e eleito

com uma maioria expressiva é porque as pessoas acreditam nos seus projetos e para o executivo a envolvimento dos partidos da oposição não traria benefícios. Os partidos da oposição são ouvidos nas alturas e instâncias certas, nas Assembleias Municipais, onde expõem os seus projetos, que serão analisados pelo executivo e tidos em conta se realmente forem oportunos. Como explica o vice-presidente: *“nós é que somos responsáveis pelo plano e pelo orçamento, se isto correr mal não vão pedir contas à oposição mas sim a nós, a quem tem a responsabilidade de dirigir esta Câmara.”* Talvez este executivo também nunca tenha sentido a necessidade de incluir os partidos da oposição uma vez que o seu partido, Partido Socialista, se encontra no poder há 5 mandatos, 4 com o Presidente Joaquim Mourão e 1 com o Presidente Luís Correia. São 20 anos de Partido Socialista.

Também ao vice-presidente da Câmara Municipal foi perguntado **“O que o levou a querer ser vice-presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco e ao seu executivo”**, ao que o vice-presidente respondeu que desde 1997 faz parte do executivo e que ser vice-presidente partiu de um convite feito pelo atual presidente da Câmara Municipal, para este encabeçar a lista como nº2.

Por último o vice-presidente foi questionado relativamente a **“Enquanto presidente da C.M., o que pensa do desenvolvimento da cidade nos últimos anos”**, ao que este respondeu que a sua resposta poderia ser um pouco suspeita. Para o vice-presidente a cidade sofreu grandes alterações e melhoramentos a nível de estacionamento, havendo agora bastantes lugares de estacionamento, inclusive dois parques subterrâneos, parques esses que são os únicos lugares de estacionamento pagos. Todos os outros lugares de estacionamento existentes na cidade não têm qualquer custo para o utilizador, o que é bastante raro no país. Ainda em termos viários realça a construção das vias rodoviárias à volta da cidade, que fazem assim com que não haja problemas de trânsito na cidade e a construção da A23 apesar de esta ser da responsabilidade do Governo. Em termos urbanísticos hoje a cidade é uma cidade airosa, limpa e organizada. Destaca ainda o nível cultural, com a construção do Centro Cultural de Castelo Branco (CCCB), a recuperação do antigo edifício dos CTT, os museus do Cargaleiro e Tavares Proença Júnior e ainda o Jardim do Paço. A própria zona histórica, que foi em grande parte reabilitada. Por último destaca a zona industrial, uma zona industrial com grande possibilidade de expansão e que se tem mantido e onde têm nascido novas empresas, criando assim novos postos de trabalho.

Capítulo IX: Análise Crítica às Dinâmicas Associativas em Castelo Branco

No início deste estudo, com o capítulo sobre democracia, foi possível perceber que algo precisa de mudar na forma como vivemos atualmente a democracia. A democracia atual deixou de ser representativa do cidadão e tal é perceptível pelas elevadas taxas de abstenção verificadas em época de eleições. A democracia atual é cada vez menos representativa do cidadão e consequentemente o cidadão deixa de se ver representado por aqueles que elegeu para o poder. O cidadão tem cada vez menos a possibilidade de se envolver na vida política, sendo consequentemente retirado o direito da palavra, de opinião. A cidade é cada mais pensada e construída numa perspetiva consumista, desvalorizando o cidadão – cidadão enquanto elemento pertencente a uma cidade, enquanto indivíduo que habita esse espaço diariamente. Torna-se desta forma importante desenvolver novas práticas e costumes que envolvam novamente os cidadãos para que estes possam sentir novamente que a cidade lhes pertence. Levando a que estes se sintam novamente incluídos e que se sintam impelidos a ter uma vida social ativa, ajudando a construir a cidade que habitam, moldando-a à sua maneira.

Contudo existem sinais de mudança. Cada vez mais, hoje se tentam implementar práticas inovadoras na forma de governar, práticas como aquelas que o conceito de governança implica. A construção e promoção de novas ferramentas e novos métodos nos quais os cidadãos passam a ter novamente um papel importante, no que respeita não só à construção e ao desenvolvimento das cidades mas também à sua gestão e manutenção de modelos sustentáveis, cidades desenvolvidas a pensar no futuro, com uma visão mais alargada. Numa perspetiva de governança dá-se novamente importância ao que os cidadãos têm a dizer, dá-se importância às suas opiniões e sugestões. Governança implica assim um diálogo constante entre os poderes local/central e as populações, surgindo assim um aspeto importante, implícito numa ação de governança, a corresponsabilização. A corresponsabilização resume-se ao compromisso a que as partes envolvidas no projeto se propõem. O objetivo da corresponsabilização é não permitir que os efeitos, sejam eles positivos ou negativos – embora tenha mais peso nos negativos, sejam atribuídos apenas a uma só pessoa, mas sim a um grupo de pessoas, que propôs e defendeu a ideia ou projeto.

Para Coleman (1990:251) o *“facto de um grupo/coletivo partilhar de normas sociais no seio de um grupo, transfere para o coletivo o direito de controlar uma determinada ação, em vez desse direito estar apenas concentrado num indivíduo, naquele que comete a ação, uma vez que essa mesma irá ter consequências (positivas ou negativas) para todos e não apenas para o indivíduo que a produz”* (Coleman, 1990:251).

A corresponsabilização é o cerne de um outro conceito, o de capital social, que se apresenta como responsável pela constituição de normas, valores, regras e sobretudo civismo. Capital social torna-se importante numa perspetiva de governança uma vez que para que possa ser constituído capital social é necessário a formação de grupos de indivíduos que se reúnem com um objetivo comum, ainda que possam ter visões diferentes de como atingir esse objetivo. O capital social surge como uma espécie de filtro. Isto é, com a constituição desses grupos as ideias e objetivos dos indivíduos vão sendo debatidas no seio desse grupo, antes de ser formalizada qualquer proposta, pressupondo-se assim que quando chega ao poder central/local já é um ideia formada por um conjunto de pessoas com uma ideia comum e não apenas interesses individuais.

É neste ponto que as associações se tornam fulcrais, tornando-se pontos de concentração de capital social, uma vez que uma associação surge geralmente no seio de um grupo de amigos ou conhecidos, que têm um objetivo em comum. Esse interesse pode ser mais ou menos específico, nomeadamente uma associação de teatro, uma associação de profissionais de bombeiros, polícias, etc., ou tão geral como uma associação de bairro, de moradores, de desenvolvimento. Apesar, de mais ou menos específicas, o seu propósito é sempre alcançar o bem comum, da população em geral ou dos seus associados em específico. As associações ganham relevo não só no que toca ao capital social mas também à integração social. O associativismo promove desenvolvimento do cidadão, levando este a atingir níveis de confiança mais elevados, evitando que se sinta socialmente desintegrado, uma vez que atualmente existem associações das mais variadas áreas, que possam ir de encontro ao interesse de cada um.

O associativismo incute assim no cidadão, a necessidade de ser um cidadão ativo, de tentar contribuir com algo para a sociedade. Contudo surge uma questão importante que se prende com o facto de saber se essa diversificação de interesses, representada nas mais variadas associações, constitui realmente uma sociedade coesa e

integradora ou se divide ainda mais a sociedade em grupos, consoante os seus interesses.

No município de Castelo Branco, através das entrevistas realizadas, foi possível constatar a importância da vida associativa no desenvolvimento das cidades. Nas entrevistas realizadas às associações de bairro, Boa Esperança, Valongo, Carapalha, Cansado e Palmeiras foi perceptível a importância que estas tiveram no desenvolvimento desses mesmos bairros. Principalmente nos casos da Associação do Bairro das Palmeiras, do Bairro do Valongo e Bairro da Carapalha, bairros que têm uma génese ilegal. As associações foram responsáveis pelo desenvolvimento destes bairros, pois foi através da pressão realizada por estas, junto do poder local, que ao longo dos anos os bairros foram sofrendo melhorias significativas. Desde o loteamento, à pavimentação das estradas, ao saneamento básico, à construção de zonas verdes, zonas de lazer, atribuição de nomes e números de polícia às casas – algo que pode parecer trivial, mas até este arruamento, os moradores estavam impossibilitados de receber qualquer tipo de correspondência. Estes bairros após este esforço das associações deixaram assim de ser bairros clandestinos, passando a ser bairros exemplares da preocupação urbanística que a Câmara Municipal procura ter.

É assim seguro afirmar que o sucesso no desenvolvimento destes bairros se deve a boas práticas de associativismo, com uma população ativa, constituindo assim um capital social considerável uma vez que provavelmente sem a formação destas associações, estes bairros não seriam o que são hoje, já que as propostas foram sendo apresentadas em forma de consensos entre os moradores e não como pedidos individuais. Aqui a Junta de Freguesia e Câmara Municipal demonstraram estar sempre disponíveis para atender às necessidades dos cidadãos. Esta abertura e preocupação por parte da Câmara Municipal estende-se não só às associações e Junta de Freguesia de Castelo Branco, mas também às demais que constituem o município. A preocupação de manter o diálogo entre todas as freguesias e as respetivas associações ficou patente nas entrevistas realizadas à Junta de Freguesia de Alameda e à Junta de Freguesia Alcains, quando os entrevistados afirmaram que sentem que não são esquecidos e que a Câmara Municipal procura sempre atender às suas necessidades. No caso da Junta de Freguesia de Alcains a presidente afirmou mesmo, que sem o apoio da Câmara Municipal de Castelo Branco não seria possível o financiamento das associações existentes em Alcains. Ainda através destas entrevistas foi possível perceber que existe uma

preocupação por parte da Câmara Municipal em manter todas as freguesias ao mesmo nível de desenvolvimento, de tentar criar um desenvolvimento integrado. Fica assim visível um bom exemplo dos frutos que podem ser colhidos de uma ação de governança e de ações de cooperação entre os poderes locais e as associações.

As restantes associações também são associações que têm procurado ter essa preocupação de ajudar a desenvolver a cidade, ainda que com preocupações mais específicas, ajudando ao desenvolvimento cada uma à sua maneira e de acordo com o seu campo de ação. A Associação de Comércio e Indústria e a Associação Empresarial procuram desenvolver a cidade mais a nível económico, desenvolvendo ações que promovem o comércio, no caso da Associação de Comércio e Indústria, esta procura desenvolver o comércio local e apoiar este tipo de comércio, sendo que consideram-no fundamental para a cidade, uma vez que dinamiza e traz-lhe vida.

Já no caso da Associação Empresarial pareceu ser uma associação mais tipo empresa, isto é, mais virada apenas só para o cliente/associado, ao contrário da Associação Comercial e Industrial que procura promover e dinamizar a cidade. Talvez seja também por isso que a Associação Comercial e Industrial desenvolva mais ações em conjunto com a Câmara Municipal, com alguma regularidade, ao passo que, neste aspeto, a Associação Empresarial se mantenha um pouco à margem.

As associações de desporto como a Associação de Judo, o Desportivo de Castelo Branco e Escuderia de Castelo Branco podem considerar-se associações que promovem o desenvolvimento da cidade mas duma forma que talvez se possa considerar mais indireta, isto porque o seu principal objetivo, como seria de esperar, é o desporto. Considero ser uma maneira mais indireta de desenvolvimento uma vez que as suas ações não influenciam diretamente o desenvolvimento da cidade. Contudo este tipo de participação no desenvolvimento não deixa de ser importante, pois estas associações, enquanto associações desportivas, levam o nome da cidade e do município por Portugal fora e não só. É importante não esquecer também que uma característica do desporto é que por cada campeonato/prova disputada fora, há uma que é disputada em casa. Estas associações dão assim a conhecer o município não só quando se deslocam mas também quando as restantes equipas do campeonato, ao qual pertencem, têm que se deslocar ao município, ajudando-o a um nível mais económico.

Quanto à Associação Amato Lusitano, enquanto associação de desenvolvimento, ajuda ao desenvolvimento da cidade mais a nível social, através da Universidade Sénior,

dos seus Gabinetes de Apoio à vítima e de Inserção Social e de Apoio aos ex-toxicodependentes e toxicodependentes. Com esta associação é possível ajudar quem mais precisa, e existir um melhor conhecimento da realidade, o que não seria possível sem a intervenção desta associação.

Porém nem tudo é tão perfeito como possa parecer. De facto existem cidadãos bastante ativos e que se preocupam em desenvolver ações que procurem o desenvolvimento da cidade. Exemplo disso serão todos os presidentes das associações entrevistadas, que na maioria dos casos acabam inclusive por prejudicar a sua vida pessoal, familiar, pelos objetivos da associação, para corresponderem às suas necessidades.

No entanto, também foi possível constatar que existe muito desinteresse por parte dos associados em manter uma associação em movimento e em constante dinamismo. Por vezes os dirigentes encontram-se nessa batalha sozinhos, não havendo disponibilidade por parte dos sócios em fazer algo pela associação. Utilizando uma expressão uma vez ouvida, *“as pessoas em Castelo Branco são muito como os carneiros, andam sempre todos juntos”*, querendo com isto dizer que, e utilizando uma expressão de um dirigente de uma associação, *“isto ao início é tudo muito bonito, mas depois quando surgem os problemas e é preciso fazer alguma coisa, nós dirigentes estamos cá para resolver, ninguém se preocupa”*. Esta pareceu-me ser uma característica dos associados das várias associações - ao início, enquanto é novidade as pessoas aderem, demonstram bastante interesse, mas quando veem que as coisas não vão de feição resolvem o problema afastando-se. Impõe-se assim uma questão: serão as associações que não se adaptam aos objetivos dos seus associados, ou serão os associados que não têm espírito de voluntariado, de sacrifício, e ao primeiro obstáculo desistem?

Ou como foi referido no capítulo de capital social, estamos perante uma situação de “bonding capital”, que tende a ser uma relação menos duradoura, uma vez que os habitantes se uniram por uma causa, um objetivo comum e não por uma situação de divergência. Tendo em vista esse objetivo comum, e percebendo que todos juntos teriam um outro poder, uma voz mais forte, quiseram fazer parte da associação. Após o cumprimento desse objetivo, o que sobrou para manter essa relação? Provavelmente nada, pelo menos na perspetiva de quem decidiu deixar a vida da associação. Até à existência de um novo ponto de acordo, de um objetivo comum, essas pessoas muito

provavelmente não terão interesse em desenvolver mais ações dentro dessa associação. As pessoas tendem a unir-se com quem partilha as mesmas visões e os mesmos raciocínios. Como foi referido para Lewis Coser, as pessoas tendem a unir-se mais através do conflito verbal e do esforço investido nessa comunicação do que num cenário de partilha de comunidade, de partilha de valores. O cenário do conflito é mais propenso à criação de uma comunidade “no sentido de que as pessoas aprendem a ouvir-se e a responder umas às outras mesmo quando sentem com mais força as suas diferenças” (idem: 218). Denota-se assim a falta de mais “bridging capital”, capital social criado na base do “conflito”. Talvez seja esse o motivo que levou a que se formassem como associações culturais, recreativas, desportivas, etc., e não como associações de moradores. Desta forma foi possível dar continuidade às atividades das associações, ainda que um pouco diferentes dos motivos que levaram à sua constituição.

Não obstante, deste ponto de vista, com a realização das entrevistas, foi possível verificar que existe um grande esforço e preocupação não só por parte das associações, mas também por parte do poder local, para que o desenvolvimento do município seja o mais coerente possível. Foi visível o orgulho quer por parte da Câmara Municipal, quer das Juntas de Freguesias e também das associações, nos trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos sob a forma de parcerias. Esse orgulho é perceptível tanto pela forma como falam do município, como pela forma como falam dos seus projetos ou ainda pela forma como demonstram preocupação em desenvolver a cidade o melhor possível, à medida das necessidades dos seus cidadãos. Talvez nessa preocupação de levar a cabo um desenvolvimento justo, igualitário, resida o fator que nunca levou à necessidade de conflito entre a população e entre as próprias associações.

Contudo há que salientar para o facto de os projetos desenvolvidos e que foram referidos nas várias entrevistas, serem projetos que inevitavelmente iriam ser concretizados, não só porque são tidos como benéficos para o desenvolvimento, mas também porque há uma imagem a manter, neste caso a imagem da cidade de Castelo Branco. Poderá assim sentir-se que houve de facto cooperação, ou à semelhança do que foi referido no capítulo “participação pública”, os cidadãos foram apenas consultados numa fase já adiantada do processo, ainda que não tivessem essa noção?

Porém, apesar dos visíveis benefícios, derivados desta cooperação, continua a existir quem não esteja ligado a qualquer tipo de associação. Os motivos deste afastamento da vida associativa poderá estar relacionado com o facto de os indivíduos

não acreditarem nestas, ou simplesmente não se sentirem impelidos a terem uma participação ativa. A esta questão não é possível responder de uma forma exata, visto que não foram realizadas entrevistas a cidadãos do município. Contudo a partir das entrevistas realizadas, é possível ficar com a ideia geral de que o facto de existirem cidadãos que não pertencem a qualquer tipo de associação, se pode dever ao facto de não haver vontade de fazer parte da vida ativa enquanto cidadão, pois que passado algum tempo de se fazer sócio de uma associação a tendência por parte de alguns indivíduos é deixar de comparecer às reuniões e aos eventos, demonstrando uma falta de interesse.

Pode-se assim entender que existe de facto um modelo de governança no município de Castelo Branco, ainda que pouco desenvolvido. De facto essa cooperação entre associações e poder local é visível, mas ainda não é o que se pode chamar de uma relação simbiótica. Os cidadãos e as associações têm de facto uma palavra a dizer no que toca ao desenvolvimento, mas ainda em áreas e conteúdos muito restritos. Isto é, foi possível constatar que, até agora, houve de facto um trabalho conjunto, mas apenas em matérias que afetavam um determinado grupo de pessoas e o território específico onde estas se inserem. No que toca a projetos mais globais, de interesse macro, não são postos à discussão.

Uma questão que ficou patente nas várias entrevistas realizadas e que considero fundamental para o sucesso no desenvolvimento do município, que pode fazer com que os modelos de governança se tornem casos de sucesso, é o facto de todas as partes terem a perfeita consciência das suas obrigações e dos seus limites. O facto de cada um dos atores envolvidos saber qual o seu lugar, sem nunca tentar atropelar os restantes. Às associações cabe a tarefa de proporem projetos conscientes, isto é, projetos que saibam à partida que são realizáveis, projetos sólidos e não propô-los com a mentalidade de “vamos tentar e logo se vê no que isto dá”. Têm de ser projetos conscientes. Compete também ao poder local, Juntas de Freguesia e Câmara Municipal, manter a sua posição e nunca abrir exceções, pois uma vez feita essa exceção muito dificilmente se conseguirá voltar atrás, permitindo a abertura de um precedente.

Capítulo X: Conclusões

Relativamente ao caso estudo, respondendo à primeira pergunta de partida: “Tiveram as associações ao longo dos últimos 10 anos influência no desenvolvimento da cidade?” A resposta é positiva. Foi possível perceber através das entrevistas realizadas às várias associações, à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia que de facto as associações exerceram e continuam a exercer uma ação importante no desenvolvimento da cidade, visto que estas realçam problemas e soluções às quais a Câmara Municipal as e as Juntas de Freguesia não conseguiriam chegar, por si só. As associações desempenham um papel de agentes de campo, meios dos quais o poder local não dispõe. Compete assim às associações, dentro do seu campo de ação, apresentar propostas de melhoramentos. Ao poder local pede-se o discernimento de distinguir prioridades e saber distinguir se essas propostas são realmente uma mais-valia para a cidade, se são benéficas não só para os elementos constituintes dessa associação mas também para os restantes cidadãos.

Relativamente à pergunta dois: “Terão os cidadãos uma participação ativa?” A resposta não se pode considerar positiva nem negativa. É um facto que existem cidadãos bastante ativos e isso é perceptível quando examinada a dimensão das associações no que concerne ao número de sócios e não só. É preciso também ter em conta o número de associações existentes no município e o próprio trabalho realizado pelos presidentes das associações, como um sinal de que existe de facto essa preocupação de manter uma participação ativa, por parte de alguns dos habitantes do município. Contudo, não se podem considerar números expressivos, ao ponto de considerar que de facto existe uma participação ativa por parte dos cidadãos do município.

Quanto à pergunta três: “Haverá alguma relação entre a aproximação do poder local à população e o facto de a cidade de Castelo Branco ter sido considerada uma das cidades com melhor qualidade de vida?” Pode-se considerar que sim. Nota-se que existe um grande esforço e empenho não só por parte das associações, mas também pelo poder local no sentido de garantir que as sugestões feitas pelos cidadãos sejam tidas em conta e sempre que justifique são mesmo levadas a cabo. Sem esta aproximação aos cidadãos por parte do poder local, muitos projetos como a requalificação dos bairros ilegais, estariam ainda numa gaveta. A prova de que de facto existe esta aproximação são os sucessivos mandatos executados pelo presidente Joaquim Mourão, que foi durante 12

anos presidente da Câmara Municipal, e com a eleição do novo presidente Luís Correia que já pertencia ao executivo do presidente Joaquim Mourão. Pode assim considerar-se que o sucesso no desenvolvimento do município se deve também em parte à consecutiva liderança do partido PS, uma vez que a manutenção dessa liderança levou à continuidade dos projetos desenvolvidos.

Relativamente à pergunta número quatro: “O facto de haver pessoas/serviços que não estão ligados a qualquer tipo de associação estará relacionado com o não acreditarem nestas, ou simplesmente não sentirem necessidade de uma participação ativa?” Não é possível responder de uma forma exata uma vez que não foram realizadas entrevistas a cidadãos do município. Contudo a partir das entrevistas realizadas, é possível ficar com a ideia geral de que o facto de existirem cidadãos que não pertencem a qualquer tipo de associação, se deve ao facto de não haver esse interesse de fazer parte vida ativa enquanto cidadão, uma vez que passado algum tempo de se fazer sócio de uma associação a tendência é deixar de comparecer às reuniões e aos eventos, demonstrando uma falta de interesse. Quanto às razões dessa falta de interesse, não foi possível precisar.

Considera-se assim que foi possível responder a todas as questões de partida, ainda que umas de forma mais aprofundada que outras e ao longo da sua elaboração foram surgindo novas questões. Seria assim interessante prolongar este estudo, através de questionário aos cidadãos do município, pretendo apurar a sua opinião relativamente às associações. Se pertencem a alguma associação, se não pertencem, se alguma vez pertenceram, o motivo de ter desistido ou de não pertencer, se, se consideram cidadãos ativos, se, se costumam deslocar à Câmara Municipal ou Junta de Freguesia para comunicar os problemas ou ideias relativamente à sua área de residência. Este prolongamento do estudo traria para cima da mesa também a opinião dos cidadãos relativamente às associações, o que seria importante, na medida em que se poderiam desenvolver ações que levassem a uma maior participação, por parte dos cidadãos.

Através desse prolongamento do estudo seria também interessante responder a questões mais direccionadas para uma perspectiva de governança e de participação pública. Como irá evoluir esta colaboração entre as associações e o poder local? Irá ela reforçar-se e progredir ao longo dos anos, levando ao desenvolvimento de uma relação simbiótica? Ou continuará nos mesmos termos, em que os cidadãos continuarão a poder participar apenas em questões mais “triviais” e de menor impacto para o município?

Após estas experiências e derivado do seu sucesso, irão os cidadãos exigir maior influência nos processos de decisão ou continuarão a deixar esses aspetos para quem está no poder local?

Bibliografia

- ALBUQUERQUE**, Rosana (2008). Tese de Doutoramento em Sociologia, especialidade sociologia das Migrações, Universidade Aberta, Lisboa.
- ALCÂNTARA Jr.** (2005). J. O. Georg Simmel e o conflito social. Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun.
- ABLASTER**, Anthony (2004). “A democracia”. Lisboa: Publicações Europa América.
- BAGNASCO**, Arnaldo e LE GALÈS, Patrick (ed.) (2000). Cities in contemporary Europe Cambridge: Cambridge University Press.
- BAKER**, W. (1990). Market networks and corporate behavior. American Journal of Sociology, 96: 589-625.
- BALEIRAS**, Rui. Introdução: economia e política do desenvolvimento regional. In: BALEIRAS, Rui (Coord.). Casos de desenvolvimento regional. Cascais: Princípia, 2011, pág. 13-81.
- BARREAU**, Jean-Claude e Bigot, Guillaume (2007). “Toda a Geografia do Mundo” Lisboa: Editorial Teorema, SA.
- BOBBIO**, Norberto (2002). “ O Futuro da Democracia”, São Paulo: Paz e Terra.
- BOUZAS**, Miguel Angel Mesa (2001) e Grupo Herramientas Nueve. O que é o voluntariado, Paulinas.
- BORBA**, Julian e Luchmann, Lúgia (2007). “Orçamento Participativo: uma análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina”, in Borba, Julian e Luchmann, Lúgia (org.), Orçamento Participativo – análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina, Florianópolis: Editora Insular.
- BURT**, R.S. (1992). Strutural holes: The social structure of competition. Cambridge, MA: Harvard university Press.
- CABANNES**, Yves e Baierle, Sérgio (2004). “Financiamento Local e Orçamento Participativo”, Documento Base para o Seminário de lançamento da REDE URB-AL nº 9, Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre.
- CAPUCHA**, Luís (1990). “Associativismo e modo de vida num bairro de habitação social”, Sociologia – Problemas e Práticas, nº8 pp.29-41, Lisboa: CIES.

- CARVALHO**, João M. S. (2005). “Organizações não Lucrativas. Aprendizagem Organizacional, Orientação de Mercado, Planeamento Estratégico e Desempenho”. Lisboa: Edições Sílabo.
- CASTRO** et al. (2008). “Cidades inteligentes, governação territorial e tecnologias de informação e comunicação”. Lisboa: DGOTGU.
- CRESPO**, José Luís (2003). “Participação Pública no Planeamento Municipal. Área Metropolitana de Lisboa.
- CURADO**, J.M. (2005). Estruturas de Governação, CDN2006, Instituto de Defesa Nacional, Porto, 2 de Dezembro, pág.2; disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3703>, consultado em 21/10/2014).
- DIAS**, Nelson (2008). “Uma outra democracia é possível? As experiências do Orçamento Participativo”, e-cadernos, 1, 183-205. Acedido em 21-10-2014, <http://www.ces.uc.pt/e-ca>
- DINIZ**, Eli. (1995). “Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90”. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, pág. 385-415.
- EDER**, Klaus (1993). “The New Politics of Class – Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies”, London, Sage.
- FARINÓS DASÍ**, J. Gobernanza (2008). territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. Boletín de la A.G.E, 1er Cuatrimestre, n. 46, p. 11-32.
- FERNANDES**, António Teixeira (2004). “Democracia, Descentralização e Cidadania”, in Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes, Oeiras, Celta Editores.
- FERNANDES**, Ernesto (2003). “O associativismo no tempo da globalização”, Intervenção Social nº24 pp. 159-190, Lisboa: Issscoop.
- FERRÃO**, João (2010). “Governança e ordenamento do território: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática, Prospectiva e Planeamento”, Lisboa: DPP, v. 17, p.129-139

- FERREIRA**, Isabel; **CUNHA**, Carlos; **MARINHO**, Manuel. “Planeamento Local E Participação Pública, O Caso De Barcelos”. Câmara Municipal de Barcelos: Casa do Rio – Barcelos
- FREY**, Klaus (2007) in RAC- Eletrônica, v. 1, n. 1, art. 9, pág. 136-150, Jan./Abr.
- FINKELSTEIN**, Lawrence S. (1991). “What is Global Governance”. Associação de Estudos Internacionais, Vancouver, pág.367-372.
- GOHN**, Maria da Glória (1997). “Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos”, São Paulo: Edições Loyola.
- GOMES**, Salis (2003). “A avaliação das políticas públicas e a governabilidade”, in Mozzicafreddo, Juan Gomes, Salis e Batista, João (org.) (2003), Ética e administração – como modernizar os serviços públicos, Oeiras: Celta Editora.
- GONÇALVES**, Alcindo. O conceito de Governança. Texto apresentado no XIV Encontro do Conpedi – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. 2005.Disponível em:
<<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>
(último acesso a 21/10/2014).
- GRANOVETTER**, M. (1983). The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. Sociological Theory (Blackwell), v. 1, p. 201–233
- GRAY**, Barbara (1989). Collaborating: finding common ground for multiparty problems. San Francisco: Jossey-Bass.
- HALPERN**, D (2005). Social Capital Cambridge: Polity Press. p1-2.
- HARDIN**, Harriet (1968). The Tragedy of the Commons. Science, Vol. 162. pág. 1243-1248.
- HUME**, David. (2001).Tratado da Natureza Humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. São Paulo: UNESP
- INNES**, J.; **BOOHER**, D.(1999). Consensus building and complex adaptive systems: a framework for evaluating collaborative planning. Journal of American Planning Association, v. 65, pág.412-423.

- JESSOP**, B. (1998). The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development. *International Social Science Journal*, v. 50, p. 155, p. 29-45.
- JOUBE**, Bernard (2003). *La gouvernance urbaine en questions*, Paris: Elsevier.
- KOOIMAN**, J. (2002). Governance. A social-political perspective. In J. R. Grote & B. Gbikpi (Eds.). *Participatory governance. Political and societal implications* (pág. 71-96). Opladen: Leske+Budrich.
- MILLON**, Lara V. (2010). Participação Popular nas Políticas Públicas Brasileiras: eficácia e Implementação. *Revista de Direito Vol. 13, Nº 17*, pág. 59-71.
- MOZZICAFREDDO**, Juan (2003). “A responsabilidade e a cidadania na administração pública”, in Mozzicafreddo, Juan; Gomes, Salis, e Batista, João (org.), *Ética e administração – como modernizar os serviços públicos*, Oeiras: Celta Editora.
- LEFEBVRE**, Henry (2000). “O Direito à Cidade”, 1ª edição, 2012, Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre.
- LIN**, Nan (2003). *Social capital. A theory of social structure*, Cambridge: Cambridge University Press.
- LOIOLA E., & MOURA**, S. (1997). Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In T. Fischer (Org.). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*, (pp. 53-68). Rio de Janeiro: FGV.
- LOPES**, João Teixeira (2004). “Política do vivido e acção política”, in *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editores.
- PARSONS**, T. (1991). *The social system*. 2. ed. London: Routledge.
- PEREIRA**, Hélder Cardoso (2012). “Associativismo e Capital Social – O Perfil Sociológico dos Dirigentes das Cooperativas de Consumo em Portugal”, Lisboa: Campo da Comunicação.
- PEREIRA**, Margarida. *Cultura de planeamento e governação: contributos para a coesão territorial*. Actas 15º Congresso da APDR, Cabo Verde, jul., 2009. [CD Rom]. Disponível em:
<<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%209/252A.pdf>>.

- PEREIRA**, Margarida (2013). “Da Governança à Governança Territorial Colaborativa Uma Agenda Para o Futuro do Desenvolvimento Regional” in DRd – Desenvolvimento Regional em debate (ISSN 2237-9029) Ano 3, n. 2, p. 52-65, jul./dez.
- PIERIK**, Roland (2003). Globalization and Global Governance: A Conceptual Analysis. Hague Joint Conference. pp. 454-462.
- POPIELARZ**, Pamela A. (1999). (In)Voluntary association. A multilevel analysis of gender segregation in voluntary organizations, *Gender & Society*, Vol. 13, nº 2: 234-250.
- PORTELLA** Tondolo, R. e **AUGUSTIN**, R. (2012),. "O papel dos laços sociais na constituição do capital social", en *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, noviembre.
- PORTES**, A. (2000). The two meanings of social capital. *Sociological Forum*, v. 15, n. 1, p. 1-12.
- PUTNAM**, Robert D. (1993). Making democracy work. Civic traditions in modern Italy, Princeton: Princeton University Press.
- PUTNAM**, Robert D. (2000). Bowling alone. The collapse and revival of American community, New York/London: Simon and Schuster.
- ROSENAU**, James N. (2000). “Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial”. In: Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto. Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, pág. 11-46.
- ROVER**, Oscar José (2004). “Uma visão global sobre a aprendizagem em orçamentos participativos em contextos rurais brasileiros: limites e avanços”, Seminário Intenacional “Nueva Ruralidad, Transformación, Economía, Educación y Governabilidad, Lima – Peru, 29 e 30 de Setembro.
- SANTOS**, Boaventura Sousa (org.) (2003). “Democratizar a Democracia – Os caminhos da Democracia Participativa”. Porto: Edições Afrontamento.
- SARAIVA**, Maria da Graça Amaral Neto (1998). “O Rio como Paisagem”. Fundação Calouste. Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia.

- SCHWARTZ, Y.** (1996). Trabalho e Valor. Tempo Social- Revista de Sociologia da USP, v. 8, n. 2, out., p. 147-158.
- SEIXAS, João** (2008). “Interpretar a Governação Urbana Contemporânea. Novas Perspectivas Para a Política na Cidade.” in X Coloquio Internacional de Geocrítica “DIEZ AÑOS DE CAMBIOS EN EL MUNDO, EN LA GEOGRAFÍA Y EN LAS CIENCIAS SOCIALES, 1999-2008” Barcelona, 26 - 30 de mayo ,Universidad de Barcelona.
- SEIXAS, João** (2013). “A Cidade na Encruzilhada – Repensar a cidade e a sua política”, Lisboa: Edições Afrontamento.
- SENNET, Richard** (2001). “A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo”, Lisboa: Terramar.
- SLAUGHTER, Anne-Marie.** (1997). “The Real New World Order”. In: Foreign Affairs, 76, 5, September/October, pág. 183-197.
- STOKER, G.** (1998). Governance theory: five propositions. International Social Science Journal, v. 50, n. 155, p. 17-28.
- SUBIRATS, Joan** (ed.)(2001). “Ciudad: Proyecto, Gobierno y responsabilidades colectivas”. Documento apresentado no Seminari Model Barcelona, Centro de Cultura contemporània de Barcelona, Outubro.
- TAYLOR, Charles** (coord.) (1998). ” Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento”, Lisboa: Instituto Piaget.
- TOCQUEVILLE, Alexis de** (2001). “Da Democracia na América”, Cascais: Principia.
- TOMASSINI, Luciano**(2001). “Governabilidad y Politicas Publicas em America Latina”. In: FLÓREZ, Fernando Carrillo (editor). Democracia em déficit. Gobernabilidad y desarrollo em América Latina y el Caribe. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo,
- THOMSON, A.M.; PERRY, J.L.** (2006). Collaboration processes: inside the black box. Public Administration Review, v. 66, Special Issue, pág. 20-32.
- TOURAINE, Alain** (1992). Critique de la Modernité, Paris: Librairie Arthème Fayard.
- VASCONCELOS, Marcelo de S.** (sem data). Um olhar diferente para o futuro – Os oceanos e a “sustentabilidade” das pescas. Universidade do Algarve.

- VIEGAS**, José Manuel Leite (2004). “Implicações democráticas das associações voluntárias. O caso português numa perspectiva comparativa europeia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 46: 33-50.
- VILARINHO**, Maria Emília (2003). “Davos, Porto Alegre e a expansão do terceiro sector (II). Terceiro Sector”. in *Jornal a “Página da Educação”*, ano 12, nº 124, Junho 2003, p. 21.
- WHAT**, (2000). Capítulo II: Fishing for the Future em *The World Humanity Action Trust Report*. Londres, UK. Disponível em: <http://www.what.org.uk>.
- WARREN**, Mark E. (2004). Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia?, in **VIEGAS**, José Manuel Leite; **PINTO**, António Costa; **FARIA**, Sérgio (org.) (2004) *Democracia, novos desafios e novos horizontes*, Oeiras: Celta Editora, 85-97.

Sítios da net⁹

Aula da Prof. Doutora Maria do Rosário Partidário -
<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/3779572329020/12.Participacao%20publica.pdf>

Entrevista de João Ferrão ao *Jornal o Público*, 2014

<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/fecho-de-servicos-publicos-esta-a-destruir-limiars-minimos-de-vida-colectiva-1670237>

<http://www.agroportal.pt/a/2002/njordao.htm>

http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/leader/2006_pt.pdf pág

http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_dos_Pescadores

http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_do_povo

http://pt.wikipedia.org/wiki/Gr%C3%A9mios_da_Lavoura

http://www.eumed.net/rev/cccss/22/constitucion_capital_social.html

https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/192/1/msc_lambcoelho.pdf

⁹ Todos os sítios da net foram acedidos pela última vez a 21/10/2014

Anexos

Anexo I: Guião A das Entrevistas

- 1 - Como surge a associação, qual é a sua história?**
- 2 - Qual é o objetivo e missão da associação?**
- 3 - O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?**
- 4 - Costumam ter participação por parte dos associados?**
- 5 - Como classifica as relações com a Câmara Municipal?**
- 6 - Sentem que são ouvidos e têm uma palavra a dizer?**
- 7 - O que pensa do desenvolvimento da cidade, enquanto dirigente de uma associação?**
- 8 - O que o levou a querer ser presidente da associação, quais os motivos?**
- 9 - Quantos associados tem esta associação?**

Anexo II: Guião B das Entrevistas

- 1 - Costumam desenvolver ações que promovem a participação por parte da população? (Orçamentos Participativos, Consulta de propostas para melhorar/desenvolver a freguesia, etc.)**
- 2 - Divulgam as medidas tomadas, informando os cidadãos do que está a ser feito e do que se pretende fazer na freguesia? Se sim, quais os meios de divulgação?**
- 3 - Como classifica as ligações com as associações existentes na freguesia?**
- 4 - Na sua opinião, acha que as associações desempenharam e desempenham um papel importante no desenvolvimento da freguesia?**
- 5 - Têm um registo das associações existentes na freguesia?**
- 6 - É do vosso conhecimento assim que abre uma nova associação, ou encerre uma já existente?**
- 7 - Como classifica as relações com a Câmara de Castelo Branco?**
- 8 - Faz parte da vossa ideologia envolver os partidos da oposição nos vossos projetos, por forma a garantir a continuidade dos mesmos?**

9 - O que o levou a querer ser presidente da junta de freguesia?

10 - Enquanto presidente da J.F, o que pensa do desenvolvimento da cidade nos últimos anos?

Anexo III: Guião C das Entrevistas

1 - Costumam desenvolver ações que promovem a participação por parte da população? (Orçamentos Participativos, Consulta de propostas para melhorar/desenvolver a freguesia, etc.)

2 - Divulgam as medidas tomadas, informando os cidadãos do que está a ser feito e do que se pretende fazer na freguesia e no concelho? Se sim, quais os meios de divulgação?

3 - Como classifica as ligações com as associações existentes na freguesia e concelho?

4 - Na sua opinião, acha que as associações desempenharam e desempenham um papel importante no desenvolvimento da freguesia e no concelho?

5 - Têm um registo das associações existentes na freguesia e no concelho?

6 - É do vosso conhecimento assim que abre uma nova associação, ou encerre uma já existente?

7 - Como classifica as relações com as Juntas de Freguesia do Município Castelo Branco?

8 - Faz parte da vossa ideologia envolver os partidos da oposição nos vossos projetos, por forma a garantir a continuidade dos mesmos?

9 - O que o levou a querer ser vice-presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco e ao seu executivo?

10 - Enquanto vice-presidente, o que pensa do desenvolvimento da cidade nos últimos anos?

Entrevista ACICB

1-Como surge a associação, qual é a sua história?

A associação tem 102 anos, mas pode consultar o *site* da associação para uma melhor informação, mas a associação começou com um grémio e depois houve uma evolução até aos dias de hoje, vai evoluindo consoante a sociedade.

2-Qual é o objetivo e missão da associação?

O objetivo é servir os associados e esclarecer os associados o melhor possível, uma vez que estamos sempre em constantes mudanças e mutações e cada vez mais há mais exigências a nível de legislação e nós tentamos informá-los o mais possível e esclarecê-los o mais possível. Por exemplo, a nível da lei do tabaco, da lei do álcool, as leis que saem da ACT a nível de empregados, o que é obrigatório ter por cada empregado, Segurança Social. Os nossos associados são multisectoriais e temos aqui um trabalho árduo porque em muitos setores a legislação diferencia muito de atividade para atividade. Mas com programas informáticos é fácil fazermos a filtragem, por exemplo determinada informação do uso do álcool, da afixação do proibido o consumo a menores de 16 anos. Nós enviamos essa lei quando sai só para a restauração e cafés, só para quem se aplica. Há outras situações de promoções e saldos, em que há uma época de saldos e promoções, nós divulgamos mais para os setores que têm probabilidades de terem isso nos estabelecimentos comerciais. Fazemos uma filtragem que atualmente pode ser feita, ao contrário de antigamente que não era possível, e temos tentado fazer isso para também não massacrar os associados com informação desnecessária. Também temos agora a nível de legislação laboral, em que é necessário 35 horas de formação para os empregados e nós temos aproveitado candidatura ao OPH, e fazemos formações gratuitas para os associados, para poderem ao fim ao cabo colmatar essas horas de formação, e temos as mais diferentes áreas, temos segurança, higiene e segurança, ao fim ao cabo como usar os extintores. Vamos arrancar agora com uma que vai haver o lançamento da nova nota de 10 euros e em parceria com o banco de Portugal vamos fazer uma formação para quem estiver interessado em aparecer precisamente para esclarecer todos os fatores que compõe a nota verdadeira e o que é preciso fazer para não aparecerem falsificações e evitá-las. Tentamos ir de encontro às necessidades. Por exemplo quando há incentivo, tentamos esclarecer os incentivos que há e ajudá-los muitas vezes na elaboração das candidaturas e na organização dos processos, que muitos associados acham muito complicados.

3 - O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?

Cada um tem as suas próprias necessidades mas nós temos várias atividades e nós tentamos ir ao encontro das necessidades dos nossos associados e aquilo que eles nos questionam, nós tentamos melhorar. Temos também um médico, temos um advogado que faz assistência.

4-Costumam ter participação por parte dos associados?

Temos de tudo, temos associados que são associados e fazem-se associados porque na altura que estão a abrir o estabelecimento é mais fácil serem nossos associados, uma vez que nós tratamos de toda a burocracia para eles poderem abrir o estabelecimento e fica-lhes muito mais barato serem sócios, ou seja, não pagam nada. E o que teriam que pagar se fossem sócios é logo quase meio ano de quotas e eles acabam por se fazer sócios e muitos esquecem-se pura e simplesmente que são nossos sócios e nunca mais nos procuram. Outros não, vêm com assiduidade, vêm quando têm alguma questão, telefonam, procuram, vêm, e nós gostamos muito mais desses, como é logico não é, porque esses podem dizer que não gostam de nós por alguma razão. Os outros não podem porque não tem razão, porque não nos procuram. Mas normalmente estes que nos começam a procurar depois procuram-nos mais assiduamente.

5-Como classifica as relações com a Câmara Municipal?

As relações com a Câmara são boas, só podem ser boas, até porque cada vez mais reunimos esforços e se não estivermos todos a trabalhar para o mesmo não vamos a lado nenhum, porque um a trabalhar sozinho não faz nada, todos juntos podemos fazer alguma coisa. E isso está provado pelas iniciativas que temos tido em conjunto com a Câmara de Castelo Branco, fizemos a feira medieval, temos agora uma campanha “Um rosto, um sorriso, um amigo muito mais que um negócio, faça compras no comércio tradicional”. A Câmara muitas vezes não apoia monetariamente, porque também não tem capacidade, mas apoia por outros meios e também há forma de cooperamos uns com os outros.

6-Sentem que são ouvidos e têm uma palavra a dizer?

Sim, mas nós também sabemos qual é o nosso papel e qual é o papel da Câmara. Muitas vezes há associados que vêm à associação colocar problemas camarários e eu faço entender que nesse problema não posso fazer nada, como por exemplo sinaléticas, como o estacionamento, como cortes de árvores e nós nesse âmbito não podemos fazer nada. Podemos fazer chegar à Câmara mas a Câmara é que tem essa iniciativa. Por exemplo agora a Câmara tem um plano para o trânsito, acessibilidades e nós somos parceiros nesse plano. Esse plano está a estudar ao fim ao cabo todas as avenidas de Castelo Branco, ruas em que têm acessibilidades para cegos, que não têm, quais as dificuldades, as cadeiras de rodas e antigamente nem sequer se pensava arranjar esse tipo de acessibilidade e atualmente pensa-se nisso. E até há bem pouco tempo eles também se juntam com as associações, não só connosco, mas com todas as associações, até com a Santa Casa da Misericórdia, com APPCDM, com a Associação de Cegos e portanto todas estas instituições, até instituições de creches são ouvidas a nível deste plano, para dar uma mais-valia.

7-O que pensa do desenvolvimento da cidade, enquanto dirigente de uma associação?

Nós tivemos a vantagem de ter tido um presidente de Câmara que aproveitou muito bem os fundos comunitários a nível de reestruturação da cidade, houve poucos que

o conseguiram fazer e a nossa Câmara estar tão bem financeiramente como está. Eu acho que temos essa mais-valia, mas como todas as cidades, em todas as cidades o centro está a morrer, não é só a nossa, são todas, mas eu tenho a esperança que isso vá mudar. Lisboa já está a mudar, e eu acho que nós ainda não ouvíamos falar em crise quando a baixa de Lisboa já estava em crise. E eu acho que é um pouco assim, e eu tenho esperança que daqui a uns tempos o nosso centro esteja muito mais ativo e muito mais dinâmico e com estabelecimentos jovens, porque o que eu acho que precisamos é de pessoas jovens a residir no centro da cidade, que não há neste momento, e estabelecimentos jovens e com atividade.

8-O que o levou a querer ser diretora da associação, quais os motivos?

Os motivos que me levaram a ser diretora foram ao fim ao cabo o facto de estar aqui a trabalhar na associação há 19 anos, comecei como técnica, num gabinete técnico a fazer projetos e sempre gostei de aprender e de fazer sempre um bocadinho mais e nada me assusta, quer dizer, nada me assusta, não é bem assim, tudo me assusta mas arrisco e quando me propõem algo eu não digo que não sou capaz e se me propõem eu tento fazer o mais possível para o conseguir fazer. E eu acho que não foi o que me levou, o eu estar neste momento nesta posição foi-me proporcionado pela direção que achou que eu deveria estar, que até está em ata e tudo isso. Portanto foi um pouco mais por carreira do que por motivação e portanto neste momento faço e já fiz situações que nunca me passaram pela cabeça, por exemplo, sou formada em gestão, e organizei uma passagem de modelos, que não tem nada a ver com a minha atividade. E quando a primeira vez, e aí ainda estava no gabinete técnico, disse que achava que as lojas deviam organizar uma passagem de modelos em conjunto para mostrarem os seus fatos, os seus produtos, não fui muito bem aceite, e acharam que o cine teatro ia ter 3 ou 4 pessoas, e eu disse “o cine teatro para mim, não enchem, não vai ser uma mais-valia” e encheu e houve falta de lugares. E pronto, acho que é nestas apostas que me têm ao fim ao cabo propostas e eu arranco e faço. Não faço sozinha, que eu também não consigo fazer sozinha, tenho uma equipa toda à minha volta que trabalha comigo e acho que trabalhamos em conjunto e acho que trabalhamos bem.

9- Quantos associados tem esta associação?

Cerca de 1000, 1050. Quando a direção mudou havia 1500 associados mas aí havia 1500 associados que muitos não sabiam que eram associados, faziam só número. Mas colocaram-se dois POC's, que são pessoas desempregadas e nós pagamos mais 20% e que nos saía relativamente barato e atualizamos os dados dos associadas, tais como *emails*, números de telemóvel, moradas, porque havia muita correspondência que era devolvida, havia estabelecimentos que já tinham fechado e não tinham dado baixa e nós aí fizemos uma limpeza e agora estes associados, são mesmo associados

Entrevista Associação Amato Lusitano

1-Como surge a associação, qual é a sua história?

A Associação Amato Lusitano surgiu em 1998, logo no primeiro mandato do Presidente Joaquim Mourão à frente da Câmara e surgiu porquê? Porque quando ele chegou a Castelo Branco ele percebeu que havia uma área social com problemas, as pessoas com menos estrutura social, digamos assim, que eram os desempregados de curta e longa duração, os toxicodependentes, os ex-toxicodependentes, grupos étnicos. Criou então uma associação que pudesse de alguma maneira, que permitisse resolver, esses problemas nessa área sem ter o peso da Câmara, que criava alguns constrangimentos a uma possível intervenção que pudesse haver e permitir por outro lado candidatar-se a fundos comunitários, que permitissem canalizar fundos para a área social, fundos que de outra maneira não seria possível, e é essa a história da Amato Lusitano. Desta forma foi possível candidatar-mo-nos aos programas que estavam na altura em funcionamento, desde programas financiados pelo Orçamento de Estado, programas “Lutas contra a pobreza” era assim que se chamavam, tais como programas financiados pelo fundo social europeu, com formações a vários níveis, exatamente para ter esses grupos, ou parte desses grupos com possibilidade de ao fim do mês ter uma bolsa e frequentar uma formação em que pudessem depois prosseguir com uma tentativa de entrar no mercado de emprego. E foi basicamente esta a ideia de criar a Amato Lusitano, que depois de há um tempo para cá, já lá vão 16 anos, tem desenvolvido vários programas de várias áreas, sempre nesta perspetiva destas franjas da sociedade, mais desfavorecidas, por um lado, e por outro lado também alargou para outras áreas, com a área dos emigrantes. Neste momento a Amato Lusitano dispõe de um CLAE, que é um Centro Local de Apoio ao Emigrante, tem um GIP, que é um Gabinete de Inserção Profissional que acaba por ser uma delegação do Centro de Emprego, onde as pessoas se vão inscrever, a dizer que estão disponíveis para emprego, onde nós temos também uma bolsa de empregos que disponibilizamos e vamos informando as pessoas. Tem tido até há pouco tempo um projeto de escolhas para jovens de camadas oriundas de famílias saturadas, mais desfavorecidas, desenvolveu projetos na área do combate à toxicodependência, projetos também muito interessantes de intervenção nas ruas, junto dos jovens com divulgação junto dos jovens, divulgação de várias ordens, portanto ao nível de consumo de drogas, ao uso do preservativo, fazia-se também controle de alcoolémia para também os jovens terem ideia daquilo que seria razoável consumir em termos de álcool. Neste momento onde também fazemos intervenção é na área da igualdade, temos um núcleo de apoio à vítima, somos o núcleo distrital, vítimas de violência doméstica com forte intervenção junto das escolas e por outro lado temos técnicos psicólogos e que intervêm na área do distrito onde fazem atendimentos de vítimas, em que as aconselham, ou para os tribunais ou para casas de abrigo, em função específica do seu problema. Temos neste momento também, que é se calhar a joia da coroa, que é a Universidade Sénior, gerida pela Amato Lusitano e que tem cerca de 600 alunos e tem 47 professores e desenvolve uma série de disciplinas, cerca de 40, de várias ordens. Desde as de ordem artística, mais na área de história, de línguas e das mais diversas áreas.

2-Qual é o objetivo e missão da associação?

O objetivo da associação é precisamente o que já referi, que é estar basicamente junto das pessoas mais desfavorecidas, com mais problemas, ou pela sua faixa etária ou por um acontecimento qualquer na área da toxicodependência por exemplo, com problemas específicos, ou também na área da violência doméstica também com os seus problemas específicos, sempre tendo em vista aqueles que socialmente são mais frágeis.

3-O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?

O que um associado pode esperar da associação é isso, é integrar qualquer um dos grupos. Esta associação não é uma associação que vive do associado, é uma associação de desenvolvimento que vive para a comunidade. Nós não precisamos portanto que as pessoas se associem. Não, não tem essa particularidade, os sócios são sócios institucionais, é Câmara, é o Instituto Politécnico, são os Bombeiros, a Ação Comercial e o Conservatório. São estas entidades que fazem parte da Amato Lusitano e do seu desenvolvimento. A Amato promove as ações que referi, de carácter social, para as pessoas mais desfavorecidas, desde etnias, emigrantes, desempregados, até aos idosos.

4-Costumam ter participação por parte dos associados?

Eu costumo dizer que hoje a cidade de Castelo Branco já não era a mesma sem a Amato Lusitano, nomeadamente nesta componente da Universidade Sénior e no Apoio à Vitima, são as questões neste momento mais importantes. Portanto, digamos que é um fenómeno de adesão por parte das pessoas, porque as pessoas sentem-se bem, nomeadamente agora falo nas aulas, participando nas conferências que se realizam, é uma maneira de enfim, irem fazendo uma formação ao longo da vida sem pressão, uma vez que não há a componente de controlo, de controlar as faltas, não há uma exigência de ter um exame no final do ano, enfim, é uma formação calma e serena e é um espaço de convívio. Hoje há cada vez mais pessoas idosas, mas ainda suficientemente jovens para não irem para os bancos de jardim ou não irem para o centro de dia ou não irem para um lar, portanto isto é um espaço que podem frequentar com relativa facilidade.

5-Como classifica as relações com a Câmara Municipal?

Esta pergunta não foi feita uma vez que o Presidente da Associação é Vice-Presidente da Câmara Municipal, o que influenciaria a sua resposta. E uma vez que a Câmara é parceiro institucional, as relações serão certamente as melhores.

6-Sentem que são ouvidos e têm uma palavra a dizer?

Não foi feita pelos mesmos motivos anteriores.

7-O que pensa do desenvolvimento da cidade, enquanto dirigente de uma associação?

Não foi feita, pelas mesmas razões referidas na 5ª pergunta, uma vez que ao ser Vice-Presidente da câmara municipal, a resposta iria ser inflacionada e a entrevista à Câmara Municipal foi feita também ao Vice-Presidente, a resposta iria ser igual.

8-O que o levou a querer ser presidente da associação, quais os motivos?

Fui convidado pelo Presidente da Câmara na altura para ser Presidente da Amato Lusitano, sou presidente da Amato Lusitano desde há 15 anos, praticamente desde a fundação e também é uma função em que me sinto bastante bem, onde me sinto realizado, porque sinto que estou a contribuir para a felicidade de muita gente e estou a tentar resolver os problemas de muita gente. Muita gente nomeadamente destas áreas, que são as áreas mais complicadas, mais marginalizadas, com mais dificuldade em conseguir os seus objetivos. Isso é mais uma razão que dá mais algum ânimo, quando andamos mais cansados, quando ao fim do dia, depois de um dia de trabalho, temos que resolver os problemas da Amato Lusitano, os problemas do Apoio à vítima. Portanto estamos disponíveis ainda para contribuir com o nosso espetro de voluntariado.

9- Quantos associados tem esta associação?

Não foi feita, pois como foi referido pelo Presidente não têm associados propriamente ditos.

Entrevista Associação Bairro da Boa Esperança

1-Como surge a associação, qual é a sua história?

Eu não lhe consigo responder concretamente a essa pergunta. A associação tem 38 anos, foi fundada em 1976 e eu estou aqui como Presidente há apenas dois anos e pouco e as pessoas que neste momento estão ligadas à associação já são pessoas que entraram posteriormente à fundação. Ela como disse foi fundada em 76, e depois houve uma altura em que esteve numa espécie de limbo, com uma espécie de inatividade, e depois houve alguém que agarrou na associação, que é agora o presidente da assembleia, isto já há alguns 30 anos e começou-se a desenvolver com o *futsal*. O *futsal*, podemos dizer que é a grande atividade da associação. Entretanto, há uns anos largos a esta parte, foi também constituída uma secção de caça, que tem uma zona reservada, que dentro do concelho, senão dentro do distrito é uma associação com a maior área e com o maior número de associados caçadores. De maneira que é assim, as atividades maioritárias são o futsal, estamos na 2ª divisão nacional, subimos este ano e temos uma divisão de caça.

2-Qual é o objetivo e missão da associação?

O objetivo é dentro da modalidade que a gente pratica, ir o mais longe possível. Será por exemplo a subida à 1ª divisão, mas isso é sempre mais complicado, implica outras infraestruturas. No que diz respeito aos sócios, tentamos desenvolver, dar-lhes atenção, dar-lhes atividades, nomeadamente jogos tradicionais, que nesta área do país são muito arraigados, como a malha e outro tipo de jogos. Com uma certa assiduidade fazemos torneios para os sócios e passa por isso.

3-O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?

O problema da nossa associação é o problema do associativismo em geral do nosso país, ou seja, cada vez menos vai aparecendo gente com disponibilidade para dar ao associativismo. O que é que acontece? Acontece que quando é preciso fazer algum tipo de iniciativa, quando são iniciativas pequenas, as pessoas sempre vêm dar apoio às estruturas dessas iniciativas. Quando nos propomos a iniciativas de um âmbito mais alargado, a coisa torna-se mais complicada. Vou-lhe dar um exemplo do que vai ser feito agora, a muito curto prazo. Nós desde há três anos a esta parte, promovemos sempre em Castelo Branco o torneio de *futsal* “Cidade de Castelo Branco”, só com equipas da 1ª divisão. Este ano vamos trazer cá o Benfica, vamos trazer o Braga que foi o segundo classificado, vamos trazer o Fundão que foi o 5º classificado e a nossa equipa. Estas são o tipo de iniciativas que duas, três pessoas conseguem fazer. Mas por exemplo as festas, as festas que se costumam fazer por aí, já são mais complicadas, já são precisas algumas dezenas de pessoas. Não estamos a exagerar quando dizemos que são precisas 10 20 ou 30 pessoas. Aí começa a ser mais difícil porque cada vez mais a disponibilidade das pessoas é menor.

4-Costumam ter participação por parte dos associados?

Neste momento tem havido pouca. E isto porquê? Porque a associação durante muitos anos não esteve virada para os associados e não estando virada para os associados houve uma certa desmobilização e é muito mais fácil desmobilizar do que mobilizar. Neste momento estamos a tentar fazer efetivamente, tentar ter iniciativas que mobilizem mais os sócios para a associação, mas o problema da participação nas associações também se torna cada vez mais complicado. Há uns anos atrás, uma dezena, duas dezenas ou três dezenas de anos atrás era muito fácil constituir as associações, porque os motivos de dispersão e de interesse das pessoas eram muito menores. Hoje em dia não, há 30 anos atrás tínhamos 30 canais de televisão, agora temos 300, de modo que leva as pessoas a ficarem em casa sem terem que sair. Não havia *internet*, agora as pessoas ficam horas e horas agarradas à *internet* e antigamente não, as pessoas tinham de ir à procura de meios para ocupar o seu tempo. Hoje em dia têm meios de ocupar o seu tempo sem sair de casa praticamente, de maneira que é cada vez mais difícil de chamar interesse, de chamar o interesse das pessoas. Mas vai-se fazendo, devagarinho mas vamos fazendo alguma coisa. **Costumam ajudar as pessoas quando vêm ter convosco quando tem problemas, por exemplo com buracos na rua, ou algo parecido?** Não, não há esse tipo de cultura. Eu li há muito pouco tempo num jornal uma notícia que algures tinha sido constituído uma espécie de comités, uma função social dentro de um bairro, em que havia um elemento, uma cidadão, um morador do bairro, que periodicamente exercia uma espécie de fundo de provedor de moradores, que era um pessoa encarregue de auscultar os problemas que havia no bairro e ficava depois de os comunicar à Câmara. Aliás isso é uma ideia muito interessante, no sentido de fazer o levantamento das dificuldades ou dos problemas que existem numa determinada rua, num determinado bairro, num determinado condomínio e comunicar isso às autarquias. Aqui isso não está arraigado porque tem sempre de haver alguém que tome a iniciativa de o fazer.

5-Como classifica as relações com a Câmara Municipal?

Temos uma relação cordial, uma relação muito cordial. Posso dizer por exemplo que estas instalações onde estamos agora são instalações municipais, não são instalações próprias da Associação. A Associação tem é a função de zelar por elas e manter a sua gestão.

6-Sentem que são ouvidos e têm uma palavra a dizer?

Sim, sim, temos um relacionamento muito cordial. Posso-lhe dizer que nos últimos anos pelas mais diversas razões não tem havido muito cuidado na manutenção deste pavilhão em termos de infraestruturas, mas digamos que este pavilhão já nasceu um bocado torto e entretanto agora começam-se a notar maiores deficiências que houve na sua construção. Nós como curadores e como responsáveis pela gestão do pavilhão, estamos encarregues de fazer determinado tipo de melhoramentos, de zelar pela sua manutenção, só que essa manutenção é a um nível básico, tais como lâmpadas e limpeza. Mas a nível de infraestruturas não, mas posso-lhe dizer que muito brevemente, não agora mas talvez ainda este mês, vai estar em obras.

7-O que pensa do desenvolvimento da cidade, enquanto dirigente de uma associação?

Em particular, ao nível de associação continuamos a sentir dificuldade em encontrar gente disposta a dar o seu tempo. Porque isto é uma função social, nós estamos aqui a trabalhar para a comunidade e mesmo assim nota-se que cada vez menos há disponibilidade por parte das pessoas, para despende o seu tempo em prol dessa causa. Vão aparecendo algumas, normalmente são sempre pessoas mais velhas, só que a renovação não é feita de pessoas mais velhas, tem que ser feita com pessoas mais novas, mas cada vez mais vai havendo dificuldade por parte das pessoas mais novas, estou-me a referir aos de 30 para baixo, 40 para baixo em dedicar esse tempo e é uma dificuldade que temos sentido bastante.

8-O que o levou a querer ser presidente da associação, quais os motivos?

Eu mudei-me para Castelo Branco há muito pouco tempo. Estou a viver em Castelo Branco há 4/5 anos e quando vim para cá, uma vez que não sou de cá, os familiares da minha mulher é que eram. Eu vim da zona de Lisboa, morava nos arredores e durante muitos anos participei no associativismo, estive ligado a um clube durante muitos anos. Entretanto quando vim para cá, reformado. Na altura o meu filho mais novo ainda era menor, veio para aqui praticar desporto e entretanto as pessoas tomaram conhecimento do meu envolvimento anterior já no associativismo e como aqui havia uma certa crise em encontrar pessoas disponíveis para se envolverem nestas coisas, lá acabaram por me convencer e foi uma maneira de eu passar o tempo também, e convenceram-me a envolver-me nisto e aqui estou eu envolvido na associação. Neste momento o meu grande objetivo é tentar, uma vez que não somos eternos, de algum modo que temos que precaver alguma “sucessão” e essa sucessão passa pela sensibilização dos mais novos, que de algum modo gosta disto também e que tem de se

envolver de uma maneira um pouco mais comprometedora, e essa maneira é começar a olhar pelos problemas que surgem e deixarem-se envolver diretamente na associação.

9- Quantos associados tem esta associação?

A Associação tem à volta de 700 associados e como todas as associações isto não indica que em termos líquidos, sejam 700. Aliás como todas as instituições, em que normalmente o número de associados que pagam quotas são bastante inferiores a esses números. Portanto neste momento temos cerca de 700 associantes, pagantes talvez metade.

Entrevista Associação Bairro do Cansado

1-Como surge a associação, qual é a sua história?

A associação surgiu na década de 90, mais concretamente em 1991 e a causa principal foi o facto de já existir ali uma associação perto, a do Bairro da Boa Esperança e os moradores do Cansado acharam por bem formar uma associação no Bairro do Cansado. A partir daí partiu-se para a prática, falámos com a Câmara Municipal, que nos cedeu os antigos balneários e começámos a construção da primeira sede em 1991.

2-Qual é o objetivo e missão da associação?

Desde o primeiro dia que os objetivos, e ainda hoje fazem parte dos estatutos, são o de dinamizar o bairro, a prática da solidariedade e depois a vertente desportiva, cultural e de lazer. São esses os objetivos, são aqueles que ainda hoje se mantêm nos estatutos.

3- O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?

Os associados para já, é a nossa ótica, têm as regalias que têm os sócios de qualquer clube ou coletividade, regalias essas, que têm a sua prática em preços mais baixos, em questões de lazer, frequência da sede. Tudo aquilo que faça parte de uma associação ou de uma coletividade, que são os benefícios para os associados.

4-Costumam ter participação por parte dos associados?

Eu vou responder em termos gerais, porque isto a prática do associativismo as coisas são muito bonitas quando aparecem pela primeira vez só que depois as pessoas começam-se a afastar, ou seja, quem depois toma as rédeas das direções que vão aparecendo nas associações ou clubes é que ficam com o peso todo nos ombros. Os sócios limitam-se a frequentar a sede, a fazer parte de algumas atividades mas depois no que toca a trabalho e auxílio são muito poucos aqueles que o fazem. Mas isto tudo em termos gerais de conhecimento de outros clubes e de associações. A princípio é tudo muito bonito, depois no meio a coisa começa aos trambolhões, depois passados uns anos os que estão na direção que se desenrasquem, eles é que assumiram o cargo, eles é que têm a responsabilidade, nós somos sócios. Limitam-se a entrar, beber uns cafezitos, a criticar, desde que fosse positivo já não era mau, mas quando é negativo, pronto, quem está à frente é que se tem de aguentar com isso.

5-Como classifica as relações com a Câmara Municipal?

Não só com a C.M mas também com a J.F, desde o primeiro dia que temos boas relações e estas duas instituições, se não fossem elas em termos de subsídios, eu não gosto muito da palavra subsídio mas de qualquer maneira aquilo que ainda vai dando vida às coletividades são esses subsídios, quer da J.F quer da C.M., sem eles as coletividades desapareciam, não tinham capacidade financeira nem material para conseguirem realizar as atividades.

6-Sentem que são ouvidos e têm uma palavra a dizer?

Da nossa parte não temos qualquer razão de queixa, nem de uma nem de outra instituição. Claro que se pretende sempre mais, nós já tivemos uma pretensão que era um pouco difícil de realizar, mas de resto temos sido sempre atendidos e sempre bem atendidos.

7-O que pensa do desenvolvimento da cidade, enquanto dirigente de uma associação?

Respondo-lhe não como presidente de uma associação mas como cidadão albicastrense. Quem conhecer a cidade desde há vinte anos a esta parte, quem cá voltou passados 20 anos não conhece a cidade e isso significa um lado positivo. Ou seja a cidade foi sempre crescendo, alargou-se, é uma cidade moderna, é uma cidade com boas condições e tudo isso graças ao antigo Presidente da Câmara que esteve aqui quase 20 anos, que soube gerir bem a cidade

8-O que o levou a querer ser presidente da associação, quais os motivos?

Eu nasci no Bairro do Cansado, as minhas filhas também, a minha mãe ainda mora também no Bairro. Eu estou ligado pelo cordão umbilical ao Cansado e foi isso que me fez assumir a presidência, nasci lá há 64 anos e ainda tenho lá a minha família. Acho que isso diz tudo.

9- Quantos associados tem esta associação?

Sim, temos cerca de 700.

Entrevista Associação Bairro das Palmeiras

1-Como surge a associação, qual é a sua história?

A associação nasceu em 1992 e resume-se ao facto de à época este bairro ter alguma falta de infraestruturas, nomeadamente arruamentos, saneamento básico, todas essas situações que contribuem para a qualidade de vida da população e que o bairro não tinha e o que tinha era com alguma deficiências. Portanto as pessoas reuniram-se, conversaram e daí nasceu a associação. Digamos que foi uma forma que os moradores encontraram na altura, uma vez que associados tínhamos mais força e assim reivindicar algumas carências que o bairro tinha.

2-Qual é o objetivo e missão da associação?

Neste momento os objetivos são mais dar resposta à necessidade das pessoas, já não tanto do ponto de vista de infraestruturas, mas essencialmente no que diz respeito à cultura popular. Nós somos uma associação direcionada para a cultura popular, desde logo e também ao mesmo, que se criou a associação foi logo criado um grupo de música que posteriormente evoluiu para rancho folclórico e tem feito o seu caminho e é reconhecido a nível nacional, como sendo um dos grupos mais prestigiados da Beira Baixa. Desde há 10 anos criámos também um projeto que está agora consolidado que é a banda filarmónica da cidade de Castelo Branco, onde temos uma escola de música e também formação a nível de acordeão e concertina.

3-O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?

Um associado pode usufruir e beneficiar de todas estas valências. Tanto no que diz respeito à cultura popular, numa primeira fase informação e depois se assim o entender fazer parte do rancho de folclore, da banda, do grupo de concertina, portanto pode usufruir dessas valências todas. Há aqui também uma questão que é importantíssima e eu não referi. Entretanto em 2007 criámos também o centro social que está neste momento a prestar apoio ao domicílio a vários utentes da cidade, somos financiados através da segurança social e neste momento temos 40 utentes e estamos a prestar várias valências, como lhe disse, nomeadamente na alimentação, higiene pessoal e tratamento de roupa.

4-Costumam ter participação por parte dos associados?

Sim, vamos lá ver, nós somos uma associação aberta à comunidade e é óbvio que nem sempre, e infelizmente o bairro também está um pouco envelhecido, de modo que temos neste momento aqui um problema, que é a fixação de jovens nesta área da cidade. Sendo certo que as nossas atividades são bastante participadas, não só por moradores mas por pessoas que vêm do resto da cidade. Estamos por isso com estas atividades todas e tentamos assim chegar perto dos nossos associados, sendo certo, que como é evidente, a opção é deles.

5-Como classifica as relações com a Câmara Municipal?

As relações com a C.M e a J.F também são ótimas, aliás, como sempre foram, e não só como outras instituições como por exemplo o IPDJ e isto funciona desta forma, em parceiras. Assim as coisas funcionam melhor e nós temos aproveitado isso para fazer face aos investimentos que aqui temos feito, que não têm sido tão poucos quanto isso.

6-Sentem que são ouvidos e têm uma palavra a dizer?

Sim, não tenho qualquer razão de queixa nessa matéria. Sempre que solicitei apoio financeiro, logístico ou até na execução de pequenas obras para facilitar a vida aos sócios, nomeadamente balneários, temos sido sempre bem acolhidos nas nossas pretensões.

7-O que pensa do desenvolvimento da cidade, enquanto dirigente de uma associação?

Eu acho que a Cidade de Castelo Branco se desenvolveu bastante, em toda a linha. Repare que se nós olharmos para o que era a cidade em nível de estacionamento, nos anos 96/97 e se nós pensássemos que a cidade hoje teria os mesmos lugares de estacionamento, isso era impensável. Para além disso acho que as vias rodoviárias criadas à volta da cidade, as variantes, contribuíram para o desenvolvimento da cidade e deram até a possibilidade para outras pessoas se fixarem aqui. Isto é o que é, desenvolve-se a cidade, se calhar envelhecem-se as freguesias, mas isso é a tendência dos últimos anos.

8-O que o levou a querer ser presidente da associação, quais os motivos?

Olhe, sabe que isto, nós não somos agentes de associativismo porque quer, é porque gostamos e portanto eu gosto daquilo que faço e eu costumo dizer que o dia que me propusessem ser remunerado eu ia-me embora, não faz sentido. O associativismo é voluntariado e é assim que eu gosto de estar nestas coisas, porque por um lado penalizo a minha vida pessoal, o meu trabalho e a minha família, mas por outro lado sinto-me realizado.

9- Quantos associados tem esta associação?

A associação tem sensivelmente 1100 associados, o que já um número significativo para uma associação de bairro, mas estou em crer que aos poucos vamos conseguir chegar a um número mais alto até porque todos nós nos reunimos mensalmente e quase todas as vezes temos novos sócios para propor e que são aceites.

Entrevista Associação Cultural e Desportiva da Carapalha

1-Como surge a associação, qual é a sua história?

A associação nasceu, apareceu numa reunião dos moradores deste bairro, que estiveram numa garagem e assim se pensou em avançar para constituir a associação e foi assim que nasceu. Avançou-se, fizeram-se escrituras e deu-se o início da Associação da Carapalha. **Mas teve algum fundamento em específico, alguma razão em especial?** Sim, como o bairro era muito grande e com muitos moradores e daí não haver cá nenhuma associação, pensou-se então fazer uma associação desportiva e cultural e também para olhar às vezes pelos problemas do bairro e defender um bocadinho o bairro e o intuito foi esse quando esses primeiros homens conseguiram constituir a associação.

2-Qual é o objetivo e missão da associação?

A associação tem objetivos e são enormes. Temos diversas atividades, sempre com o intuito de fazer algo pelo bairro e em primeiro de tudo também pelos sócios, porque temos sócios. Neste momento temos um casa bonita e é tentar rentabilizá-la ao máximo e temos muitas atividades, tanto cá dentro como no pavilhão multiusos, onde

temos a ginástica para senhoras, os bordados de Castelo Branco, o *taekwondo*, *karaté*, guitarra e viola também às segundas-feiras, concertinas e acordeão. Portanto temos várias atividades ao longo da semana no próprio seio da associação. Por isso é sempre com o intuito de chamar as pessoas do bairro e não só as pessoas do bairro mas como de toda a cidade, porque não é só no bairro que temos sócios e pessoas que andam nas atividades, também temos pessoas do resto da cidade de Castelo Branco e até de Alcains e outras aldeias próximas. Os miúdos arrastam os pais também, porque temos atividades não só para crianças mas também para adultos e isto é tudo um ciclo. Ao querer-se e ao fazer-se certas atividades conseguimos fazer com que as pessoas venham a esta casa e lhe deem vida. Depois também temos diversas ações sociais, por exemplo com diversos rastreios de saúde, temos um protocolo com a HDBI, onde nos facultam de vez em quando, quando o Dr. acha oportuno fazer rastreios de saúde – hipertensão, glicémia- muitos já foram feitos aqui tudo para que consigamos cada que as pessoas se possam aproximar cada vez mais da associação e por isso a associação cada tem crescido ao longo destes últimos anos. Portanto a nível social temos muita coisa, essa é uma delas. Temos outros protocolos com a Stª Casa, com equipas médicas dentárias onde os sócios podem usufruir também de descontos com o cartão de sócio e depois temos as atividades que são feitas no exterior. Temos uma equipa de ciclismo onde vamos a vários distritos levar e representar o nome da Cidade de Castelo Branco bem longe. Depois em Maio quando é feita a nossa prova de ciclismo as pessoas também vêm visitar a nossa cidade. E isto é como tudo, uma associação que nasceu em 1998 é jovem ainda, mas já temos alguma estaleca e esta leva bastante vezes o nome da nossa cidade bem longe. Temos também o caso do *taekwondo* que tem sido também uma prova de referência, porque temos obtido várias medalhas de prata e de bronze e inclusive temos uma de ouro com a Carla Martins, que foi representar Portugal à Inglaterra e conseguiu uma medalha de ouro. Portanto isto é uma associação que está sempre em movimento e a relação que tenho a nível de município ajuda a angariar sempre novos protocolos e fazer com que as pessoas venham frequentar a nossa casa e vejam que podem usufruir e que não têm de ser só os sócios a usufruir, tanto da parte desportiva com da parte social, tudo. Tanto a nível de cursos, 12º, 9º ano, profissionais tais como ladrilhador, pedreiro, tipografia, CAM das máquinas que já foram aqui feitos e que nós conseguimos certificar as pessoas cedendo os nossos espaços para que as pessoas possam usufruir dessas valências.

3- O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?

A associação, como referi, na parte das atividades as pessoas têm de ser sócios, sendo logo uma vantagem. A partir do momento em que se passa as nossas instalações, que são todas, mas o bar é uma parte que está sobre renda, que vai a concurso de 2 em 2 anos, logo aí é preciso ser-se sócio, portanto aí a vantagem está no sócio poder usufruir de todas as vantagens que referi há pouco. Também fazemos diversas atividades no exterior, no caso do aniversário, onde temos o passeio das motas antigas e a prova de perícia, em Setembro fazemos sempre durante um ou dois dias e aí os sócios têm sempre uma vantagem porque vão sempre usufruir de preços mais baixos em relação às

peessoas que não são sócios e têm sempre prioridade acima dos outros para que possam usufruir de todas as atividades que dispomos ao longo do ano. **Costumam ajudar as pessoas quando vêm ter convosco quando têm problemas, por exemplo com buracos na rua, ou algo parecido?** Sim, eu falo mais por mim que já estou aqui há 6 anos, como presidente, para além dos 2 anos que estive antes de o ser, e têm-se resolvido alguns casos do bairro e certas pessoas abordam-me ou vêm aqui à nossa casa e apresentam certos problemas que há com as suas casas e não só. Recordo-me de uma situação, ainda há bem pouco tempo resolvemos um problema enorme a uma pessoa, que estava em risco de fechar portas de um oficina aqui no bairro e na altura falei com antigo Presidente, que ainda era o Presidente Joaquim Mourão e conseguiu-se com que essa pessoa, que tinha na própria habitação essa oficina, fazer com que tudo fosse legalizado, pois de outra forma teria de sair daqui. Já tinha muitos anos de carreira, da própria oficina e tinha um filho e não lhe era muito viável ter que deslocar o negócio para a zona industrial e aí foi uma vantagem enorme eu ter falado com o Presidente e ele disse para falar com a pessoa, porque ele já tinha submetido todos os documentos à Câmara para que isso fosse tudo legal e conseguiu-se o impulso para que essa família, pai e filho, se conseguissem manter na sua própria habitação com a sua própria oficina que já detinha há mais de 30 anos. Às vezes surgem problemas no bairro como ruas em mau estado, o caso do estacionamento que foi um problema que o com o Presidente Joaquim Mourão deixou de existir, fizeram-se bastantes lugares no bairro e isso era um problema para os moradores pois não havia muitos lugares aqui nas avenidas e na altura o Presidente ainda conseguiu eliminar essas lacunas. E pronto, nós cá estamos e quando as pessoas nos apresentam e às vezes quando as pessoas nos apresentam coisas que mesmo nós próprios não conseguimos atingir, ou que não estejamos a ver, eu levo a quem de direito, atualmente ao Presidente Luís Correia mesmo à Junta de Freguesia, ao Presidente Jorge Neves e assim se consegue colmatar muitos dos problemas do bairro.

4-Costumam ter participação por parte dos associados?

Sim, sempre, não nos podemos queixar. No caso das atividades no exterior, na caminhada do aniversário, na própria festa e no cantar das janeiras, tenho de referir isto. No cantar das janeiras que aconteceu há muito pouco tempo, nós corremos o bairro todos, batemos às portas dos prédios e notasse que as pessoas estão com a associação. Veem que há um trabalho de fundo, que as pessoas são dedicadas e que mesmo com frio e com chuva nós não deixamos de cantar as janeiras para que essa tradição não se perca. Portanto logo nisso achamos que as pessoas estão connosco e é uma mais-valia para nós, para nos darem mais força e para que caminhemos para outros campos. Na caminhada de S. Martinho que temos feito todos os anos, nota-se que as pessoas vêm, neste ano no fim da caminhada de S. Martinho tínhamos aqui ao almoço 200 pessoas, portanto as pessoas aderem às nossas atividades e que se faz de tudo um bocadinho. Mesmo quando se faz aqui qualquer evento, as pessoas gostam de vir à associação, mesmo em bailes que fazemos com diversos conjuntos, a passagem de ano que foi feita há pouco tempo também, as pessoas aderiram e é para isso que cá estamos, para trabalhar e para que as pessoas vejam uma vantagem em ser sócios desta casa, apesar de

esses eventos serem para todos, não só para sócios, mas estes têm sempre um preço diferente do não sócio.

5-Como classifica as relações com a Câmara Municipal?

Muito boas, muito boas. Eu falo por mim, eu com o antigo Presidente Joaquim Mourão dava-me muito bem, além disso é possível ver a obra que ele aqui fez, tínhamos uma grande lacuna que era a cozinha e por vezes fazíamos aqui eventos com 100/150 pessoas e são muitos os eventos que nós aqui fazemos. Sem cozinha tínhamos uma lacuna muito grande, uma vez que tínhamos que montar tendas na rua e quando estava a chover tornava-se complicado. Desta forma consegui pedir ao antigo Presidente que nos fizesse essa cozinha e ele viu que o trabalho que estávamos a fazer aqui nesta casa estava a ser muito válido e brindou-nos com essa cozinha, antes de sair e cessar funções na Câmara Municipal. Ficámos assim com uma cozinha toda equipada e com todas as condições para receber os sócios e os não sócios. Com o Presidente Luís Correia, um amigo de longa data e ainda por cima este já estava no executivo, só posso dizer que tenho boas relações e cá estamos. Nós sabemos que o país atravessa uma crise, mas dentro das possibilidades que sabemos que a própria freguesia e a própria Câmara Municipal, dentro das suas possibilidades, vão sempre dar-nos o devido apoio quando se vê o trabalho feito e que se estão a desenvolver atividades para que as pessoas possam usufruir delas e que movimentam muita gente. Na J.F. continua o Presidente Jorge Neves, continua sempre a boa relação, nunca tive nada a dizer tanto da C.M como da J.F. Qualquer coisa que seja solicitada, quando desenvolvíamos grande atividade como por exemplo o ciclismo, trazíamos o Joaquim Gomes, o Cândido Barbosa, o Raúl Matias que já estiveram aqui nesta casa, pedia-lhes que colaborassem com os custos, para que as estadias não tivessem custos altos e às vezes alguns troféus e nunca nos disseram que não, nunca nos fecharam a porta, por isso só temos que dizer que estamos cá e temos que fazer o trabalho também para que eles possam dizer “vamos apoiar aquela casa, porque também movimenta muita gente” e assim algo que se mostra, algo que está feito.

6-Sentem que são ouvidos e têm uma palavra a dizer?

Sim, ainda há bem pouco tempo ao Presidente Luís Correia, passado um mês, convidei-o para um almoço entre todos os patrocinadores desta casa e ele acedeu muito bem e alguns vereadores e parte da J.F também. Nesse jantar foram-lhe também postos alguns casos que tínhamos, uma vez que temos sempre alguma coisa para resolver e nunca nos fecharam a porta. Sempre que tenho algum problema ou que se veja que alguma coisa está mal e que não consigamos resolver com as nossas próprias finanças, porque às vezes é difícil, uma casa destas já movimenta muita coisa porque temos muitas despesas, pagamos IMI, água, luz, é tudo por nossa conta. Portanto nós com as atividades conseguimos manter a casa viva, e bem viva, mas há sempre alguma coisa que aparece, um imprevisto e sempre que vou ter com eles, eles estão sempre disponíveis para arranjar alguma solução e para que possamos colaborar.

7-O que pensa do desenvolvimento da cidade, enquanto dirigente de uma associação?

O desenvolvimento da cidade está á vista. Há sempre pessoas que criticam, que dizem mal e até podemos achar que não foi tudo bem feito, mas esta cidade quem a conheceu e eu próprio já a conheço há tantos anos, a evolução que foi, movimentou e tiraram-se grandes cancros do centro da cidade até e conseguiram-se resolver certos problemas, inclusive acessos à nossa própria cidade e a Câmara conseguiu resolver tudo. Por isso só consigo dizer que foi um trabalho belíssimo que o executivo fez e conseguiu apoiar dentro do possível todas as associações, eu dou-me bem com todos os presidentes de clubes e associações da cidade, de vez em quando vamos conversando, e também sei que às vezes não é bem o que nós queremos, queremos sempre mais, mas há sempre uma palavra, há sempre um incentivo, há sempre um apoio que eles dão. O trabalho que foi feito foi muito bom e o trabalho está a vista na cidade e mesmo em redor a nível de acessibilidades, de maneira a tirar o trânsito do centro da cidade, assim como casos de casas que estavam a cair, certas obras que eram mesmo precisas conseguiram resolver e não só, é bom referir que nas freguesias do concelho também. Eu pertenço a uma delas, o Salgueiro, e sei também o que é feito pelas freguesias.

8-O que o levou a querer ser presidente da associação, quais os motivos?

Eu sou do Salgueiro do Campo, já moro aqui desde 1990, fui sempre um desportista, joguei futebol durante 30 anos. Pertenci ao clube do Salgueiro enquanto andamos sempre no distrital, portanto estive 25 anos naquela direção, sempre como Presidente da Assembleia Geral, depois o antigo Presidente, tenho de referir sempre, o Senhor António Pina teve um problema de saúde grave acabou por falecer, e ele já vinha há alguns anos dizendo, chamando-me para que eu fizesse parte de uma direção com ele e eu nunca, nunca lhe disse que não mas também lhe disse que enquanto estivesse ligado ao Salgueiro do Campo, estando numa direção, eu quando começo é para trabalhar e se estivesse nas duas não conseguia estar a 100% em nenhuma delas. Por isso aceitei sempre o desafio dele, apoiei-o sempre, ajudei-o nas festas do verão, ajudei sempre nas atividades que havia, mas pronto pertencia a outra direção. O que me levou a abraçar a presidência foi quando o Sr. Pina morreu, ninguém estava à espera que ele falecesse, apesar dos seus problemas de saúde, e foi assim de repente e esta casa estava então em construção e tenho que voltar a referir que o Sr. Pina é o grande impulsionador desta grande obra, mais o Presidente Joaquim Mourão, que se davam muito bem os dois, e o Sr. Pina não chegou a ver esta obra de pé, não a conseguiu ver acabada, porque era o grande sonho dele, mas a associação quando se iniciou foi numa garagem mas depois esteve sempre ali numa loja ao pé da escola. Uma loja que tinha poucas condições mas lá se conseguiu fazer o trabalho da associação. Como o Sr. Pina faleceu e as atividades estavam todas em funcionamento, como é normal, e um dos impulsionadores foi o Sr. José Sousa, que pertencia à direção do Sr. Pina que me fez o desafio para que arranássemos uma direção para que as coisas prosseguissem. Eu não quis encabeçar logo como presidente, por isso o facto de ter dito que estou cá há 6 anos como presidente e 2 sem o ser. Na altura não quis mas contactei o Sr. António Nascimento para que ele pudesse ser o presidente e nós cá estávamos para trabalhar e assim foi, apesar de primeiro ter dito que não e em conversa lá aceitou ser Presidente. Foi um homem sempre dedicado mas sempre dentro das possibilidades dele, uma vez

que tinha o seu trabalho, mas cá estávamos nós, com uma direção por trás e conseguiu-se fazer um trabalho durante 2 anos. Ao fim de 2 anos esse senhor lançou-me, disse que não queria encabeçar mas que ficava na mesma direção. Eu nunca tinha sido presidente de uma associação. Mas ele disse que eu era a pessoa ideal, que tinha muitos conhecimentos e muitos contactos, que tinha estado no associativismo tantos anos e que continuava e foi assim. Falei com a família em casa, porque estas coisas roubam-nos muito tempo e nessa altura falei com a esposa e com as filhas e elas apoiaram-me e então parti e fui para a frente e cá estou como Presidente há 6 anos. E estou feliz porque sei que as pessoas do bairro e tanto o executivo da C.M. como da J.F., mesmo quando vêm aqui às atividades até falam no meu nome como impulsor desta casa, que se deve um bocado à minha direção e portanto fico satisfeito porque estou aqui com amor à camisola, dedico-me porque as pessoas do bairro merecem e as da cidade também, para que tenhamos uma boa representação das nossas atividades. E assim nasceu o desafio e cá estou, cá estou e agora tenho mais 2 anos pela frente outra vez, fui eleito há pouco tempo mais uma vez e agora vamos prosseguindo passo a passo, abraçamos novos projetos, nunca voltamos atrás, vamos sempre à luta e é com trabalho que se faz tudo.

9- Quantos associados tem esta associação?

Foi feita há pouco tempo uma atualização, que nunca tinha sido feita desde que a associação nasceu em 98. Fizemos uma atualização porque havia muita gente que deixou de pagar quotas, deixou de haver cobradores, as moradas mudaram muito neste bairro, em termos de lote, nomes de rua e tivemos que contactar as pessoas para podermos fazer uma atualização e neste momento temos 600 sócios e nós tínhamos à volta de 1700 sócios, portanto houve uma atualização a sério. Não foi um corte radical, houve uma assembleia, deixou-se também pessoas que tinham um ano de atraso uma vez que há pessoas no estrangeiro, outras fora da cidade e são sócios e queríamos também dar-lhes uma oportunidade que pelo menos com um ano de atraso ficassem.

Entrevista Associação Desportivo de Castelo Branco

1-Como surge a associação, qual é a sua história?

O clube foi fundado no dia 10 de Outubro 1967 e surgiu de uma ideia entre amigos, de formar um clube uma vez que até à data apenas existia outro clube na cidade de Castelo Branco

2-Qual é o objetivo e missão da associação?

Academia de Futebol do Desportivo de Castelo Branco tem como principal objetivo desenvolver o ensino e a prática do Futebol e de outras atividades desportivas, através de técnicos qualificados e da implementação de um modelo de formação integrado, abrangendo as vertentes educacionais, desportivas e sociais, visando alcançar elevados padrões de formação junto dos seus intervenientes. O nosso objetivo prende-se também um pouco com o incutir o civismo nos nossos atletas, fazendo ver que tem de

haver respeito pelo próximo, não só dentro mas também fora de campo. Inculcar-lhes o sentido de responsabilidades e de que existem regras e que caso não as cumpram existem consequências, neste caso específico não podendo jogar ou treinar. No fundo inculcar-lhes o *fairplay* e o desportivismo.

3-O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?

O que um associado pode esperar de nós é um grande empenho a nível desportivo, uma vez que somos um clube, e que tentaremos sempre fazer o nosso melhor para manter o clube ao melhor nível e o melhor classificado possível no campeonato.

4-Costumam ter participação por parte dos associados?

Sim. Podemos considerar que temos uma boa participação por parte destes, que costumam frequentar a sede, que costumam ir apoiar nos jogos que realizamos em casa e quando lhes é possível também nos jogos que são realizados fora e inclusive nos treinos, mas como é possível perceber serão mais os pais dos jogadores a prestar este tipo de apoio. Mas podemos considerar que temos uns sócios bastante ativos e disponíveis.

5-Como classifica as relações com a Câmara Municipal?

Bastante boas. Somos uma associação que como muitas outras não temos poder financeiro para nos mantermos por nós próprios, estamos um pouco dependentes do número de sócios e como tal quando é preciso pedimos apoio à Câmara Municipal e nunca nos foi recusado, sempre que possível ajudaram-nos.

6-Sentem que são ouvidos e têm uma palavra a dizer?

Sim, como lhe disse a Câmara procura responder às nossas necessidades dentro da medida do possível.

7-O que pensa do desenvolvimento da cidade, enquanto dirigente de uma associação?

A cidade teve um grande desenvolvimento, não só a nível desportivo, através das mais variadas infraestruturas desde pavilhões, campos sintéticos, zonas de lazer, etc., mas também ao nível rodoviário, com o melhoramento dos acessos como por exemplo da via circulatória da Carapalha, as avenidas que vão desde a Rotunda da Europa até ao Modelo e do Modelo até à Quinta das Violetas. Em termos urbanos é uma cidade que sofreu bastantes alterações e melhoramentos e a nível industrial também, temos hoje um grande parque industrial. O único problema de Castelo Branco continuam a ser as pessoas, melhor dizendo, a falta de pessoas. É uma cidade bastante evoluída mas que realmente tem um número de habitantes muito baixo em comparação ao que poderia ser. Acredito que com uma população maior a cidade evoluiria muito mais.

8-O que o levou a querer ser presidente da associação, quais os motivos?

O que me levou a querer ser Presidente foi mais um convite feito, o qual aceitei. O meu filho está ligado ao futebol e como tal pareceu-me que fazia sentido a minha ligação ao clube. Não só pelo meu filho, mas também pelos restantes associados e jogadores, fazer mais e melhor por este clube e ajudá-lo a subir a patamares mais elevados a nível desportivo.

9- Quantos associados tem esta associação?

O desportivo tem cerca de 300 associados, os quais na sua grande maioria são jogadores ou ex-jogadores e também dirigentes, uma vez que um jogador é automaticamente tornado associado. Mas também temos alguns associados não jogadores, que gostam e podem investir no clube, que o apoiam e ser associado é uma forma de demonstrar esse apoio.

Entrevista Associação Empresarial - NERCAB

1 - Como surge a associação, qual é a sua história?

A AE-NERCAB surge em 1987 com o objetivo de ajudar as empresas existentes no concelho e de fomentar o crescimento industrial do concelho. Surge inicialmente com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da cidade de Castelo Branco, mas fomos crescendo e estamos hoje também na Covilhã e Proença-a-Nova.

2 - Qual é o objetivo e missão da associação?

A missão e objetivo da associação é ajudar os nossos associados, é a proteção dos seus interesses, com vários serviços ao seu dispor, desde departamentos de contabilidade, jurídicos, advogados, por forma a manter os seus associados sempre atualizados e a par não só de novas ferramentas de trabalho mas também em questões legais e de incentivos de maneira a que as empresas cresçam. O nosso objetivo é promover os seus serviços e produtos através da nossa feira anual, criando assim um espaço onde os nossos associados se podem dar a conhecer e os produtos e serviços que oferecem.

3 - O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?

O que um associado pode esperar de nós é o que lhe referi na pergunta anterior, é o nosso compromisso em relação à nossa missão e objetivo, de promover e dar a conhecer os seus serviços e produtos e que faremos o nosso melhor para que estas empresas possam crescer e contribuir assim também para o desenvolvimento da região. Um associado pode esperar todo o apoio nas áreas da nossa competência, contabilidade e jurídicas, em que sempre que necessário lhes prestamos estes serviços gratuitamente, tendo em conta que já pagam as suas quotas de associados, e que um dos benefícios é precisamente esse apoio.

4 - Costumam ter participação por parte dos associados?

Sim, temos participação por parte dos nossos associados. Não é uma participação regular, tendo em conta o tipo de associação, mas sempre que precisam procuram-nos e nós fazemos todos os possíveis para atender às suas necessidades e corresponder aos seus pedidos. Não se pode considerar que temos uma participação constante mas sempre que se justifica os associados procuram-nos e nós estamos cá para eles.

5 - Como classifica as relações com a Câmara Municipal?

Cordiais. Não temos um contacto diário com a Câmara Municipal, mas sempre que houve a necessidade de resolver alguma situação, sempre fomos ouvidos e os nossos problemas revolvidos. Não é uma relação em que existe um contacto constante, mas não temos qualquer razão de queixa. Quando a Câmara Municipal acha que devemos estar presentes nalgum evento ou em alguma situação específica contacta-nos e nós fazemos para estar presentes.

6 - Sentem que são ouvidos e têm uma palavra a dizer?

Sim, como lhe disse sempre vimos os nossos problemas resolvidos. Temos uma boa relação com a Câmara Municipal

7 - O que pensa do desenvolvimento da cidade, enquanto dirigente de uma associação?

Penso que a cidade de Castelo Branco evoluiu muito nos últimos anos, não só a nível industrial mas também a um nível urbano. Temos boas empresas no concelho que desenvolvem um bom trabalho, mas temos também falta de pessoas que por vezes justifiquem certos investimentos, pois sem pessoas o retorno desses investimentos torna-se difícil, por vezes não se justifica. Para as empresas que já estão formadas, vai dando para manter a sua atividade e felizmente temos conseguido ultrapassar as adversidades. De facto a cidade de Castelo Branco peca pela falta de pessoas, mas atualmente é difícil fazer com que as pessoas se desloquem para o interior, a menos que tenham propostas aliciantes e que justifiquem a mudança.

8 - O que o levou a querer ser presidente da associação, quais os motivos?

Esta pergunta não foi colocada uma vez que a entrevista não foi realizada ao presidente da associação.

9 - Quantos associados tem esta associação?

Temos cerca de 150 associados.

Entrevista Escuderia de Castelo Branco

1-Como surge a associação, qual é a sua história?

A Associação Escuderia de Castelo Branco é uma associação sem fins lucrativos e que neste momento tem também uma instituição de utilidade pública. Foi fundada em 1964, nasceu a 21 de maio e tem como objetivo, segundo os estatutos, promover a região através do desporto motorizado. E é isso que tem sido feito ao longo destes 50 anos. Temos conseguido sem haver qualquer falha em ano nenhum, a concretização destes objetivos, umas vezes com mais provas outras vezes com menos. Estamos integrados em vários campeonatos e nos nesta altura fazemos vários campeonatos nacionais em várias modalidades desportivas, mas já houve anos em que participamos apenas num único campeonato. É esta diversidade que fomos procurando ao longo do tempo, aumentar a notoriedade, e acho que temos conseguido.

2-Qual é o objetivo e missão da associação?

Como já referi é trazermos turistas à nossa região sem sairmos de cá, porque pensamos e temos os dados concretos disso mesmo, que por exemplo uma prova de uma baja que nós façamos, implica uma venda de 1000 camas na região. Um fim de semana e porque não é um desporto que se pratica num dia, são precisos no mínimo 3 dias para que os concorrentes que participam nesse tipo de provas aqui estejam. Se tivermos 120 inscritos, cada equipa é sempre composta por 2 elementos, se para além disso cada equipa trazer os seus mecânicos ou familiares ou amigos, fazendo 5/6 pessoas por equipa, é uma questão de fazermos as contas. Através do desporto motorizado conseguimos vender a nossa região, importar a nossa região sem sair de cá, e consequentemente isso traz dinheiro para a nossa região.

3-O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?

Essa tem sido uma grande luta nossa. Nos hoje em dia, tendo em conta concorrência, cada vez maior, temos tentado por todos os meios aumentar o nosso painel de associados, neste momento já vamos em cerca de 1000 sócios pagantes e os primeiros 300 ou 400 fizeram-se sócios porque gostavam do desporto motorizado, gostam de participar. Até porque em cada organização que façamos, seja ela de que tipo for, são sempre precisas entre 200 a 300 pessoas para ajudar de uma forma voluntária a organizar todo este invento. Pode percorrer 200, 300, 400 km da nossa região. Tem que ser devidamente balizado, tem de ser segurado, tem de ser montado, desmontado, concebido previamente. É todo um trabalho a fazer que são essas 300 pessoas que o elaboram. Portanto os primeiros 300 associados vieram pelo gosto pela modalidade, todos os restantes têm vindo porque reconhecem em nós todo este esforço que temos feito em prol da região. Somos talvez a única associação em que tudo o que é apostado em nós é voltado a gastar aqui mesmo, porque todos os patrocínios, subsídios que são em nós investidos são devolvidos novamente à cidade, porque ou gastamos em hotéis, ou em trofeus, em refeições, ou os gastamos em brindes, ou em roupa. Tudo sempre comprado na região. Houve portanto um grande número de pessoas que apostaram nós e quiseram também apostar em estar a nosso lado porque reconheceram essa capacidade

que temos em promover a região. Depois temos também tentado arranjar parcerias convenientes para funcionar como alavanca para o associado, nomeadamente parcerias no que toca apoio médico, jurídico, agência de viagens. Ser sócio da escuderia permite em alguns locais ter um desconto importante, E por isso mesmo algumas pessoas nas companhias de seguros em oficinas, algumas pessoas se tem feito sócios para poderem usufruir desse benefício. Portanto nós vamos tentando encontrar estratégias, concertações para trazermos mais pessoas para cá porque precisamos.

4-Costumam ter participação por parte dos associados?

Temos sempre, temos sempre sócios ávidos de trazer novos projetos, novas soluções, novas ideias, novas competições. Temos um espaço muito grande no parque de desportos motorizados que as pessoas já utilizaram para aniversários, convívios de empresas, convívios de amigos, para provas de perícia, para convívios pequenos de karting e temos ainda uma sede no centro da cidade em que também há um encontro, em que as pessoas se encontram para ver as provas de campeonato do mundo em televisão, para vermos futebol que também não vemos só automóveis, para vermos outras atividades desportivas. É uma sede que está aberta todos os dias e que portanto é um local de encontro dos nossos sócios.

5-Como classifica as relações com a Câmara Municipal?

Muito boas. Nos temos uma boa relação com a Câmara Municipal de Castelo Branco e não só com esta. Temos relações estreitas com os outros concelhos onde trabalhamos. A baja que foi realizada há pouco tempo é uma prova que tem de ser concertada com as respetivas Câmaras. Vamos ter uma outra prova que vai ser realizada em Idanha-a-Nova. Quer as Câmaras, as Juntas ou os empresários têm-nos sempre recebido de braços abertos porque sabem que a nossa função é fazer negócio ali, permitir que as pessoas que veem, na sua grande maioria do norte, veem ali pernoitar, comer, gastar combustível e esse é nosso empenhamento, aquilo que podemos dar como moeda de troca aos investidores e portanto as relações com as Câmaras são cordiais e cinco estrelas.

6-Sentem que são ouvidos e têm uma palavra a dizer?

Somos sempre bem recebidos. Pensamos que devido aos orçamentos que as Câmaras têm não temos um retorno proporcional àquilo que trazemos em mais-valia mas compreendemos o constrangimento, compreendemos realmente que há sempre aqui uma componente de pressão que é feita por todas as associações e portanto há um esgrimir de forças, de argumentação que é preciso fazer perante os presidentes de Câmara para que em nos invista mais que nos outros. A Escuderia de Castelo Branco não é “subsídio dependente”. De resto os valores investidos em nos vindos do erário público são uma gota no oceano daquilo que nós valemos, representará na casa dos 7 8%. Temos outros meios de subsistência e porque procuramos outro modo outro modo de rentabilizar, não queremos ser “subsídio dependente”, porque isso não custa nada para fazer as coisas.

7-O que pensa do desenvolvimento da cidade, enquanto dirigente de uma associação?

Penso que nós em termos de interior e sinceramente na região onde estamos inseridos, nós não temos assim muitos motivos que justifiquem a visita de pessoas vindas de outras partes do país. As pessoas vêm porquê? Pelos grandes monumentos, pela praia? Porquê? Eu sou dos que defende que já temos alguns museus mas que não justificam a vinda das pessoas só por si, a deslocarem-se a Castelo Branco. Penso que temos uma paisagem brutal, temos uma gastronomia que é fantástica, mas para isso é preciso que as pessoas conheçam o que nós cá temos. Temos praias fluviais lindíssimas em todos os concelhos do distrito, temos agricultura, mas para as pessoas conhecerem temos de as obrigar a cá vir, portanto eu penso que é através do desporto, não só o motorizado, mas todo aquele que dure mais do que um dia, seja ele qual for, obrigando as pessoas a ficar, a conhecer um pouco aquilo que é nosso, para criar vontade de voltar no futuro. E é isso que temos tentado fazer, porque não é num fim de semana de prova que vão tirar partido dessas infraestruturas. Mas se houver alguém e tudo estiver concertado e conseguirmos fazer enquanto os pilotos treinam os familiares visitam esses museus, restaurantes, etc., depois quando conversarem vão se lembrar da região. Tem de haver primeiro esse motivo impulsionador.

8-O que o levou a querer ser presidente da associação, quais os motivos?

Alguém tinha de ser e estou aqui há quase 30 anos e trabalhei com variadíssimos presidentes e aprendi muito. E agora foi a minha vez de cumprir esta missão durante os mandatos para os quais for eleito, já vou no segundo mandato. Se tiver uma equipa boa e coesa não é difícil gerir um clube como a escuderia e se tivermos realmente sempre esse foco de trabalhar em prol de uma região não é difícil de dirigir. Por isso foi mais o cumprimento de uma missão e porque tinha um grupo de sócios e amigos que me incentivou a ser presidente.

9- Quantos associados tem esta associação?

Cerca de 1000 sócios.

Entrevista Associação de Judo

1-Como surge a associação, qual é a sua história?

A Academia de Judo e Ginásio de Castelo Branco é uma associação sem fins lucrativos, neste momento de utilidade pública e surge através do António Morais e o João Romão que eram na altura treinadores de judo e entenderam juntar vários corpos sociais e fazer a primeira eleição de direção para a Academia. Isto aconteceu em 1983, portanto a Academia tem neste momento 31 anos e inclui uma direção há cerca de 25 anos e partir daí envolvi-me também como treinador de judo e a associação tem vindo a funcionar na sua génese apenas com o judo e neste momento apenas com um variado número de atividades fazem com que a associação funcione, cuja única fonte de receitas

são as quotas dos associados com o apoio eventual da Câmara e da Junta e no tempo do Governo Civil este também nos apoiava. O objetivo foi sempre o funcionamento e a promoção do judo.

2-Qual é o objetivo e missão da associação?

A missão e objetivo foram sobretudo proporcionar que as pessoas, o maior número de pessoas, conseguisse praticar desporto e esse sempre foi o maior objetivo. É lógico que as pessoas pagam uma quota mensal, que lhes permite a prática desportiva, mas realmente qualquer pessoa, que não tenha disponibilidade de pagar, nós fazemos uma avaliação e com certeza que ninguém fica de fora, todos têm a possibilidade de praticar desporto.

3-O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?

O associado pode esperar uma direção séria dedicada e que reúne esforços para que estejam reunidas todas as condições para que as pessoas possam praticar desporto, para que tenham acesso a uma parte cultural, para que possam participar em determinados eventos. Ou seja tudo aquilo que é normal neste tipo de coletividade. É lógico que fazemos um esforço muito grande para que tudo isto seja possível, fazemos com certeza a nossa obrigação e aquilo que é um bocadinho a mais da obrigação, faz com que hoje em dia a Academia seja um exemplo de coletividade. Tanto na formação de atletas como de pessoas, professores e penso que os associados tem uma palavra a dizer, mas no entanto penso que a Academia é um exemplo a seguir com toda certeza.

4-Costumam ter participação por parte dos associados?

Os associados têm uma participação ativa, sobretudo na prática, no envolvimento dos eventos, com certeza que nos dias de hoje em que os valores estão um bocadinho trocados, quer dizer no passado as pessoas diziam aos filhos para praticar desporto, que fazia bem à saúde, à formação e hoje em dia esse valor está um pouco contrariado. Hoje em dia como a pessoa não tem dinheiro para pagar a mensalidade desiste no mês a seguir, porque é menos o valor mensal é menos o tempo que os pais estão à espera dos filhos. Ou seja, há todo um contrariar de situações que no passado não existiam. Mas é um facto que temos de ser nós a enraizar a cultura, o desporto, fazer ver aos pais e filhos que essa prática é importante. Penso que com o nosso dinamismo conseguimos contar com que as pessoas pratiquem desporto.

5-Como classifica as relações com a Câmara Municipal?

As relações com a Câmara são ótimas, com certeza que a Câmara não apoia mais porque não pode, porque não consegue ou por vezes também não estará a ver bem a nossa vertente ou o nosso objetivo. No entanto temos sempre sido ajudados pela Câmara, por exemplo o espaço que ocupamos é património da Câmara. No entanto todas as obras de melhoramentos foram feitas pela Academia, através de empréstimo que fez ao banco, pelos dirigentes. Hoje em dia isso torna-se um pouco complicado porque fizemos um empréstimo com uma receita de cem e hoje em dia temos oitenta. Daí a direção ter vindo sempre a tapar essa diferença, ainda que com dificuldade. É lógico que a Câmara comparticipa, nunca é com o valor de que nós gostaríamos nem

que realmente é necessário, mas realmente a Câmara ajuda sempre e a Junta de Freguesia também.

6-Sentem que são ouvidos e têm uma palavra a dizer?

Sim, claro. Os problemas que hoje em dia vivemos são sobretudo monetários. É lógico que a Câmara ajuda mas não ajuda com aquilo que realmente é necessário.

7-O que pensa do desenvolvimento da cidade, enquanto dirigente de uma associação?

Eu penso que a Câmara conseguiu criar um conjunto de infraestruturas a nível de coletividades, de espaços desportivos, de espaços de lazer e penso que Castelo Branco é com toda a certeza uma cidade privilegiada. Com certeza que é necessário que as pessoas sintam isso e que sintam que essas infraestruturas que temos criam perante outras cidades uma mais-valia. É pena é que realmente as pessoas também não as utilizem e que também no seu dia-a-dia não tenham o pensamento que realmente hoje têm um conjunto de coisas que outros realmente gostariam de ter. O problema é que também Castelo Branco é uma cidade muito quente no verão, extremamente fria no inverno e as pessoas acomodam-se, porque fazer desporto com regularidade, na minha opinião é sacrifício, e para se ter prazer é preciso as pessoas insistirem. E quando conseguimos perceber que as pessoas já estão num patamar em que a prática desportiva lhes dá muito prazer, acredito que o patamar da atividade desportiva possa crescer como acontece com outras cidades. Mas penso que a Câmara Municipal conseguiu criar um conjunto de estruturas que outras cidades não têm.

8-O que o levou a querer ser dirigente da associação, quais os motivos?

O que me levou a fazer parte desta associação é que eu entendo que o meu contributo podia ser realmente podia ser importante e com certeza foi e está a ser neste momento. O problema que se põe é que o associativismo cria um grande desgaste nas pessoas, as pessoas pagam para trabalhar e acontece que nem sempre somos reconhecidos e as pessoas acusam esse desgaste e pensam que estão a prejudicar a família, a vida pessoal e com certeza chega uma altura em que tem que se dizer chega, porque o investimento seja ele de dinheiro, trabalho, a maior parte das vezes não tem retorno. E não adianta a maior parte das vezes termos uma casa muito bonita, em que somos nós diretores que pagamos uma fatura muito pesada para que isso seja possível. E com certeza que tem de ser a Câmara, a Junta a entender isso e darem um apoio com significado que tem que dar. Eu não gosto muito de falar no futebol, só que neste momento as Câmaras pagam os vencimentos dos jogadores. E quando nós trabalhamos muito e com muitas dificuldades e olhamos para o lado e vemos que o contributo das autarquias é acima de qualquer modalidade, acima de qualquer situação que é normal, nós entendemos que então também está na hora de sermos apoiados. Nós temos o judo numa primeira divisão, temos resultados desportivos e atletas campeões nacionais e nas respetivas seleções e são um bocadinho acima da média e só nós sabemos o quão difícil isso é. E depois quando olhamos para o lado e vemos modalidades terem maior apoio e

estarem aquém daquilo que nós fazemos, ficamos um bocadinho tristes. Mas a realidade é essa, mas com entendimento e bom senso havemos de chegar a um patamar diferente.

9- Quantos associados tem esta associação?

Portanto a Academia é capaz ter na ordem dos 300, 350 sócios, com uma população bastante flutuante, mais pelos estudantes em que uma altura está outra não está. No entanto penso que o objetivo é chegar aos 500 e assim teremos um dia a dia mais tranquilo.

Entrevista Associação Bairro do Valongo

1-Como surge a associação, qual é a sua história?

A associação nasceu através de um grupo de pessoas que achou que havia aqui uma lacuna no bairro, que como sabe é um bairro de génese clandestina e pronto, havia de facto esta lacuna e houve um grupo de pessoas que se decidiu juntar e formar o que é hoje a Associação do Bairro do Valongo.

2-Qual é o objetivo e missão da associação?

Os objetivo, e conforme o que está no objeto da associação é a promoção de atividades desportivas, recreativas e culturais. Temos também a possibilidade, assim que se justifique, de atuar também na área do apoio à terceira idade.

3-O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?

Um associado para além de poder usufruir daquilo que a coletividade disponibiliza, falando de um associado adulto, se tiver filhos em idade desportiva ao nível da formação poderá beneficiar dessas valências, poderá também frequentar a sede e ter convívio com os outros sócios e a todos os jogos que se praticam, principalmente ao fim de semana, jogos como a sueca, dominó. Temos também um campo de treino de caça, que está aberto aos sócios para poderem treinar os seus cães de forma gratuita durante todo o ano. Os sócios, no feminino podem também frequentar os cursos que temos de bordados de Castelo Branco, de rendas. É portanto todo um leque bastante diversificado de atividades.

4-Costumam ter participação por parte dos associados?

Sim, sim, felizmente temos. Sabe que as instituições em geral e em particular as coletividades só existem porque existem pessoas, se não existirem pessoas não servem para nada. Portanto se não mobilizarmos pessoas, se não tivermos gente a participar, não é pelo facto de termos espaços físicos como uma sede, um estádio e tudo o mais, se não tivermos atividade por parte das pessoas aquilo não tem utilidade nenhuma. Portanto temos a sorte de a Associação do Valongo movimentar muita gente e ter uma adesão bastante grande nas atividades que promovemos. Estou-me a lembrar por exemplo dos torneios de sueca, uma outra área onde costumamos intervir, para pessoas que gostam desse tipo de jogos. Há portanto aqui uma quantidade de atividades que só são feitas porque há pessoas que participam nelas. Depois há outras áreas de

intervenção. Sabe que Castelo Branco tem uma particularidade, existe apenas uma freguesia e tem-se confundindo ao longo dos anos aquilo que é o papel das coletividades nessa vertente. É lógico que ao longo dos tempos nós temos sido uma voz ativa perante a Câmara, porque é quem pode resolver os problemas, as dificuldades das pessoas e quais são os problemas do bairro. Sabemos que já muita coisa foi feita, muita coisa ainda está por fazer, e temos transmitido essa informação, e continuaremos a fazê-lo, porque também há uma preocupação nossa em oferecer as melhores condições para as pessoas que habitam no bairro.

5-Como classifica as relações com a Câmara Municipal?

São cordeais e de proximidade, e tem de ser mesmo assim. As instituições têm de saber viver umas com as outras e tem que haver uma proximidade e uma confiança uns nos outros porque nós acabamos por nos complementar uns aos outros porque nós disponibilizamos a ajudar. A Câmara e a Junta ajudam-nos financiando algumas atividades e há assim complementaridade entre as partes e é assim que tem de ser.

6-Sentem que são ouvidos e têm uma palavra a dizer?

Sim, ao longo destes anos todos temos tido um respeito pelas instituições e também temos sido respeitados e ouvidos, naquilo que são algumas decisões que eventualmente se tomam.

7-O que pensa do desenvolvimento da cidade, enquanto dirigente de uma associação?

Sabe que eu sou um defensor acérrimo daquilo que é a nossa terra, sou bairrista por natureza e Castelo Branco, não só Castelo Branco cidade mas concelho, teve um desenvolvimento nos últimos anos sem precedentes e se calhar haverá poucas cidades onde isto aconteceu. Houve uma preocupação da autarquia, não só levar efeito, obra, na sede de concelho mas também em todo o lado, em todas as freguesias em todos os locais. Ou seja há um cunho da Câmara Municipal e penso que Castel Branco como cidade é uma cidade muito boa. É claro que há sempre problemas, os problemas nunca acabam, ou seja, as obras nunca estão acabadas. Há uma que está concluída mas depois há sempre outras que é preciso fazer. Eu penso que o grosso da coluna está feito e Castelo Branco é uma cidade harmoniosa, limpa, agradável, é uma cidade que tem tudo aquilo que é necessário para uma cidade se afirmar no panorama nacional e mais no interior do país. Não nos podemos esquecer que estamos no interior e no meu entender não é por falta de infraestruturas, de equipamentos e de qualidade de vida que não nos projetamos mais. O nosso problema são, pessoas. Aliás é o problema de todo o interior, onde existe qualidade de vida só que pronto, não estamos no litoral. No litoral eles chocam uns contra os outros e nós aqui devíamos ter mais uns milhares de habitantes para que a cidade fosse mais sustentável e não apenas para que tivesse maior projeção em termos nacionais mas também em termos internacionais. É uma cidade onde dá prazer viver, é pena é não ter cá o mar, mas isso, não o podemos trazer para cá.

8-O que o levou a querer ser presidente da associação, quais os motivos?

Para ser sincero e franco, como procuro ser sempre, isto é assim, nisto há projetos, foi um acaso. Digamos que foi um acaso, eu ser presidente. Eu na altura fui convidado para fazer parte dos órgãos sociais e fruto das circunstâncias acabei por me candidatar para liderar os destinos da associação e pronto, aqui estou já passados 18 anos. Isto depois acaba por ser quase um vírus que se entranha e depois há sempre mais qualquer coisa a fazer, que queremos concretizar e depois as pressões quando dizem que temos de fazer mais um mandato, que não podemos ir embora. Mas isto também é desgastante como sabe, liderar uma associação com esta dimensão, todas elas, mas é uma tarefa árdua. As dificuldades aqui são sempre os dinheiros e receitas próprias são as quotas dos sócios e algumas receitas através de alguns eventos pontuais, com o objetivo de angariar algum dinheiro e depois saber que toda esta mudança económica, as dificuldades que as empresas estão a sentir. A própria está a enfrentar uma forma muito aguda e estas circunstâncias criam dificuldades em angariar apoios para além dos apoios da Câmara e da Junta. Depois toda esta estrutura com o desporto com estas coisas há uma grande massificação de jovens a praticar desporto. Depois as deslocações as carrinhas e o gasóleo cujo preço triplicou nos últimos anos, as portagens, etc.. Há toda uma conjuntura que nos cria enormes dificuldades e andamos sempre aqui a contar os cêntimos, mas vamos andando e vamos conseguindo levar o barco a bom porto.

9- Quantos associados tem esta associação?

Temos aproximadamente 1000 sócios pagantes. Não somos uma grande coletividade mas isto dá-nos alento para continuar, porque é isto que nos motiva.

Entrevista Centro de Empresas Inovadoras

1-Como surge a associação, qual é a sua história?

O Centro de Empresas Inovadoras é uma iniciativa da Câmara Municipal, debaixo da égide do C.A.T.A – Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar – surge de uma iniciativa conjunta entre vários municípios para criar uma rede intermunicipal de inovação e empreendedorismo, sendo constituída pelos municípios de Abrantes, Castelo Branco, Covilhã e Coimbra. Estão constituídas como associações sem fins lucrativos e tem como principais associados o ISQ – Instituto de Qualidade, a Câmara Municipal de Castelo Branco e o Instituto Politécnico.

2-Qual é o objetivo e missão da associação?

Temos como missão apoiar os empreendedores desde a ideia até à criação do negócio e a criação de negócios sustentáveis, com uma diretiva para a inovação. Apoiamos os empreendedores no início, na conceção dos seus planos, do modelo de negócio, com uma fase de pré-incubação gratuita. Depois temos um conjunto de apoios para ideias realmente inovadoras e diferenciadoras em que temos espaços, formações, etc., permitindo a essas pessoas terem acesso a um conjunto de boas práticas e

metodologias que têm sido aplicadas por muitas incubadoras deste país. O nosso fator diferenciador é que temos uma visão de que achamos que isso deve ser feito de uma forma mais acessível do que aquilo que é feito hoje em dia. Baixamos as rendas, oferecendo as formações gratuitamente. E acreditamos que o ecossistema em si, por ele próprio alimentará conteúdo e qualidade. Isto se os projetos foram realmente inovadores e realmente bons.

3 - O que pode um associado esperar de vós, enquanto associação?

O cidadão em geral tem aqui um ponto de apoio para as suas iniciativas de empreendedorismo. Essas iniciativas devem ser ajudadas a crescer de uma forma sustentável, a desenvolverem-se. Essas iniciativas poderão vir a criar valor para a sociedade na medida em que alguns dos projetos que aqui estão a ser desenvolvidos se poderão tornar grandes empresas. O que um cidadão em geral pode esperar do CEI são muitas medidas, desde pequenas conferências, a uma quantidade de ações que neste momento estão dispersas pela cidade passam a ser concentradas aqui, no âmbito do empreendedorismo, de *start-ups*. O que o cidadão poderá esperar em geral de nós, é sermos um foco de mais tecido industrial, de mais economia e uma economia de futuro. Evitar que as empresas tenham de se deslocar para obterem aquilo de que necessitam, tentar mantê-las na região.

4 - Costumam ter participação por parte dos associados?

O cidadão em geral comenta, conhece, está interessado e curioso mas não sabe muito. Neste momento estamos focados na criação do ecossistema, estamos a recrutar projetos. Já tivemos cerca de 100 candidaturas ao longo das duas primeiras fases de candidaturas e depois foram selecionados cerca de 60 que foram avaliados por um júri e desses 60 projetos deverão ficar uns 30. O Centro tem capacidade para dar apoio à volta de 35 empresas e mais uns 30 projetos ano de empreendedorismo na fase de conceção de modelo de negócio. Sendo que um centro destes nunca deve estar cheio no primeiro ano, uma vez que os ciclos de funcionamento de empresas implica que estas só cá estejam 18 meses ou 24 meses. Portanto se enchermos a totalidade do Centro logo no primeiro ano, implica que ao fim de 18 meses temos o Centro vazio e isso é destruidor de um ecossistema. A cultura tem de passar ao longo das várias fases. A ideia é ir enchendo, cada vez que fazemos uma fase de candidatura acrescentar 9 ou 10 projetos ao ecossistema, para conseguirmos que a cultura que foi criada se mantenha.

5 - Como classifica as relações com a Câmara Municipal?

São umbilicais, ou seja, há um trabalho quase diário com a Câmara Municipal mas não só, também com o Instituto Politécnico, com o NERCAB, com um conjunto de parceiros locais com as quais trabalhamos em rede.

6 - Sentem que são ouvidos e têm uma palavra a dizer?

Sim.

7 - O que pensa do desenvolvimento da cidade, enquanto dirigente de uma associação?

Castelo Branco tem uma economia diferente, não é uma cidade típica para a zona onde está inserida. Tem um polo industrial que levou muitos anos a desenvolver e que é pujante. É um polo que sofreu com a crise como todos os outros mas que se comparado com a Guarda, Covilhã, Portalegre, Bragança, etc., conseguiu aguentar o embate de forma bastante honrosa. Portanto penso que foi bem feito, foi feito ao longo de muitos anos, começando com o Presidente Vila Franca que desenvolveu uma zona industrial e que depois com todos os anos do Presidente Joaquim Mourão se transformou de uma semente numa realidade. Expandiu-a, dotou-a de infraestruturas, atraiu mais indústria e hoje em dia é uma zona industrial considerável e hoje temos emprego na cidade como não há hoje em dia noutras cidades. Gostaria de ter mais, uma vez que tem capacidade para mais, mas neste momento, considero-a uma zona industrial saudável em oposição a outras zonas industriais deste país que estão a definhar ou estão vazias, onde há empresas constantemente a fechar.

8 - O que o levou a querer ser presidente da associação, quais os motivos?

Foi um convite feito. Eu na altura estava a trabalhar na Universidade de Manchester, onde trabalhava na parte de lançamento de projetos, ou seja, eles têm uma incubadora, que faz a gestão da propriedade intelectual da Universidade. Eles têm uma unidade que transforma ideias em projetos, em empresas e depois essas empresas vende-as. Eu estive nesta fase de acompanhamento do cientista, de transformar essa propriedade intelectual numa empresa, fazer a prototipagem e posteriormente vendê-la, ou totalmente ou só uma certa parte. Eu sou de Castelo Branco, nasci cá e pensei que se não fosse para fazer uma coisa deste tipo não voltaria. E às vezes dizemos que o nosso país não tem, não faz, não acontece, mas se não formos nós a fazer, que tenho este conhecimento, não vai acontecer da mesma maneira, a curva de aprendizagem vai ser mais longa, mais difícil.

9 - Quantos associados tem esta associação?

Não é uma associação constituída por sócios, como tal não tem associados

Entrevista a J.F. Alcains com a Presidente

1-Costumam desenvolver ações que promovem a participação por parte da população? (Orçamentos Participativos, Consulta de propostas para melhorar/desenvolver a freguesia, etc.)

A junta de freguesia tem o atendimento semanal às quintas-feiras à noite, onde toda a população é atendida nos seus casos particulares ou coletivos, e aí a população dá os seus pareceres sobre as mais diversas matérias, inclusive essas, e nós assimilamos e depois dentro do nosso trabalho procuramos ter em conta todos os pareceres individualizados ou coletivos que nos são trazidos nessas reuniões semanais, é semanalmente, cinquenta e duas semanas por ano estamos aqui a atender e a ouvir com toda a atenção e por vezes são dezenas, às vezes ultrapassa dez por cada sessão. Temos outro momento importante em que atendemos a população também nos seus pareceres, mas aí já da responsabilidade da assembleia de freguesia, onde a junta presta contas. Prestamos contas do nosso trabalho, aquele que é nosso por compromisso eleitoral, porque quando um executivo se propõe a entrar para um junta ou para uma autarquia apresenta o seu compromisso de partida, vamos cumprindo esse compromisso e tentamos integrar da melhor forma todas as propostas para que depois se venham juntar a esse compromisso que é nosso, quando somos eleitos por uma população, sim.

2-Divulgam as medidas tomadas, informam os cidadãos do que está a ser feito e do que se pretende fazer na freguesia? Se sim, quais os meios de divulgação?

Sim, divulgamos precisamente na assembleia de junta de freguesia, que é o órgão da junta de freguesia, que é trimestral e é nesse órgão que prestamos contas rigorosas sobre todo o trabalho desenvolvido. Também quando a comunicação social nos procura e nos pede para falarmos ou explicarmos ou abordarmos um ou outro projeto ou uma realização também prestamos contas. Total transparência e total articulação com a população de Alcains.

3- Como classifica as ligações com as associações existentes na freguesia?

Excelente ligação, são muitas. Umas mais ativas, outras menos, umas dedicadas mais só a eventos mais pontuais, outras com regularidade de funcionamento durante o ano, outras mais concentradas no Verão ou outras possivelmente concentradas no Inverno e não são só associações, são também grupos informais a quem nós damos resposta. Habitualmente a primeira coisa que eles solicitam é um subsídio e uma sede e isso nem sempre é fácil satisfazer esse pedido. Uma sede como compreenderá, se nós temos 20 associações e difícil uma freguesia como Alcains, com os recursos económicos do fundo das freguesias que temos, que é igual ao de uma aldeia, uma vila de cinco mil e tantos habitantes tem um FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias) igual ao de uma aldeia, nos não temos recursos para estar a financiar sedes ou para estar a dar grandes subsídios para todas as associações. Então o que lhe pedimos é o seu

plano de atividades que nós analisamos com grande rigor e depois fazemos um estudo comparativo com passado próximo, o que é que essa entidade fez ou ofereceu nos anos imediatos, e no caso de ter havido paragem teremos de recuar mais um bocadinho para ver, mas também conversamos com as pessoas, temos sempre um diálogo direto. E vemos que se no ano passado tiveram muito fraquinhos e fizeram poucas coisas mas que no ano seguinte até têm muito mais dinâmica e muito mais iniciativa, nós apoiamos na devida conta daquilo que são as suas realizações para que não fiquem desfalcados. Nunca é aquilo que nós desejávamos, e muito menos aquilo que eles desejavam e alguns até são muito mais autónomos que outros. Uns até arranjam muito facilmente outros meios para desenvolver as suas iniciativas, são quase auto sustentados e outros precisam muito da nossa ajuda, e aí nós também com a nossa sensibilidade necessário porque cada caso é um caso, e vemos a que é que eles atendem e com a sensibilidade necessária de cada uma, não deixamos cair nenhuma entidade coletiva da nossa vila.

4- Na sua opinião, acha que as associações desempenharam e desempenham um papel importante no desenvolvimento da freguesia?

Têm seguramente um papel importante, as associações de carácter cultural, recreativo, desportivo lúdico, tem a maior importância, porque fazem pela população da freguesia aquilo que uma junta de freguesia, porque um executivo é apenas um organismo que segue leis, que segue regras e tem determinados campos de ação onde podemos atuar, não podemos atuar podemos atuar em todos os campos de ação. Por exemplo seria impossível para nos garantir campos de férias, e muitas associações garantem campos de férias, se calhar não se chama tal e qual campo de férias, mas ocupações de tempos livres para crianças. Uma associação promove ao longo do ano todo a escolinha de futebol, estou a lembrar-me do clube desportivo de Alcains, e essa modalidade é assegurada para todas as crianças por esse agrupamento desportivo, por essa entidade desportiva. A junta de freguesia não tem possibilidade de financiar professores desta ou daquela modalidade para estarem ao serviço da população ao longo do ano, não temos uma função de animadores socioculturais. No entanto temos a função de apoiar depois essas coletividades que o fazem. São muito úteis e muito importantes.

5- Têm um registo das associações existentes na freguesia?

Temos sim, temos, por isso sabemos que umas estão mais ativas e outras menos.

6- É do vosso conhecimento assim que abre uma nova associação, ou encerre uma já existente?

Sempre que nos dão conhecimento. Nós fazemos uma reunião, este ano fizemos essa reunião basicamente antes de assumirmos funções para termos noção do espectro associativo que íamos encontrar e depois a partir daí começámos as associações uma a uma, nesse horário de atendimento e a receber as suas propostas de planos de atividades e foram-nos entregues para 2014, 8/9 planos de atividades, e são 21 associações inscritas e com função ainda na freguesia.

7- Como classifica as relações com a Câmara de Castelo Branco?

Excelentes, excelentes ligações, porque a Câmara assegura no total que são as nossas realizações, a nossa capacidade autónoma financeira, porque trata-se sempre de capacidade financeira, trata-se apenas de um quarto das nossas necessidades, a Câmara assegura três quartos das restantes necessidades, portanto é total, é excelente e não poderia mesmo ser melhor.

8- Faz parte da vossa ideologia envolver os partidos da oposição nos vossos projetos, por forma a garantir a continuidade dos mesmos?

Sim, sim na assembleia, o lugar da tomada de posição e da partilha com a oposição, porque aí há uma bancada eleita pelo PS que tem 7 elementos na assembleia de freguesia, a junta de freguesia é toda eleita pelo PS também e há dois elementos eleitos pelo PSD e isso na assembleia de freguesia, sempre que algumas das partes propõe alguma coisa, escutamos com igual atenção e com igual rigor. No público depois vêm pessoas, mas aí não é possível caracterizar partidos, são pessoas que intervêm individualmente, a título pessoal e ouvimos da mesma forma com igual rigor e com igual isenção e estamos atentos a tudo o que nos é apresentado, e até recentemente houve circunstâncias importantes, que foram da iniciativa do questionamento de um elemento do público, que depois nós quisemos envolver na resposta a essa toda a assembleia de freguesia, tomámos parte de uma determinada diligência e todos nos unimos, junta de freguesia e assembleia de freguesia, com todos os eleitos para encontrar a resposta àquela dúvida levantada, porque aquela dúvida levantada é de um cidadão desta vila e nós aí temos que encontrar sempre soluções para todos os habitantes desta vila. Fomos eleitos por um partido político enquanto executivo, mas também estamos ao serviço de toda a população alcainense, estamos ao serviço de cinco mil e tal habitantes, não apenas de uma parte que nos terá eleito.

9- O que o levou a querer ser presidente da junta de freguesia?

O que me levou a assumir a candidatura por Alcains foi uma aprendizagem política que eu fui fazendo ao longo dos anos nos vários desempenhos que tive. Eu comecei por ser membro da Assembleia de Freguesia, isto em 1998 como membro da Assembleia de Freguesia, um mandato, onde estive 4 anos. Depois no mandato seguinte fui para a Assembleia da República, uma passagem interessante, foi deputada durante 4 anos também e simultaneamente enquanto era deputada era membro da Assembleia Municipal, estive na 9ª e na 10ª legislatura. Quando o Presidente Joaquim Mourão se candidatou ao seu 3º mandato, que ele fez 4 mandatos, eu fiz o 3º e o 4º. Em 2005 convidou-me para vereadora e isso permitiu-me aproximar-me mais do meu território, eu era deputada e optei por ser vereadora porque isso me aproximava do meu território e porque também no meu percurso político e nas várias atividades que me eram propostas, quer na política de proximidade, que são as Câmaras e as Juntas, quer na Assembleia da República, eu compreendia que para a minha pessoa eu dava melhor contributo na proximidade, na política de proximidade do quotidiano, da resposta diária. Alguns preferem a política de gabinete, eu prefiro a política de rua, a intervenção diária, o acompanhar, o pulsar, o ver, o compreender o que é que está a acontecer e o encontrar

soluções concretas no terreno, é mais aí que eu sinto que posso dar um contributo à política local. Então quando o presidente Joaquim Mourão encerrou o seu percurso, porque depois apareceu a lei de limitação dos mandatos, estávamos a conversar em grupo político sobre as características de um candidato para Alcains e a dado momento estávamos um pouco a conversar sobre as características da vila, quem é que era melhor, que características deveria ter, o envolvimento, o que é que isso representaria, eu disse então escolham todos, escolham qualquer um e façam a melhor escolha. Porque eu também tinha algumas orientações e disse se não encontrarem outro, eu sou uma escolha possível e o atual presidente da Câmara, o Dr. Luís Correia disse-me: “Então está escolhido”. Pronto foi assim que aconteceu, não foi nada de complicado.

10- Enquanto presidente da J.F, o que pensa do desenvolvimento da cidade nos últimos anos?

Creio que está na dinâmica certa e está a seguir exatamente as aprendizagens que tivemos com o anterior executivo municipal. Enquanto Freguesia de Alcains, são 6 meses de mandato, durante 6 meses eu estive muito atenta, observei muito, ouvi muito e também tive bem a noção das limitações que temos e das capacidades de realização que temos. E neste momento estou plenamente satisfeita do trabalho que estamos a desenvolver enquanto freguesia de Alcains. O município está a fazer um trabalho grande e sempre dentro da linha do que vinha, manter sempre a linha do que vinha que era manter um patamar, uma fasquia muito alta deixada pelo antigo Presidente Joaquim Mourão e creio que o Dr. Luís Correia está a acompanhar o trabalho do Comendador Joaquim Mourão e nós aqui, junta de freguesia de Alcains estamos a procurar ser o melhor contributo integrando precisamente todas as circunstâncias de sinal contrário. Nós podemos estar a caminhar num sentido e achar que esse é o melhor sentido e de repente haver sinais contrários e nós ouvimos com atenção, mas se achamos e vemos que grande parte da população apoia o nosso percurso, mantemos, se compreendemos que há pequenos ajustes a fazer e pequenas correções a fazer, fazemo-las também sem dificuldade nenhuma, porque assumimos que não somos nunca seres oniscientes, não é, e que podemos sempre rever e melhorar a nossa atuação.

Entrevista a J.F. Alameda

1-Costumam desenvolver ações que promovem a participação por parte da população? (Orçamentos Participativos, Consulta de propostas para melhorar/desenvolver a freguesia, etc.)

A nível da Junta de freguesia só existem as assembleias de junta em que as pessoas poderão assistir e que estão sempre abertas à população, tirando isso é claro que se tiverem sugestões podem falar com os funcionários para depois nos transmitirem, também não há assim outro tipo de participação. As pessoas também são pouco participativas de um modo geral. E quando têm assim alguma coisa que de facto achem interessante ou que necessitem, as vezes dizem diretamente ou dizem aos funcionários e eles depois como lhe disse transmitem.

2-Divulgam as medidas tomadas, informam os cidadãos do que está a ser feito e do que se pretende fazer na freguesia? Se sim, quais os meios de divulgação?

As ações, as atividades sim, agora outras coisas de um modo geral as pessoas veem o que a gente faz, é divulgação, quer dizer é verem as coisas a realizarem-se e às vezes esclarecemos embora também às vezes peçamos a opinião às populações para ver o que é que as pessoas pensam em relação a determinadas coisas.

3- Como classifica as ligações com as associações existentes na freguesia?

A esse nível há uma colaboração constante, pelo menos nós apoiamos todas as atividades que eles vão fazendo. O que nós fazemos, é que nunca damos dinheiro a uma associação, participamos é nas atividades que eles realizam. Por isso não temos aquela política de dizer que damos tanto àquela associação. Agora as associações conforme vão desenvolvendo as atividades, vão-nos contactando e a gente dentro do possível participa sempre, ou com troféus, depende do tipo de atividade que é. Às vezes com dinheiro também, por exemplo quando são as passagens de ano ou quando algumas aldeias fazem almoços em determinados dias específicos durante o ano, um dia ou dois, não é constante, não é, mas fazem em determinadas situações e nós participamos com dinheiro naturalmente. Mas noutros casos é com troféus, quando fazem por exemplo, agora nesta altura os torneios de malha e futebol, etc., nós geralmente oferecemos ou uma taça ou algum troféu para essas atividades.

4- Na sua opinião, acha que as associações desempenharam e desempenham um papel importante no desenvolvimento da freguesia?

Eu acho que têm um papel fundamental, hoje em dia que as freguesias, as aldeias, estão de facto com pouca população e a população é geralmente mais idosa e por isso as ações que vão ainda dinamizando e com essas atividades levam pessoas. Ainda agora aconteceu isso, por exemplo, numa das anexas em que houve um torneio de futebol e havia lá imensa gente de fora. Por isso como lhe disse, essas atividades vão acontecer agora em duas aldeias, uma no próximo fim de semana, outra daqui a 15 dias, uns torneios de malha, e pronto são este tipo de atividades que de facto vão dinamizando as aldeias e vão trazendo alguns jovens e pronto, há depois o convívio e etc., e acho que isso é fundamental. É pena, às vezes não conseguirmos ainda que haja uma colaboração entre as várias associações. Pronto, nós já tentamos até fazer algumas atividades em que, também já aconteceu isso e só uma, no caso, uma associação de uma aldeia que não se associou, mas não é fácil conseguirmos essa colaboração entre as várias associações, embora se tenha dado algum passo no sentido de não ter sobreposição, que às vezes acontecia no mesmo dia, data, fim de semana e nós tentamos isso e neste momento eles já vão conversando e vão sempre diversificando e eles agora já vão coordenando, uma aldeia faz nesse fim de semana, a outra aldeia já não faz, faz no próximo, ou no outro e assim as coisas estão um bocadinho melhor. Mas de facto as associações são fundamentais para dinamizar um pouco as aldeias.

5- Têm um registo das associações existentes na freguesia?

Sim, temos um registo das associações e temos um contacto com elas.

6- É do vosso conhecimento assim que abre uma nova associação, ou encerre uma já existente?

Sim, as associações contactam-nos e a esse nível pronto, no nosso caso só apareceu uma e as outras têm-se mantido sempre. Geralmente cada aldeia tem uma e não justifica haver mais do que uma. Não, a esse nível não há grandes alterações, as coisas mantêm-se. As associações que existiam, continuam a existir, é claro que as pessoas vão mudando mas as associações que existiam continuam a existir.

7- Como classifica as relações com a Câmara de Castelo Branco?

A esse nível também, no nosso caso tem sido uma relação bastante boa, de um modo geral, claro que não na totalidade, como a gente gostaria, mas pelo menos as questões de um modo geral, as mais, digamos complicadas e mais prementes têm sido resolvidas, por isso tem havido uma boa colaboração entre nós e a Câmara municipal.

8- Faz parte da vossa ideologia envolver os partidos da oposição nos vossos projetos, por forma a garantir a continuidade dos mesmos?

É como digo, a esse nível é só na assembleia de freguesia, até porque infelizmente e a realidade é essa, não há como escamotear, o espírito de iniciativa e de participação não é muito, também. As pessoas ainda acham e continuam com a ideia de “eles estão lá agora, eles que resolvam”. Agora na assembleia em si há troca de ideias e nos mandatos anteriores houve, mas agora também é mais complicado porque só um há um membro da oposição e por isso também, e neste momento nem está cá, só estamos os da nossa lista e isso também dificulta ainda mais essa interação e colaboração.

9- O que o levou a querer ser presidente da junta de freguesia?

Esta pergunta não pode ser feita, uma vez que o entrevistado não foi o Presidente da Junta.

10- Enquanto presidente (representante) da J.F, o que pensa do desenvolvimento da cidade nos últimos anos?

Eu acho que de facto Castelo Branco em termos urbanístico, em termos rodoviários levou uma volta muito grande e acho que de facto melhorou bastante. Um outro aspeto que eu acho que foi bastante melhorado foi a zona velha da cidade que estava bastante degradada e neste momento há já bastantes coisas recuperadas, já tem algum dinamismo também, aquilo estava praticamente abandonado e hoje já vemos turistas, malta jovem a ir para lá e etc., por isso há de facto um desenvolvimento significativo. Quanto a outros aspetos claro que em termos industriais mantem-se mais ou menos, mas pelo menos tem-se aguentado, não acho que houve grande crescimento mas também não houve grande diminuição, pelo menos as grandes empregadoras mantêm-se, o que nesta época já não é mau não é. Mas acho que de facto a cidade melhorou bastante em termos globais, sobretudo a estes dois níveis, acho eu.

E em relação a Almaceda?

Em relação a Almaceda as pessoas poderão dizer, mas por acaso ainda há dias estive a falar com umas pessoas e eu acho que o melhor é a gente ver que as pessoas

reconhecem o nosso trabalho, eu falo nós porque eu e o presidente estamos no nosso 3º mandato e efetivamente a votação tem vindo sempre a aumentar, no primeiro ganhámos com 50 e pouco por cento, no segundo passámos para os 57 e agora passámos para os 60, e portanto acho que isso é um bom indicador e conseguimos pelo menos uma coisa que foi conseguir por de novo Alameda outra vez no mapa digamos assim, em termos de atividades em termos jornalísticos, etc., e as pessoas hoje, sobretudo a piscina é bastante conhecida e muitas vezes as pessoas de Castelo Branco vêm para cá e até mesmo de outras aldeias aqui em volta e conseguimos o nosso grande objetivo que é a construção do lar, que está a funcionar quase há um ano e digamos que o grande motivo que nos levou a ir para a junta foi construir o lar e por isso nesse aspeto as grandes coisas que a gente tinha em vista foram sempre feitas e agora há sempre outras que faltam, naturalmente e não está tudo feito, mas isso pronto, é sempre assim.

Entrevista a J.F.C.B com o Presidente

1-Costumam desenvolver ações que promovem a participação por parte da população? (Orçamentos Participativos, Consulta de propostas para melhorar/desenvolver a freguesia, etc.)

A propósito das ações que promovem a participação por parte da população, a J.F.C.B todos os anos costuma realizar experiências de Orçamentos Participativos, não são bem Orçamentos Participativos, mas são algumas experiências já que nos dirigimos este tipo de ação de uma forma concertada. Nós temos para além da realidade urbana de Castelo Branco duas aldeias, Taberna Seca e Lentiscais. Num ano fizemos um orçamento participativo para cada uma das localidades em que procedemos a reuniões com toda a população onde foram feitos muitos levantamentos, sem muita intervenção da nossa parte no sentido de dirigir as propostas das pessoas, digamos que portanto eram propostas que surgiam de uma forma perfeitamente livre e espontânea sem nos contestarmos ou sequer comentarmos e depois, portanto com base naquilo, com o conhecimento que nos tínhamos também por parte das necessidades da população e também com base na verba que tínhamos disponível, fizemos também um conjunto de ações que achamos que eram importantes fazer, tanto numa localidade como na outra, para este ano aquilo que está previsto no orçamento participativo, é um orçamento participativo jovem, ou seja, é um orçamento participativo dirigido precisamente à camada jovem da população onde vamos agora em Outubro começar com essa ação no sentido de vermos aquilo que podemos fazer. Para além disso todas as semanas no que diz respeito as aldeias, nas todas as semanas vamos lá no sentido de ouvirmos propostas, ouvimos críticas da população no sentido de sabermos aquilo que está mais ou menos em condições, ou que não está em condições e sabermos aquilo que podemos fazer. Aqui na cidade nós estamos sempre disponíveis para ouvir todas as propostas e todas as críticas das pessoas, de forma que estamos mais ou menos bem elucidados acerca das necessidades que a população tem, naturalmente tendo em conta que somos uma autarquia que está na sede do concelho, onde está também a câmara municipal, e a câmara municipal tem também outro tipo de competências que nos não temos mas ainda

assim vamo-nos articulando relativamente a ações que podemos ou devemos fazer em colaboração com a câmara municipal.

2-Divulgam as medidas tomadas, informam os cidadãos do que está a ser feito e do que se pretende fazer na freguesia? Se sim, quais os meios de divulgação?

Quanto a divulgação, aquilo que fazemos para além de estarmos sempre pessoalmente disponível para fazer essa divulgação daquilo que fazemos, e informar, nós temos uma página de *facebook* que é oficial da junta de freguesia onde de alguma forma procuramos divulgar tudo aquilo que vamos fazendo para além de termos um boletim escrito para as pessoas que não tem acesso as novas tecnologias terem essa hipótese. Para além disso perante a nossa atuação na assembleia de freguesia trimestralmente dizemos aquilo que vamos fazendo com a informação prestada que depois também está disponibilizada para o público.

3- Como classifica as ligações com as associações existentes na freguesia?

As ligações com as associações existentes na freguesia são as melhores, nós temos o conhecimento daquilo que as associações vão fazendo, quer no campo recreativo, cultural desportivo, etc., colaboramos e estamos sempre presentes em todos os acontecimentos que merecem a nossa presença, temos uma ligação muito forte com todos os dirigentes associativos e portanto estamos por dentro de tudo, quer das suas carências, das necessidades que existem por parte das associações vamo-las acompanhando no âmbito das suas atividades que vão desenvolvendo que são muito importantes para a nossa freguesia, para a nossa população já que nós não temos capacidade, nem conhecimento nem recursos humanos para podermos às vezes fazer aquilo que as associações vão fazendo.

4- Na sua opinião, acha que as associações desempenharam e desempenham um papel importante no desenvolvimento da freguesia?

Sem dúvida, quer dizer, era aquilo que estava a dizer, as associações da nossa cidade desempenham, quer no campo desportivo, quer cultural, quer no campo da ação social uma ação que nos complementa muito. Aquilo que nós fazemos, ao invés de estarmos a fazer e a produzir ações diretamente, o que fazemos é financiar, na medida do possível, estas associações para que elas com as condições todas que têm com a maior implantação no local, com maior conhecimento da população e com maior conhecimento das atividades desportivas e culturais, para elas depois fazerem essas ações. Portanto aquilo que nós fazemos no sentido de uma ação indireta é darmos condições para que as associações façam ao invés de sermos nós a fazer.

5- Têm um registo das associações existentes na freguesia?

Sim, sem dúvida temos um registo das associações existentes na freguesia, por áreas, por localização por dirigentes e portanto isso também nos ajuda de alguma forma a exercer melhor a nossa função.

6- É do vosso conhecimento assim que abre uma nova associação, ou encerre uma já existente?

Sim, nós temos um conhecimento, que não é um conhecimento oficial mas é um conhecimento digamos informal. Digamos, o que é que acontece, enfim nós também estamos atentos e conhecemos bem a nossa realidade. Quando abre uma nova pedem uma reunião no sentido de nós podermos saber quais são, enfim, os anseios, os objetivos e naturalmente há aqui uma questão sempre importante que é virem-nos pedir apoio financeiro para desenvolverem as atividades. Portanto, aquelas que abrem, nós sabemos assim. daquelas que encerram, nós também somos informados, enfim, se bem que esta questão de encerrarem associações não tem sido muito habitual, de forma que é uma situação a que estamos mais ou menos descansados quanto a isso.

7- Como classifica as relações com a Câmara de Castelo Branco?

Excelentes, nós articulamo-nos bem, fazemos uma articulação a todos os níveis no sentido de tentarmos resolver os problemas de todas as pessoas, essa é que é verdadeiramente a nossa vocação, sabemos qual é a nossa competência, a Câmara Municipal também sabe qual é a sua competência e portanto estamos sempre em consonância no sentido de resolvermos com eficiência e com eficácia os problemas que vão surgindo e que muitas vezes, embora possam ser da competência de um ou ser da competência de outro, o que é facto é que aquilo que nós fazemos é uma articulação e portanto as relações são relações excelentes.

8- Faz parte da vossa ideologia envolver os partidos da oposição nos vossos projetos, por forma a garantir a continuidade dos mesmos?

Sem dúvida, aliás nós até por legislação, nós somos obrigados a ouvir os partidos da oposição quando estamos a fazer o orçamento e o plano de atividades do ano seguinte, mas para além de disso a nossa posição independentemente de termos a maioria aqui é de tentarmos ouvir e tentar ouvir as suas críticas e as suas sugestões, porque são pertinentes, nós entendemos que quem está a governar não é detentor da razão e muitas vezes podemos estar a ver as coisas mal, há assuntos que nós desconhecemos e portanto aquilo que nós fazemos muitas das vezes é ouvi-los e chamá-los. Já tem acontecido muitas vezes termos determinado tipo de problema em que os chamamos e dizemos: “temos aqui esta questão, qual é a vossa opinião”, no sentido de depois podermos, enfim, desenvolver as ações de uma forma melhor, e até haver consonância e haver alguma informação e haver conhecimento por parte da oposição daquilo que nós fazemos.

9- O que o levou a querer ser presidente da junta de freguesia?

Bom, naturalmente que nós não temos, eu pelo menos não tinha como projeto de vida enveredar por esta questão da política, para além de ser agora presidente da junta de freguesia também fui vereador na Câmara municipal e portanto, enfim, tudo nasceu num convite que me foi dirigido que me levou a pensar, em vez de pensar, de dizer “não”, pensar “porque não?”, e portanto olhe as coisas avançaram, e é evidente que ninguém tira cursos para este tipo de atividade mas o que é facto é que nós vamo-nos

embrenhando nisto, vamos dia a dia tentando fazer o melhor possível e chega uma determinada fase em que somos levados a concluir que não podíamos ter feito mais nada que não isto, mas isto é um projeto de vida, que pronto, não existe à partida mas à medida que nós vamos, enfim, embrenhando nesta atividade, vamos depois gostando cada vez mais, embora naturalmente, como todas as atividades têm vantagens, desvantagens coisas boas e coisas más, mas pronto, ainda assim o cargo de presidente de junta de freguesia é o cargo eletivo que está mais perto da população e isto é gratificante porque nos permite ter um contacto quase diário, quase em todas as situações, desde a ida ao café e nós estamos sempre disponíveis, sempre de serviço e portanto quando estamos para servir os outros, estamos tão naturalmente que nos sentimos bem, e eu no meu caso concreto sinto-me bem com isso.

10- Enquanto presidente da J.F, o que pensa do desenvolvimento da cidade nos últimos anos?

Bom, a cidade tem tido um desenvolvimento importantíssimo, aliás é muitas das vezes, como eu costumo dizer, aprecia mais a cidade quem não é de cá do que quem é de cá. Eu tenho tido a oportunidade de trazer cá muitas pessoas que já conheciam a cidades há 10, 20 anos atrás e vêm cá e ficam completamente admirados. Nós vamos tendo uma cidade com todas as condições, com tudo mais ou menos resolvido. É evidente que continua a haver problemas mas problemas haverá sempre, mas em termos de desenvolvimento urbanístico acho que a nossa cidade é um exemplo, em termos viários, em termos de estacionamento nós temos o nosso problema praticamente resolvido, coisa que há uns tempos atrás não existia. Vamos tendo oferta cultural, vamos tendo espaços públicos muito agradáveis, vamos tendo também uma oferta cultural também muito importante e digamos de relevo a nível regional e a nível nacional e portanto o desenvolvimento é também uma tarefa que nunca está concluída, vai-se fazendo dia a dia, mas independentemente disso, pessoalmente e em termos institucionais enquanto presidente da junta de freguesia tenho muito orgulho da cidade de Castelo Branco e portanto vamos todos colaborando porque isto também é um processo que é de todos, não é só dos autarcas, não é só das intuições públicas ou privadas, é da população também porque a cidade é de todos, daí que ache também que estamos num bom caminho, mas há sempre muito mais coisas para fazer, há sempre projetos para seguir em frente e é isso que estamos cá todos para fazer, cada um à sua maneira, cada um na sua via, cada um no seu campo, respeitamo-nos mas aceitamos sempre a colaboração de toda a gente no sentido de construirmos uma cidade ainda melhor.

Entrevista Câmara Municipal de Castelo Branco

1-Costumam desenvolver ações que promovem a participação por parte da população? (Orçamentos Participativos, Consulta de propostas para melhorar/desenvolver a freguesia, etc.)

A Câmara Municipal tem um plano de atividades, tem um orçamento e esse plano de atividades é executado de acordo com a legislação em vigor, que não completa, não obriga a que haja demasiada participação da população. De qualquer maneira são ouvidos os partidos da oposição antes do plano de atividades ir à Assembleia Municipal e Câmara Municipal para serem aprovados. São ouvidos os representantes dos partidos da oposição e também a Comissão Municipal de Juventude. A participação ao fim ao cabo é essa, não se põe à discussão pública. Poderia haver aqui se calhar mais participação mas não é obrigatório e não fazemos isso, até porque numa democracia representativa é assim que as coisas funcionam. O Governo também não põe à discussão pública o seu plano de atividades, este é aprovado na Assembleia da República onde há elementos devidamente eleitos que representam a população que os elegeu. Isto é uma democracia representativa, portanto as entidades, neste caso a Assembleias Municipais, que é o que nos interessa, os membros que a constituem representam a população que os elegeu e aí é que são discutidos os documentos de Administração Municipal.

2-Divulgam as medidas tomadas, informam os cidadãos do que está a ser feito e do que se pretende fazer na freguesia e no concelho? Se sim, quais os meios de divulgação?

Sim, são divulgados. Nós não temos um órgão específico, as medidas são divulgadas pela própria comunicação social. Tudo isto são situações públicas, todas as pessoas têm acesso. Se estas quiserem saber e ter conhecimento vão às Assembleias Municipais e ficam informadas, nós não fazemos uma divulgação específica do plano de atividades. O plano é discutido e é aprovado e depois quem o divulga são os órgãos de comunicação social que vêm às Assembleias e que estão presentes.

3- Como classifica as ligações com as associações existentes na freguesia e concelho?

Temos excelentes ligações com as associações. Aliás todas elas, do município, tanto da cidade como das freguesias, nunca tiveram um estatuto tão privilegiado como têm agora connosco. Nós não só as ouvimos como correspondemos às suas necessidades consoante os seus planos de atividades, que também nos fazem chegar e que depois nós comparticipamos, na medida do possível, isso é um processo também claro e transparente, esses subsídios, as ajudas que damos às associações são publicadas na comunicação social e qualquer pessoas tem acesso a perceber como tudo isto funciona.

4- Na sua opinião, acha que as associações desempenharam e desempenham um papel importante no desenvolvimento da freguesia e no concelho?

Sim, na sua grande maioria sim. Nós temos a felicidade de termos grandes associações, tanto as de bairro, tanto as desportivas como as associações culturais, tanto na cidade como nas freguesias temos muito boas associações e existem muitas parcerias e as parcerias que existem com a Câmara Municipal são de facto muito boas e são parcerias que funcionam em plano. **E acha que contribuíram para o desenvolvimento da cidade?** Contribuíram, seguramente. Aliás uma cidade, um município e um concelho é tanto ou mais interessante quanto mais interessante for também o trabalho das associações, disso não temos dúvida nenhuma e por isso é que nós as apoiamos e as incentivamos também a cada vez melhorarem mais o seu modo de intervir, porque também as associações são constituídas por pessoas que muitas vezes não têm experiência, são voluntárias, fazem trabalho de cidadania o que também é muito importante e fazemos questão de reconhecer essa função. Agora notamos que há um esforço por parte de todas as associações em fazer o seu trabalho o melhor possível, disso não temos dúvida nenhuma e estamos bastante satisfeitos com isso.

5- Têm um registo das associações existentes na freguesia e no concelho?

Temos, temos um registo de todas as associações. Temos associações de bairro, desportivas e agora ultimamente têm aparecido na área de associações culturais, têm aparecido projetos muito interessantes, diferentes, para dar aqui uma pedrada no charco, promovendo outro tipo de culturas que até aqui eram pouco reconhecidas.

6- É do vosso conhecimento assim que abre uma nova associação, ou encerre uma já existente?

Sim, quando abrem normalmente procuram-nos para as apoiarmos. Não é muito comum encerrarem as associações, mas quando acontece temos conhecimento, tentamos estar sempre informados de tudo o que se passa na cidade e no município.

7- Como classifica as relações com as Juntas de Freguesia do Município Castelo Branco?

As Juntas de Freguesia são órgão de soberania autónomos, portanto nós temos excelentes relações com todas as juntas de freguesia. Neste momento também temos a sorte e a felicidade de as J.F serem todas do mesmo partido político que a C.M, exceto uma, e isso também facilita de alguma maneira o nosso funcionamento, embora com aquela que não é da nossa área política também mantemos um ótimo relacionamento, porque nós não vemos estas questões no âmbito partidário, vemos as questões no âmbito do interesse das populações e isso ultrapassa o âmbito partidário. Nós vamos tendo, ao longo destes anos de liderança de C.M, temos tido sempre uma ou duas da oposição, e temos uns anos mesmo sem nenhuma, mas quando tivemos, tivemos sempre um relacionamento, permitimos sempre que essas freguesias tivessem sempre um desenvolvimento, um desenvolvimento interessante, porque não fazemos qualquer distinção. Como lhe disse as J.F são órgão de soberania, a C.M não tem qualquer tutela sobre estas, são autarquias como a C.M é uma autarquia.

8- Faz parte da vossa ideologia envolver os partidos da oposição nos vossos projetos, por forma a garantir a continuidade dos mesmos?

Nós, a C.M com a constituição que atualmente tem, uma maioria folgadíssima, o plano de atividades e orçamentos são da responsabilidade desta maioria. Os partidos da oposição têm a oportunidade de apresentar as suas propostas que são ou não aceites em função da sua pertinência. Se houver uma proposta por parte da oposição que nós acharmos que vale a pena considerar nós fá-lo-emos. Já tem acontecido. Mas nós é que somos responsável pelo plano e pelo orçamento, se isto correr mal não vão pedir contas à oposição mas sim a nós, a quem tem a responsabilidade de dirigir esta Câmara. Portanto esses projetos são da nossa responsabilidade, que tem uma maioria. Não é uma maioria pouco expressiva e temos um projeto que foi retificado nestas eleições, com propostas de desenvolvimento do concelho que foram retificadas nas eleições, portanto são esses projetos que temos de implementar. Quando foi a nossa campanha eleitoral apresentamos um programa de trabalhos, um plano de atividades para 4 anos, à população deste concelho e somos nós os responsáveis por isso, a oposição representa outros, mas não terão possibilidades de os implementar, porque nós entendemos pela maneira expressiva como o eleitorado votou em nós pretende que façamos aquilo que nós pretendemos e não aquilo que os outros pretendem.

9- O que o levou a querer ser vice-presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco e pertencer ao seu executivo?

Eu já venho pertencendo a este executivo desde 1997, já lá vão uns anos. Acompanhei o percurso do Presidente Joaquim Mourão enquanto ele pode ser candidato e agora também fui solicitado para fazer parte do executivo do Presidente Luís Correia e fiz parte da lista em nº2. O facto de ser vice-presidente é uma decisão, uma escolha do Presidente, o Presidente convidou-me para ser vice-presidente e eu aceitei.

10- Enquanto vice-presidente, o que pensa do desenvolvimento da cidade nos últimos anos?

Posso ser um pouco suspeito ao falar do desenvolvimento, mas quem esteve relativamente atento acho que assistiu à transformação de uma cidade sem grande interesse, com uma urbanização descontrolado e feito e passou para uma cidade airosa, aberta, desenvolvida e com emprego apesar da crise, que apesar desta continuamos com os melhores índices do Distrito e é uma cidade, uma cidade de média dimensão, que hoje, ficaria bem em qualquer país da Europa, da Europa desenvolvida. Porque nós aqui temos tudo, temos as acessibilidades que nos colocam em qualquer parte do país relativamente rápido, apesar de não ser da responsabilidade da Câmara, mas dos anteriores Governos que construíram a autoestrada A23, que nos liga a todo o país. Depois temos uma cidade aberta, que não tem qualquer problema de trânsito e que tem vias circulares à volta da cidade que permitem essa fluidez de trânsito. Não tem problemas de estacionamento, tem parques subterrâneos e tem à superfície centenas e centenas de lugares, feitos pela Câmara, sem qualquer custo para o utilizador, que é uma coisa que não se vê em lado nenhum, quer na região quer pelo país fora, têm parquímetros por todo o lado. Em termos culturais temos uma programação cultural que

inveja qualquer outra cidade. Não só a programação do cine teatro mas também aquilo que se passa no centro de cultura contemporânea, como depois na parte das exposições do CCCB, do antigos CTT, temos museus como o do Cargaleiro que prestigia imenso a cidade, temos o Museu Tavares Proença Júnior e o Jardim do Paço. Em todas essas áreas houve intervenções e temos uma zona histórica fantástica que precisava agora de ser dinamizada em termos económicos e esperemos que os agentes económicos também comecem a olhar para a zona histórica nesse aspeto, porque entretanto foi intervencionada ao nível de pavimentos e também em alguns arranjos urbanísticos. Acho que de facto temos uma cidade muitíssimo boa. Temos uma zona industrial que se alargou e que teve um grande acréscimo de empresas e que se tem aguentado. Como é uma zona disponível com uma grande diversidade de áreas, áreas empresariais tem-se aguentado sem grandes problemas e digamos que o desemprego vai tendo aspetos razoáveis.

Anexo VII: Tabelas de Dados

1. Taxa de Variação da População

Quadro extraído em 23 de Agosto de 2014 (00:20:02)

<http://www.ine.pt>

Período de referência dos dados	Local de residência	Taxa de variação da população residente (2001- 2011) (%) por Local de residência, Sexo e Grupo etário; Decenal	
		Sexo	
		HM	
		Grupo etário	
		Total	
		%	
2011	Castelo Branco (concelho)	0,72	
	Alcains	1,89	
	Almaceda	-28,21	
	Benquerenças	-0,69	
	Cafede	-9	
	Castelo Branco	12,81	
	Cebolais de Cima	-20,47	
	Escalos de Baixo	-21,14	
	Escalos de Cima	-15,50	
	Freixial do Campo	-12,85	
	Juncal do Campo	-29	
	Lardosa	-7,95	
	Louriçal do Campo	-20,99	
	Lousa	-17,42	
	Malpica do Tejo	-31,79	
	Mata	-20,34	
	Monforte da Beira	-25,30	
	Ninho do Açor	-19,66	
	Póvoa de Rio de Moinhos	-3,21	
	Retaxo	-19,48	
	Salgueiro do Campo	-7,67	
	Santo André das Tojeiras	-27,69	
	São Vicente da Beira	-21,16	
	Sarzedas	-23,19	
	Sobral do Campo	-29,07	
	Tinalhas	-15,22	

2. Densidade Populacional

Quadro extraído em 22 de Agosto de 2014 (23:55:11)

<http://www.ine.pt>

Local de residência (à data dos Censos 2001)		Densidade populacional (N.º/km ²) por Local de residência (à data dos Censos 2001); Decenal	
		Período de referência dos dados	
		2001	1991
		N.º/km ²	N.º/km ²
Castelo Branco (concelho)	0502	38,70	37,73
Alcains	050201	133,97	123,24
Almaceda	050202	13,19	17
Benquerenças	050203	11,74	16,97
Cafede	050204	18,51	23,38
Castelo Branco	050205	183,58	158,68
Cebolais de Cima	050206	101,84	120,71
Escalos de Baixo	050207	18,84	21,09
Escalos de Cima	050208	89,87	96,27
Freixial do Campo	050209	28,52	32,77
Juncal do Campo	050210	23,06	29,79
Lardosa	050211	23,73	20,34
Louriçal do Campo	050212	35,98	39,65
Lousa	050213	21,44	23,95
Malpica do Tejo	050214	3,07	3,28
Mata	050215	24,47	25,84
Monforte da Beira	050216	4,27	5,92
Ninho do Açor	050217	41,32	41,84
Póvoa de Rio de Moinhos	050218	27,84	31,21
Retaxo	050219	83,89	93,34
Salgueiro do Campo	050220	31,78	32,53
Santo André das Tojeiras	050221	13,53	18,46
São Vicente da Beira	050222	15,55	18,22
Sarzedas	050223	10,11	13,29
Sobral do Campo	050224	17,44	19,87
Tinalhas	050225	40,10	45,97

3. População Residente

Quadro extraído em 23 de Agosto de 2014 (00:25:07)
<http://www.inec.pt>

Período de referência dos dados	Local de residência (à data dos Censos 2011)	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Grupo etário; Decenal						
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2011	Castelo Branco (concelho)	56109	7107	5424	30222	13356	6360	6996
	Alcains	5022	696	464	2741	1121	538	583
	Almaceda	677	22	42	264	349	142	207
	Benquerenças	720	66	39	335	280	139	141
	Cafede	263	27	19	143	74	35	39
	Castelo Branco	35242	5232	3886	20328	5796	3009	2787
	Cebolais de Cima	1026	68	68	466	424	189	235
	Escalos de Baixo	746	72	58	382	234	105	129
	Escalos de Cima	938	89	76	510	263	120	143
	Freixial do Campo	468	34	34	232	168	65	103
	Juncal do Campo	355	16	21	172	146	69	77
	Lardosa	961	95	64	460	342	154	188
	Louriçal do Campo	636	55	82	265	234	98	136
	Lousa	621	33	42	275	271	114	157
	Malpica do Tejo	517	28	33	170	286	108	178
	Mata	470	37	19	216	198	95	103
	Monforte da Beira	378	35	22	112	209	78	131
	Ninho do Açor	380	31	28	188	133	73	60
	Póvoa de Rio de Moinhos	663	82	52	352	177	91	86
	Retaxo	843	62	67	431	283	148	135
	Salgueiro do Campo	891	76	58	407	350	130	220
	Santo André das Tojeiras	747	14	16	251	466	178	288
	São Vicente da Beira	1259	110	101	561	487	215	272
	Sarzedas	1335	47	63	487	738	305	433
	Sobral do Campo	366	26	31	166	143	58	85
	Tinalhas	585	54	39	308	184	104	80

4. Taxa de Analfabetismo

Quadro extraído em 23 de Agosto de 2014 (00:25:07)
<http://www.ine.pt>

Período de referência dos dados	Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal
		%
2011	Castelo Branco (concelho)	6,94
	Alcains	5,47
	Almaceda	19,46
	Benquerenças	9,73
	Cafede	16,19
	Castelo Branco	3,59
	Cebolais de Cima	6,82
	Escalos de Baixo	13,85
	Escalos de Cima	9,79
	Freixial do Campo	11,58
	Juncal do Campo	10,09
	Lardosa	11,81
	Louriçal do Campo	11,11
	Lousa	13,09
	Malpica do Tejo	27,20
	Mata	18,83
	Monforte da Beira	26,61
	Ninho do Açor	11,02
	Póvoa de Rio de Moinhos	9,74
	Retaxo	7,06
	Salgueiro do Campo	9,83
	Santo André das Tojeiras	24,63
	São Vicente da Beira	15,84
	Sarzedas	24,68
	Sobral do Campo	18,47
	Tinalhas	8,18

5. Índice de Envelhecimento

Quadro extraído em 23 de Agosto de 2014 (00:25:07)

<http://www.ine.pt>

Período de referência dos dados	Local de residência (à data dos Censos 2011)	Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal
		N.º
2011	Castelo Branco (concelho)	187,90
	Alcains	161,10
	Almaceda	1586,40
	Benquerenças	424,20
	Cafede	274,10
	Castelo Branco	110,80
	Cebolais de Cima	623,50
	Escalos de Baixo	325
	Escalos de Cima	295,50
	Freixial do Campo	494,10
	Juncal do Campo	912,50
	Lardosa	360
	Louriçal do Campo	425,50
	Lousa	821,20
	Malpica do Tejo	1021,40
	Mata	535,10
	Monforte da Beira	597,10
	Ninho do Açor	429
	Póvoa de Rio de Moinhos	215,90
	Retaxo	456,50
	Salgueiro do Campo	460,50
	Santo André das Tojeiras	3328,60
	São Vicente da Beira	442,70
	Sarzedas	1570,20
	Sobral do Campo	550
	Tinalhas	340,70